



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
DAS ENTIDADES FECHADAS
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2ª Edição



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2020

GUIA DE REFERÊNCIAS PARA PESQUISA ASG/SUSTENTABILIDADE

Iniciativa



Patrocínio



Apoio Técnico



COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE DA ABRAPP



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE[®]
DAS ENTIDADES FECHADAS
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2ª Edição

SETEMBRO/2021

Iniciativa



Patrocínio



Apoio Técnico



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Relatório de sustentabilidade das entidades fechadas de previdência complementar [livro eletrônico] : guia de referência para pesquisa ASG / sustentabilidade (dados de 2020) / [organização ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas e Previdência Complementar, ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas e Previdência Complementar, Comitê de Sustentabilidade da ABRAPP]. -- 2. ed. -- São Paulo : ABRAPP Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, 2021.
PDF

ISBN 978-85-99388-65-5

1. Previdência complementar - Brasil
2. Investimentos 3. Pesquisa - Metodologia
4. Sustentabilidade I. Complementar, ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas e Previdência. II. ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas e Previdência Complementar. III. Comitê de Sustentabilidade da ABRAPP.

21-84342

CDD-304.27

Índices para catálogo sistemático:

1. Relatório : Sustentabilidade : Previdência complementar : Responsabilidade social 304.27

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

ÍNDICE

1. Apresentação	6
1.1 Apresentação	6
1.2 Prefácio	9
1.3 Temas Materiais	11
2. Mensagem do Presidente	14
3. A Abrapp e o Setor	17
3.1 Perfil organizacional	18
3.2 Previdência Complementar no Brasil	23
3.3 Relacionamento com Regulador	24
3.4 Iniciativas de educação financeira	27
4. Perfil da Pesquisa	29
5. Investimentos Responsáveis	32
5.1 Integração ASG na gestão de investimentos	33

5.2 Gestão de Riscos	45
5.3 Capacidade de impulsionar a transição para a Economia Verde	48
6. Gestão responsável das EFPC	51
6.1 Gestão de pessoas e qualidade de vida	52
6.2 Diversidade, equidade e acessibilidade	57
6.3 Qualidade das informações disponíveis sobre produtos e serviços	67
6.4 Cibersegurança e proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários	69
6.5 Ética, prevenção e combate à corrupção	71
6.6 Gestão Interna (meio ambiente, saúde e segurança e boas práticas)	73
7. Sumário Executivo	77
7.1 Sumário GRI	78
8. Guia de Referências para Pesquisa ASG/Sustentabilidade	80
9. Membros Comitê de Sustentabilidade da Abrapp	94

APRESENTAÇÃO





1.1. APRESENTAÇÃO ■ GRI 102-46

O Relatório de Sustentabilidade Abrapp, em sua 2ª edição, realiza o mapeamento de desempenho e formas de gestão sobre os aspectos ASG (Ambiental, Social e de Governança) de 57 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) que participaram de uma ampla consulta sobre processos de investimento e gestão responsável.

A pesquisa foi baseada na consolidação da metodologia GRI com o [Guia Abrapp](#), e parceria técnica da SITAWI - Finanças do Bem.

As EFPC respondentes representam aproximadamente 72,7% do total do patrimônio das entidades associadas à Abrapp e foram separadas em três grupos que serão denominados no decorrer do texto como:

- i) Grande Porte:** Investimentos acima de R\$ 10 bilhões;
- ii) Médio Porte:** Investimentos entre R\$ 2 bilhões ou R\$ 10 bilhões;
- iii) Pequeno Porte:** Investimentos de até R\$ 2 bilhões.

O primeiro Relatório Social das EFPC foi publicado pela Abrapp em 2007. No ano seguinte, foi criada a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade e publicado o segundo Relatório Social do setor que teve sua terceira e última edição neste formato em 2010. Desde então, a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade se dedicou à busca de um método com abrangência, comparabilidade e reconhecimento internacional. Em 2012, foi elaborado o Modelo GRI para Relatórios das EFPC e lançado o Guia para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPC. Em 2014, foi divulgado o primeiro Relatório de Sustentabilidade das EFPC Abrapp seguindo a metodologia GRI. Mais informações na Linha do Tempo da Sustentabilidade Abrapp (pág. 20)

No presente Relatório, a Abrapp teve por objetivo a elaboração de um documento que refletisse a atual situação das Entidades no que diz respeito às questões de sustentabilidade de maior impacto

para o setor de previdência complementar fechado brasileiro. Além disso, na condução das Entidades ao processo de autoavaliação e relato, o intuito foi trazer à tona os temas que necessitam de um olhar mais atento por parte das associadas e incentivar tais discussões de forma que se tornem uma prática padrão.

Nas próximas páginas apresentamos o desempenho do setor e esclarecemos questões referentes às melhores práticas e iniciativas que contribuem para o compromisso, gerenciamento e aplicação dos critérios ASG nas EFPC.

Dúvidas, sugestões ou mais informações sobre o Relatório de Sustentabilidade Abrapp, que será publicado bianualmente, podem ser obtidas por meio do endereço eletrônico nucleotecnico@abrapp.org.br. ■ GRI 102-53



1.2. PREFÁCIO

Os temas ASG (Ambiental, Social e Governança) não são uma novidade para investidores institucionais. Inclusive, em algumas regiões do mundo mais desenvolvidas nessa agenda, como a Europa, provocaram os primeiros impulsos do mercado para o investimento responsável.

Ao direcionar suas decisões e a demandar dos seus diversos *stakeholders* a consideração e integração dos fatores ASG, em especial, as EFPC criaram um efeito multiplicador em todo o mercado de investimento. Isso porque a exigência da implementação efetiva do investimento responsável é colocada como prioridade para o segmento, que por sua vez, influencia a disposição dos consultores e gestores de investimento de se concentrarem nas questões ASG em seus produtos. Dada a natureza de longo prazo dos recursos administrados pelas EFPC, os fatores ASG – focados no longo prazo por natureza - são particularmente relevantes para seus investimentos. Com o dever fiduciário, estas têm a responsabilidade de agir no melhor interesse dos beneficiários e a sua regulamentação pode ter impacto sobre a integração desses fatores ASG em suas políticas e processos de fundos. As EFPC podem enfrentar riscos fiduciários legais como consequência de perdas financeiras causadas pelas mudanças climáticas, por exemplo.

No Brasil, a agenda dos investimentos responsáveis ganhou espaço significativo no último ano, pela pressão de investidores institucionais estrangeiros e por movimentos liderados pela sociedade civil. Nesse sentido, a XP iniciou sua jornada e tem protagonizado um papel importante de democratizar não só a educação relacionada ao tema, como também o acesso a produtos que integram ou são dedicados à sustentabilidade para investidores de diferentes portes. Para avançarmos e amadurecermos esta nova forma de pensar nos investimentos, a qual está se configurando como evolução necessária do mercado financeiro para o cenário atual da humanidade e do capitalismo, o papel dos investidores institucionais merece destaque e se torna fundamental na movimentação de fluxos de capital, de modo a estimular gestores e outros *stakeholders* importantes na cadeia de valor a também avançarem nesta jornada.

Na XP Advisory, gestora do grupo XP que atende clientes Private e Institucionais, nos compro-

metemos a integrar o olhar ASG em pelo menos 50% dos ativos sob nossa gestão até o final de 2021, por acreditarmos que os investimentos responsáveis são peça-chave para a construção e gestão de mandatos e portfólios melhor preparados e posicionados para uma década que promete mudanças aceleradas e antecipadas.

Esperamos que esse Relatório ajude a iluminar algumas das questões centrais relacionadas a ASG e inspire cada um de vocês a começarem sua trajetória – seja revendo sua política de investimento, seja experimentando uma primeira alocação ASG ou seja ouvindo a nova geração de beneficiários. Independentemente do caminho é importante dar o primeiro passo, pois a realidade dos investimentos responsáveis já está posta.

Estamos junto com vocês nesta jornada. Contem conosco!

Time de EFPC XP Investimentos, em parceria com:

Beatriz Vergueiro
Head de Produtos ESG da XP Inc.

Marina Cançado
Head de Sustainable Wealth da XP Advisory



1.3. TEMAS MATERIAIS - GRI 102-47

Para o recorte dos temas abordados na pesquisa, foi utilizado o princípio da materialidade proposto pela GRI, o qual define que o relatório de sustentabilidade deve abranger os aspectos:

- Que reflitam os impactos* econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou
- Que possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de *stakeholders*.

** De acordo com os Standards da GRI, impacto refere-se à contribuição (positiva e negativa) para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, está relacionado a fatores econômicos, ambientais e sociais causados pela Organização e suas operações, incluindo a cadeia de valor.*

Sendo assim, a definição dos temas relevantes para a construção deste Relatório se deu a partir da análise documental de estudos setoriais e relatórios produzidos pelas próprias EFPC. Entre eles, destacam-se:

- [Guia Prático para Integração ASG na Avaliação de Gestores \(2019\)](#);
- [Guia para Elaboração de Relatório Anual e de Sustentabilidade Abrapp - Melhores Práticas de Transparência em Informações ASG \(2019\)](#);
- [Point of No Returns - A ranking of 75 of the world's largest asset managers approaches to responsible investment - ShareAction \(2020\)](#);
- [Relatório de Sustentabilidade Abrapp \(2014\)](#).

Os tópicos foram analisados pelo Comitê de Sustentabilidade e após processo de validação foram definidos os seguintes temas materiais:

Abrapp: Informações institucionais da associação	EFPC: Informações quantitativas de maturidade de gestão	
· Posicionamento institucional	· Investimento responsável	· Gestão responsável das EFPC
Relacionamento com órgão regulador e poder público	Integração ASG na gestão de investimentos	Gestão de pessoas e qualidade de vida
Iniciativas de educação financeira e previdenciária	Gestão de Riscos	Diversidade, equidade e acessibilidade
	Capacidade de impulsionar a transição para a economia verde	Qualidade das informações disponíveis sobre produtos e serviços da entidade
		Cibersegurança e proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários
		Ética, prevenção e combate à corrupção
		Gestão interna (meio ambiente, saúde e segurança e boas práticas)

Prioritário
 Muito importante
 Importante

Em relação ao posicionamento institucional, os dados referem-se à Abrapp. Já as informações sobre investimento e gestão responsável ou sustentável estão relacionadas às 57 EFPC participantes do projeto e que representam 24% do quadro associativo da Abrapp.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



2. MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE



A agenda de sustentabilidade tem evoluído de forma consistente entre as entidades fechadas de previdência complementar – EFPC nos últimos anos. Contudo, 2020 foi um ano singular. Vivenciamos a mais profunda contração econômica mundial que se tem notícia em tempos de paz.

Quando a pandemia de COVID-19 se tornou uma realidade em nossas vidas, ficou claro para cidadãos e organizações que os riscos sistêmicos gerados pelos atuais modelos de consumo e produção estão cada vez mais presentes. É nesse contexto que a sociedade é chamada a uma reconstrução, na qual as questões ASG (Ambiental, Social e de Governança) passam a ganhar prioridade na agenda dos tomadores de decisão.

Essa agenda possui total aderência à missão das EFPC, que têm a proteção social em seu DNA e o foco no longo prazo em sua atividade-meio de investimentos. E ganha relevância ainda maior sob a ótica do impacto dessas entidades para a economia brasileira, com R\$ 1 trilhão sob gestão, pagando cerca de R\$ 68 bilhões em benefícios em dia a 837 mil aposentados e pensionistas, e uma cobertura previdenciária que já alcança 2,7 milhões de participantes ativos e 3,9 milhões de dependentes.

A pandemia chamou atenção para a pauta ASG e reforçou a importância da previdência complementar fechada, em um momento em que as pessoas buscaram, como nunca, proteção social. Dados indicam que as famílias brasileiras encerraram 2020 poupando ao redor de 20% da renda disponível, o dobro em relação a 2017. Cabe ao nosso sistema trabalhar para transformar essa “poupança do medo”, de curto prazo, em “poupança da esperança” para a realização de sonhos no longo prazo.

Com muito profissionalismo, comunicação, relacionamento e capacidade de reinvenção, as entidades fechadas conseguiram enfrentar a crise. Mesmo diante de um cenário de altos níveis de incerteza e volatilidade, nosso sistema mostrou sua resiliência e solidez, concluindo 2020 com a manutenção dos principais índices de solvência, liquidez e rentabilidade de ativos em níveis satisfatórios. Cumprimos nossa missão, ampliando a população protegida, e encerramos o ano com 81 mil pessoas abrangidas nos planos família.

Há sensibilidade, por parte dos gestores das carteiras de investimentos das EFPC, de que será preciso, dentro da estratégia de longo prazo, em em um cenário de alta volatilidade, buscar mais rentabilidade e diversificação. Os investimentos responsáveis ganham seu lugar de destaque, proporcionando retornos sustentáveis e melhor gerenciamento de riscos.

Há mais de uma década, a Abrapp tem, com protagonismo, mobilizado as entidades fechadas em torno desse tema, justamente por reconhecer a importância das questões ASG na geração de oportunidades para as atividades do setor e consequentes efeitos para a população à qual asseguramos um futuro financeiro digno, complementando o essencial papel da previdência social.

A importância dessa pauta para nossas associadas é demonstrada, de forma coletiva desde 2004, quando, em parceria com o Instituto Ethos, a Abrapp lançou os [Onze Princípios Básicos de Responsabilidade Social para as EFPC](#), além do primeiro Relatório Social em 2007 e, no ano seguinte, com a criação da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade – atualmente denominada Comitê de Sustentabilidade. Em 2012, foi lançada a [Cartilha para Elaboração de relatórios de sustentabilidade para EFPC](#) - Guia Completo Abrapp sobre transparência e prestação de contas para o setor de Previdência Complementar Fechado e, em 2014, foi publicado o Relatório de Sustentabilidade das EFPC. Nos anos seguintes, foram realizados diversos seminários e apresentações técnicas em Congressos, além da publicação de Guias voltados à promoção do tema Sustentabilidade no setor, dentre eles, o [Guia de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para Fundos de Pensão](#) - Melhores Práticas de Transparência em Informações ASG e a [Política de Sustentabilidade Abrapp](#) lançados em 2019. Com maturidade e arcabouço teórico chegamos em 2021 com o projeto de mapeamento ASG do Setor que dá origem à nova edição do Relatório de Sustentabilidade das EFPC. Mais informações na linha do tempo, pág. 20.

Nesse documento, fica evidenciada a aceleração de projetos nas EFPC, como também os desafios para a aplicação prática dos critérios ASG. Ou seja, ainda há muito espaço e oportunidades para avançar. Fica a nossa lição de casa para cada vez mais auxiliar as entidades do nosso sistema em ampliar essas questões internamente, por meio de técnicas, ferramentas, orientações e ações práticas.

Não resta dúvida sobre a importância e o efeito prático da questão da sustentabilidade nos negócios. O investimento em empresas e empreendimentos com alto padrão de governança em sua gestão, e menor risco social e ambiental, possuem maior probabilidade de gerar menor risco e melhor impacto econômico e retorno sobre o capital investido no longo prazo.

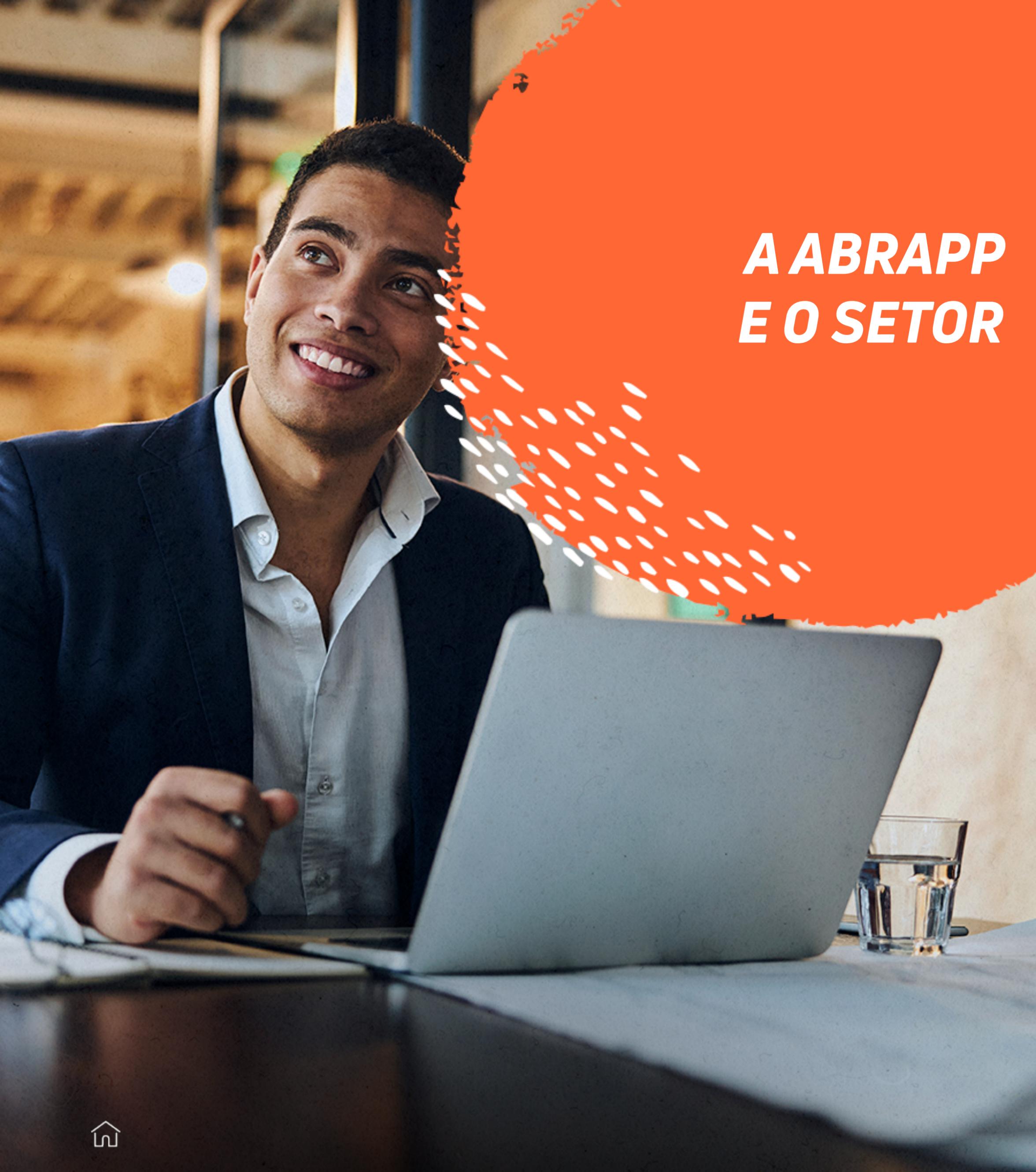
A EFPC que considera os critérios ASG nos seus investimentos reflete a importância dada por patrocinadores e instituidores ao tema, como também é exemplo de solidez e segurança para os participantes, assistidos e a sociedade em geral. Quando se considera todos os atores envolvidos na tomada de decisão de investimentos, com uma conduta e averiguação criteriosa a respeito de questões ambientais, sociais e de governança, todos saem beneficiados.

Por fim, este Relatório é uma importante referência sobre onde estamos e onde podemos chegar, demonstrando que podemos aprender uns com os outros nesse caminho. Por isso, além de

trazer um retrato do cenário atual do setor e um diagnóstico baseado em como as Entidades se observam, elaboramos um **Guia de Referências para Pesquisa ASG/Sustentabilidade** com os materiais mais relevantes sobre os temas ASG. Nossa intenção é que além de descobrir a posição em que estão, as EFPC tenham subsídio para iniciar ou aperfeiçoar sua trajetória rumo às melhores práticas para uma gestão sustentável.

Nosso convite é para que mais entidades participem das próximas edições da pesquisa realizada pela Abrapp. Inclusive, aquelas que estão em seus primeiros passos nessa jornada. Que possamos seguir unidos nessa agenda, compartilhando aprendizados e experiências, cumprindo nossa missão de entregar um amanhã melhor para a atual e futuras gerações. Boa leitura!

Luís Ricardo Marcondes Martins
Diretor-Presidente



**A ABRAPP
E O SETOR**





3. A ABRAPP E O SETOR

3.1. Perfil organizacional

3.1.1. A Associação ■ GRI 102-1 a 102-6

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp é uma organização sem fins lucrativos que representa os interesses comuns das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, contribuindo para tornar a vida dos cidadãos brasileiros melhor por meio da poupança previdenciária. Fundada em 1978, ao final de 2020 conta com 246 associadas, distribuídas em seis regionais no País.

A atuação da Abrapp está alicerçada em três grandes compromissos:

- Representar o setor junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como à sociedade civil em geral;
- Ser um celeiro de ideias e compartilhamento de experiências, com excelência técnica;
- Oferecer soluções positivas que contribuam para a gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e qualificação técnica dos seus profissionais.

Os produtos e serviços oferecidos pela Associação valorizam a gestão e operação das EFPC, seja por meio da disponibilização de acesso ao patrimônio histórico e cultural da Previdência Complementar em formato físico e digital em sua biblioteca e demais centros de conhecimento, canais de relacionamento, comissões técnicas, central de notícias, indicadores setoriais, instrumentos de gestão e oportunidades de capacitação e qualificação por meio de seminários, encontros e a realização do maior congresso mundial de previdência privada.

A Abrapp também contribui diretamente para o fomento do setor por meio de iniciativas como o Fundo Setorial Abrapp e a indução às melhores práticas por meio do programa de Autorregulação, que já conta com os Códigos de Autorregulação em Governança de Investimentos e

Governança Corporativa. Adicionalmente, a instituição investe em iniciativas e na integração com instituições que reforçam e expandem sua proposta de valor, a exemplo de UniAbrapp, Conecta, Sindapp e ICSS.

A Associação é reconhecida pela credibilidade construída em mais de 40 anos de existência, sempre alicerçada na busca por fornecedores e parceiros que disponham de boa reputação no mercado. Com relação à diversidade, a Abrapp tinha, em 2020, um total de 49 colaboradores, sendo 32,7% homens e 67,3% mulheres.

3.1.2. Governança ■ GRI 102-18

A estrutura de governança da Abrapp é constituída por Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo e a Diretoria são os responsáveis pela tomada de decisões sobre temas econômicos, ambientais e sociais, com o apoio técnico da Comissão Técnica de Investimentos, da Comissão Técnica de Governança e Riscos, do Comitê de Sustentabilidade e da Comissão de Ética.

3.1.3. Ética e integridade ■ GRI 102-16 e 102-17

A Abrapp, em parceria com o Sindicato patronal das EFPC – Sindapp, possui sua Comissão de Ética com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada.

A Comissão de Ética possui, entre suas competências, administrar e supervisionar a aplicação e a observância do [Código de Condutas Recomendadas para o Regime Fechado de Previdência Complementar](#). Além das orientações disponibilizadas no Código de Condutas, a Abrapp oferece um [Canal de Denúncias](#) por meio de portal exclusivo, seguro e independente, que garante o anonimato e segurança da identidade do denunciante, para receber ocorrências de descumprimento à legislação ou de condutas inapropriadas e antiéticas que possam afetar a imagem, o resultado financeiro e o ambiente de trabalho das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e suas partes relacionadas.

A Comissão de Ética também produz artigos e publicações com a finalidade de instruir e orientar as EFPC acerca dos princípios éticos e gestão responsável.

Autorregulação

Como já mencionado, a Abrapp conta com um programa de Autorregulação, cujas bases foram lançadas em 2014, com a criação de uma Comissão Mista em conjunto com ICSS e Sindapp. O programa caracteriza-se pelo conjunto de regras e procedimentos assumidos voluntariamente pelas associadas e já conta dois Códigos lançados: [Código de Autorregulação em Governança de Investimentos](#) e [Código de Autorregulação em Governança Corporativa](#). A autorregulação

pode ser definida como sendo o conjunto de regras e procedimentos assumidos voluntariamente por um grupo de entidades lideradas pela Abrapp/Sindapp/ICSS. A abrangência de seu conteúdo vai além da própria regulação governamental ou oficial, proporcionando complementaridade e potencialização de resultados, com maior força e probabilidade de eficiência e eficácia de funcionamento do setor, fomentando seu desenvolvimento, intensificando a reputação das instituições e consolidando a confiança da sociedade.

3.1.4. Sustentabilidade

O reconhecimento de que aspectos sociais, ambientais e de governança trazem oportunidades e riscos aos investimentos, imagem e perenidade para o setor, fez com que a ABRAPP se tornasse precursora e uma importante mobilizadora do tema Sustentabilidade.

A institucionalização de sua [Política de Sustentabilidade](#) sinaliza a importância que a Associação dá ao tema, colocando-a em linha com as tendências do mercado e com sua responsabilidade por fomentar práticas sustentáveis no setor de previdência complementar e demais cadeias de valor com as quais se relaciona. Dessa forma, a Associação contribui para o envolvimento e a conscientização não apenas de seu corpo funcional, mas das Entidades associadas, em relação às questões socioambientais em suas atividades. A intenção é a de fortalecer os valores e as estratégias já existentes na Associação e estimular a estruturação de uma cultura de responsabilidade social, ambiental e de governança no setor.

Outras iniciativas refletem o compromisso da Abrapp com as melhores práticas e a discussão acerca da sustentabilidade. São exemplos a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para Promoção do Trabalho Descente e as adesões ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres e ao Pacto Global da ONU.



Linha do tempo Abrapp

PRECURSORA DO TEMA SUSTENTABILIDADE

O reconhecimento de que aspectos sociais, ambientais e de governança trazem oportunidades e riscos aos investimentos do setor fez com que a Abrapp se tornasse uma importante mobilizadora das EFPC.

2004

Em parceria com o Instituto Ethos, a Abrapp lançou no Congresso Anual os Onze Princípios Básicos de Responsabilidade Social para as EFPC, visando disseminar práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) para investimentos.

2006

Adesão de acordos internacionais como os Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI).

2007

- Adesão ao Carbon Disclosure Project (CDP);
- Lançamento do Primeiro Relatório Social das EFPC;
- Criação da Comissão Técnica Ad hoc de Responsabilidade Social.

2009

Apresentação da CTNSUS no 30º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, com o Painel: "A Sustentabilidade dos Fundos de Pensão: Desafios e Oportunidades".

2008

Criação da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade (CTNSUS) e Edição do 2º Relatório Social das EFPC.

2010

- Apresentação no 31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão;
- 3º Relatório Social das EFPC - Ed. 2010;
- 1º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil".

2011

- Reformulação da área "Sustentabilidade" no portal Abrapp;
- Modelo customizado de Balanço Social do Ibase para Fundos de Pensão;
- 2º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil";
- Apresentação no 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão;
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Abrapp, Ministério da Previdência Social (MPS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) para Promoção do Trabalho Decente.

2012

- 3º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o papel dos fundos de pensão no Brasil";
- Lançamento do CDP Brasil 2012;
- 33º Congresso Abrapp: Painel "Responsabilidade Socioambiental com Rentabilidade";
- Elaboração do Modelo GRI para Relatórios de EFPC;
- Lançamento do Guia/Cartilha para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para EFPC.

2014

- 5º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão";
- Lançamento do Relatório de Sustentabilidade dos Fundos de Pensão - Modelo GRI;
- Lançamento do estudo "O Sistema Financeiro Nacional e Economia Verde";
- Guia de Melhores Práticas em Sustentabilidade.

2013

- 4º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão";
- Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM);
- Elaboração do 1º Relatório de Sustentabilidade Abrapp 2013 – Modelo GRI para Fundos de Pensão.

2015

- 1º Prêmio Abrapp de Sustentabilidade para premiar as EFPC que contribuíram com as melhores práticas sustentáveis envolvendo questões ambientais, sociais, econômicas e de governança, importantes para garantir a perenidade das organizações;
- 6º Seminário Abrapp "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão".

2016

- Apresentação no 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão: "A Perenidade dos Fundos de Pensão – Panorama Mundial dos Investimentos Sustentáveis" | Previdência Complementar e a Sustentabilidade: panorama do mercado no Brasil e Europa.

2017

- Realização da Primeira Conferência de Diretores e Conselheiros: Dever Fiduciário e Sustentabilidade da Previdência Complementar Fechada;
- Elaboração do Projeto: Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça das EFPC;
- Parceria do Fórum de Equidade Fundos de Pensão e CTN Sustentabilidade;
- Elaboração e Lançamento do Guia da EFPC Responsável, no 38º Congresso Abrapp.

2019

- 1º Seminário Dever Fiduciário (Ética, Governança e Sustentabilidade);
- Lançamento da Política de Sustentabilidade Abrapp;
- Apresentação no 40º Congresso Abrapp: Lançamento do Guia para Elaboração de Relatório Anual e de Sustentabilidade, em parceria com a Resultante;
- Lançamento do Guia Prático para Integração ASG na Avaliação de Gestores em parceria com a SITAWI.

2018

- Lançamento do Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça das EFPC no 39º Congresso Abrapp;
- Elaboração da Política de Sustentabilidade Abrapp;
- Seminário Internacional UniAbrapp, em Toronto. Pauta: Governança, Dever Fiduciário, Investimento Responsável (Apoio PRI).

2020

Relatório de Sustentabilidade Abrapp 2020
Parceria com GRI e SITAWI para estruturação do questionário a ser aplicado às EFPC associadas.

3.1.5. Iniciativas Externas ■ GRI 102-12 e 102-13

Alinhada ao seu posicionamento institucional, a Abrapp apoia e participa ativamente de iniciativas de outras organizações, nacionais e internacionais, ligadas à agenda do desenvolvimento sustentável. Desde 2004, a Associação é signatária do [Pacto Global da ONU](#), que visa engajar empresas na adoção de dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

A Abrapp também é membro do Conselho Técnico Consultivo do [CDP](#) e *network supporter* da [Principles for Responsible Investment – PRI](#), rede internacional de investidores, apoiada pelas Nações Unidas, que trabalha para promover o investimento responsável por meio da incorporação dos critérios ASG.

Outra iniciativa apoiada pela instituição são os [Princípios do Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres](#), com parceria para divulgação de eventos e certificações.

Por fim, como já mencionado, a Abrapp também apoia o [GRI - Global Reporting Initiative](#), e desenvolve materiais e cartilhas baseadas nessa metodologia.

3.2. Previdência Complementar no Brasil ■ GRI 102-2

3.2.1. Capacidade para impulsionar o desenvolvimento sustentável

Em um contexto no qual o reconhecimento dos aspectos ASG ganha destaque em discussões e organizações no Brasil e no mundo, as EFPC não poderiam deixar de seguir o movimento. A Abrapp percebe em tal movimento oportunidades como a possibilidade de crescimento responsável, a perenidade das condutas e escolhas, a visibilidade junto aos *stakeholders*, a confiança a ser adquirida dos participantes e assistidos, o cumprimento do dever fiduciário e também a chance de fortalecimento da imagem das EFPC como um todo.

No que diz respeito à perspectiva de transição para a economia verde, a Abrapp alerta quanto a possíveis riscos para as EFPC caso não se adaptem às mudanças necessárias para permanecerem aderentes as melhores práticas de mercado. Nesse propósito, a Associação se coloca como catalisadora no processo de orientar e estimular o setor por meio da disseminação de conhecimento, implementação de estratégias e diretrizes ASG, especialmente para Conselhos, Diretorias e Gestores.

3.2.2. A Importância do setor para o país ■ GRI 102-2

Atualmente os ativos das EFPC representam 13,7 % do PIB brasileiro.

- 295 Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- 246 Associadas Abrapp;
- 1.129 Planos de Benefícios (Instituídos + Patrocinados);
- 83 Planos Instituídos;
- 2.843 Empresas Patrocinadoras;
- 491 Instituidores;
- 3,5 milhões de participantes ativos e assistidos, os quais têm mais de 3,9 milhões de dependentes e somam um patrimônio de R\$ 1,02 trilhão (nov/20).

Segundo as estimativas da Abrapp, nos últimos quinze anos, os investimentos das EFPC tiveram rentabilidade acumulada de 444%, contra 425% da taxa máxima atuarial.

Fonte: PREVIC (Informe Estatístico set/20) e Abrapp (Consolidado Estatístico nov/20).

Dentro de sua missão de promover o desenvolvimento da previdência complementar, a Abrapp reconhece a importância da [Política de Sustentabilidade](#) com a finalidade de fortalecer as estratégias já existentes na instituição e estimular a estruturação de uma cultura de responsabilidade social, ambiental e de governança no setor.

Também contribui para essa evolução o [Código de Autorregulação em Governança de Investimentos](#), que tem o propósito de colaborar com o aperfeiçoamento de práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Previdência Complementar Fechada no País.

ASG - Destaque Agenda Abrapp

É importante frisar que as questões ASG são parte integrante da agenda da Abrapp, abordadas com frequência nos eventos institucionais da Associação. Somam-se, ainda, o incentivo e a disponibilização de uma série de publicações para apoiar as associadas na transição e adoção dos Princípios ASG em sua cultura corporativa.

Mais informações na [Linha do Tempo Sustentabilidade Abrapp](#).

3.3. Relacionamento com Regulador

3.3.1. Stakeholders ■ GRI 102-40 a 102-44

Sobre o relacionamento com o órgão regulador e o Poder Público, a Abrapp possui o objetivo, previsto em seu Estatuto Social, de promover a defesa dos interesses das associadas, atuando, para este fim, junto a quaisquer órgãos dos poderes constituídos e entidades dos setores público e privado.

A este propósito também se soma a colaboração com o Poder Público em tudo o que disser respeito à previdência complementar, especialmente no tocante à sua regulamentação e ao estabelecimento e execução de políticas e diretrizes básicas pertinentes às suas atividades.

Por fim, a entidade também representa suas associadas em seus pleitos judiciais ou extrajudiciais, nos termos previstos na Constituição Federal.

Relações Institucionais

A Abrapp conta com uma área de Gestão de Relações Institucionais em sua Diretoria. A ela é atribuída a função de formar e manter uma base parlamentar de apoio ao Regime Fechado de Previdência Complementar.

Cabe também à Gestão de RI coordenar as atividades de representação política e institucional da Abrapp e executar ações de apoio, bem como propor à Diretoria plano de trabalho com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para alcançar esses objetivos, a Associação conta com assessoria parlamentar e jurídica que interagem com os principais *stakeholders* dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), conforme as demandas do Regime Fechado. São exemplos de partes interessadas:

- CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar;
- PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- SURPC - Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar;
- CRPC - Câmara de Recursos da Previdência Complementar;
- Ministério da Economia;
- Banco Central;
- Conselho Monetário Nacional;
- Comissão de Valores Mobiliários;
- Secretaria da Receita Federal;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Planejamento e representação ■ GRI 102-12

A partir do Planejamento Estratégico, realizado no início de cada triênio, a Abrapp define as estratégias, projetos e metas que serão trabalhadas ao longo dos três anos seguintes de mandato da gestão. Baseados nesse plano, a Diretoria e o Conselho Deliberativo atuam junto aos órgãos de Governo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil, tanto no sentido de levar propostas concretas e motivar discussões relevantes e alinhadas ao Planejamento, mas também no intuito de superação das adversidades vivenciadas pelas EFPC.



Com relação à representatividade perante o mercado, a Abrapp é a porta-voz oficial do segmento junto à imprensa e também participa em Consultas Públicas dos órgãos regulador e fiscalizador, iniciativas de instituições que se comunicam com o segmento, reuniões com parlamentares e elabora estudos para fundamentação e proposição de normativos afetos ao Regime de Previdência Complementar.

Com relação à comunicação com os *stakeholders*, a Abrapp disponibiliza o canal de relacionamento “Abrapp Atende”, sites, redes sociais e contatos estabelecidos diretamente com Presidência da instituição, sendo os principais tópicos levantados nestes canais dúvidas e questões sobre seu posicionamento institucional acerca de normativos e eventuais enquadramentos das EFPC.

3.3.2. Histórico das ações desenvolvidas pela Abrapp ■ GRI 102-2

A Abrapp tem atuado historicamente, como já citado, junto aos órgãos de Governo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil, tanto no sentido de levar propostas concretas e motivar discussões relevantes e alinhadas ao Planejamento Estratégico da entidade, mas também no intuito de superação das adversidades vivenciadas em razão do estado de pandemia.

Ao longo do ano de 2020 foi estabelecida uma agenda frequente e intensa com os representantes do Ministério da Economia responsáveis pelo Regime na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, na Secretaria de Previdência e na Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar, bem como na Previc para discussão de temas relacionados ao enfrentamento da crise, à agenda do CNPC, expansão do setor, harmonização de regras entre entidades abertas e fechadas, questões tributárias, estabilidade normativa, entre muitos assuntos.

As atividades legislativas no ano de 2020 seguiram igualmente intensas, em que pese o novo formato digital e a orientação dos trabalhos em grande parte do tempo para ações relacionadas à pandemia. A Abrapp acompanhou de perto os desdobramentos de normativos e realizou reuniões ao longo do ano com parlamentares e/ou assessores para tratar de temas específicos relacionados a projetos em tramitação.

Adicionalmente, a Associação preservou seu bom relacionamento com atores do Judiciário, disseminando, por meio de eventos e reuniões, informações sobre a Previdência Complementar e as pautas do setor, e neste âmbito também registrou conquistas relevantes ao Regime Fechado.

Com o propósito de empreender ações para fortalecer o sistema, a Abrapp manteve diálogo contínuo com representantes da sociedade civil na busca de parceiros e protagonistas em iniciativas de fomento. Nesse sentido, destacam-se as interações com outras associações do setor, a exemplo de Apep, Anapar e Ancep, em torno dessa agenda prioritária. Em 2020, a Abrapp assinou convênio de cooperação técnica com a Fenaprevi, um fato histórico e que materializa o contexto atual, a evolução e o amadurecimento do Regime de Previdência Complementar no país.

3.4. Iniciativas de Educação Financeira ■ GRI 102-2

Os programas e projetos de educação financeira e previdenciária da Abrapp têm o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura previdenciária, que estão atrelados ao Planejamento Estratégico elaborado pelos órgãos estatutários da Associação no início do mandato (2020-2022).

Nesse sentido, a Associação atua junto ao público interno (segmento de previdência complementar fechado) e externo (sociedade em geral), por meio de programas de capacitação dos profissionais através da UniAbrapp - Universidade Corporativa da Previdência Complementar e a disseminação dos temas de educação financeira e previdenciária em diversos canais de comunicação (imprensa, blog e redes sociais), com o objetivo de ampliar o acesso à informação. A Abrapp também tem estabelecido parcerias com outras instituições ligadas ao tema da educação financeira, a exemplo de CIEE, ENEF, ANBIMA, dentre outras.

A equipe técnica da Abrapp, em conjunto com os especialistas do segmento, é responsável por elaborar os planos de trabalho com preposição das agendas para capacitação dos profissionais e definição dos públicos-alvo.

Em 2020, os principais programas e projetos de educação financeira e previdenciária da Associação foram:

Reestruturação da UniAbrapp | Com o objetivo de atender às novas demandas resultantes da pandemia, o formato dos cursos e treinamentos foi totalmente adaptado para participações online. Ofereceu 135 treinamentos ao longo de 2020, sendo 117 deles na versão online e ao vivo, com 4 mil participantes. A avaliação dos treinamentos foi apontada pela maioria como excelente, atingindo a média de 4,6 em avaliação de 1 a 5.

Eventos temáticos em modelo online | A Abrapp promoveu 9 eventos online e ao vivo, incluindo o Congresso Brasileiro de Previdência Privada, considerado o maior do mundo, reunindo cerca de 5 mil participantes.

Programa “Previdência é Coisa de Jovem” | Com uma campanha voltada para educação previdenciária, o programa realizou lives e ações nas redes sociais. A iniciativa começou com a primeira participação no Expo CIEE em 2017, com um estande na feira para promover a cultura previdenciária entre os estudantes. Desde então, promoveu novas participações no evento e uma série de ações conjuntas. Em 2020, essa parceria levou mais de 3.000 jovens para apresentação ao vivo no Congresso Brasileiro da Previdência Privada, promovida pela UniAbrapp. Ao final de 2020, a live conta com mais de 8.500 visualizações. Nas redes sociais, o projeto lançado em julho de 2020, conta com 924 seguidores e 73 publicações.

Grupo de trabalho | No início do ano, a Abrapp e a UniAbrapp formaram um grupo de trabalho com jovens talentos da equipe de colaboradores para aproveitar o potencial das redes sociais para a educação previdenciária. O grupo avançou com propostas na linha “memática” (estudo formal dos memes) para atrair o público jovem através de posts criativos e vídeos extrovertidos que poderiam ser gravados pelos próprios integrantes da equipe.

Parceria com MyNews | Além de presença contínua na Imprensa, a Abrapp firmou parceria com o canal MyNews, no YouTube, com as jornalistas Mara Luquet e Myrian Clark, para viabilizar o projeto “Previdência para Todos”, que tem o objetivo de difundir o conhecimento sobre a previdência complementar fechada para o grande público, com entrevistas semanais sobre o tema. Ao todo, foram exibidos 18 quadros com participação de lideranças do sistema e representantes do Governo, buscando mostrar de forma acessível os diferenciais, as vantagens e o acesso à previdência complementar fechada. Os quadros atingiram o total de 194 mil visualizações e engajaram 127 mil pessoas no Youtube. Os posts nas redes sociais do MyNews (Twitter, Facebook, Instagram e LinkedIn) registraram alcance de 116.351 usuários únicos.

Webinars gratuitos | Foram realizados 14 webinars gratuitos, que pautaram vários assuntos relacionados ao momento vivenciado, reunindo ao todo 4.900 pessoas.

Blog “Abrapp em Foco” | Lançado em 2020, com o intuito de apoiar as associadas com informações em tempo real durante a pandemia, o canal de notícias “Abrapp em Foco” tornou-se referência no sistema. Atualmente, conta com 5.500 assinantes/leitores e 12.000 visitas mensais, em média, no site.

Projeto Hack’A’Prev | Iniciativa pioneira no segmento, o hackathon online de previdência privada reuniu desenvolvedores de *software*, designers e outros profissionais relacionados à área de programação com o objetivo de criar soluções inovadoras para o setor, a partir de desafios específicos criados pelas empresas participantes do evento.

Publicações Digitais | A Associação realizou o lançamento de 6 e-books, considerando o [Guia de Boas Práticas - Ações de Educação Financeira e Previdência](#) e o [Guia de Educação Financeira: Futuros Poupadores](#), desenvolvidos com o apoio das Comissões Técnicas.

Semana ENEF | A Abrapp manteve seu apoio e participação na Semana Nacional de Educação Financeira, com [live](#) sobre o tema “A Importância da Previdência Privada oferecida pelo empregador para o trabalhador”.



PERFIL DA PESQUISA



4. PERFIL DA PESQUISA ■ GRI 102-46, 102-47

Para a realização da presente análise setorial, a Abrapp, por meio de seu Comitê Técnico de Sustentabilidade, e em parceria com a SITAWI Finanças do Bem e com o escritório regional Global Reporting Initiative no Brasil, disponibilizou uma consulta a todas as suas associadas, com base no processo de materialidade elaborado em 2020. O estudo definiu os temas relevantes para o Relatório Anual da Abrapp, que foram organizados em duas dimensões: Investimento Responsável e Gestão Responsável da EFPC.

Investimento responsável	Gestão responsável da EFPC
Integração ASG na gestão de investimentos	Gestão de pessoas e qualidade de vida
Gestão de Riscos	Diversidade, equidade e acessibilidade
Capacidade de impulsionar a transição para a economia verde	Qualidade das informações disponíveis sobre produtos e serviços
	Cibersegurança e proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários
	Ética, prevenção e combate à corrupção
	Gestão Interna (meio ambiente, saúde e segurança e boas práticas)

A pesquisa, respondida por 57 EFPC, foi abalizada como um novo marco de engajamento e buscou demonstrar que Entidades de todos os portes são capazes de gerir aspectos ambientais, sociais e de governança.

Com o objetivo de obter maior comparabilidade, as EFPC respondentes foram classificadas em 3 grupos, seguindo a lógica de separação por patrimônio feita no Consolidado Estatístico da Abrapp.

Investimento (R\$ mil) 31 de dezembro de 2020	Número de EFPC
Grande Porte: Acima de 10 bilhões	11
Médio Porte: Entre 2 bilhões e 10 bilhões	25
Pequeno Porte: Menor que 2 bilhões	21

- Aproximadamente 72,7% do total de patrimônio das Entidades Fechadas de Previdência Complementar associadas à Abrapp responderam à pesquisa.
- Os números apresentados refletem os dados dos questionários recebidos no processo e a veracidade das informações são de responsabilidade das EFPC.
- A partir do processo de identificação de temas relevantes e da definição e consolidação dos indicadores a compor o Relatório, foram apresentados os resultados que refletem a fotografia do setor ao final de 2020.
- Entende-se que essa fotografia servirá como uma base informativa relevante que poderá ser utilizada com o subsídio para reformulações e decisões a serem tomadas daqui para frente no que diz respeito ao planejamento estratégico das Entidades frente aos aspectos ASG.



INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

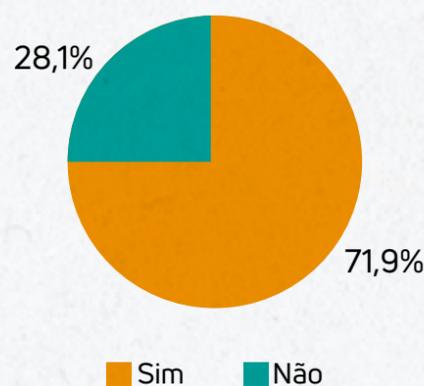




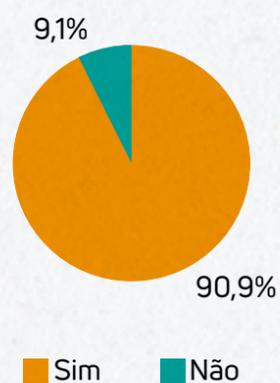
5. INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS ■ GRI FS11 (G4)

5.1. Integração ASG na gestão de investimentos

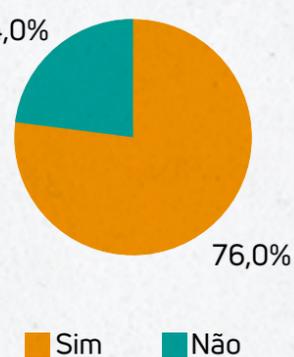
A entidade possui abordagem de investimento responsável formalizada?



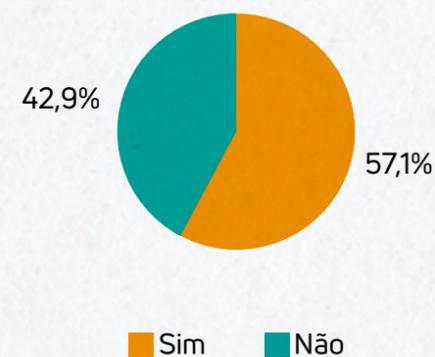
Acima de 10 bilhões



Entre 2 bi e 10 bilhões



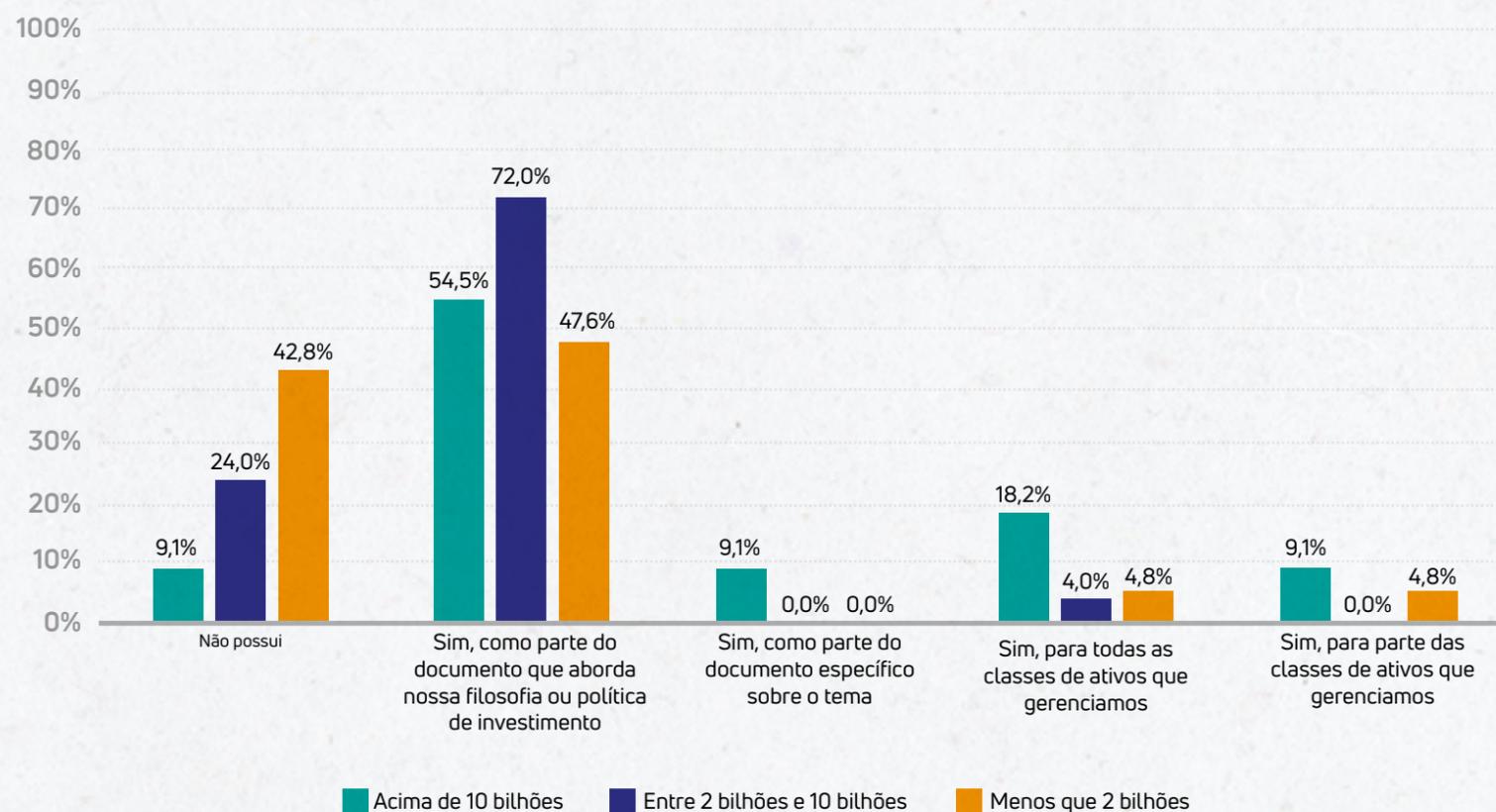
Menos que 2 bilhões



A formalização, pelas Entidades, da Integração ASG na gestão de investimentos, é um importante sinalizador de seu comprometimento com o tema. A maior parte das Entidades que respondeu ao questionário (71,9%), possui abordagem de investimentos responsáveis formalizada.

Quando considerado o patrimônio sob gestão das Entidades, daquelas com patrimônio acima de R\$ 10 bilhões, 90,9% têm abordagem de investimentos responsáveis formalizada, enquanto 76% das com patrimônio entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões e 57,1% das abaixo de R\$ 2 bilhões, o fazem.

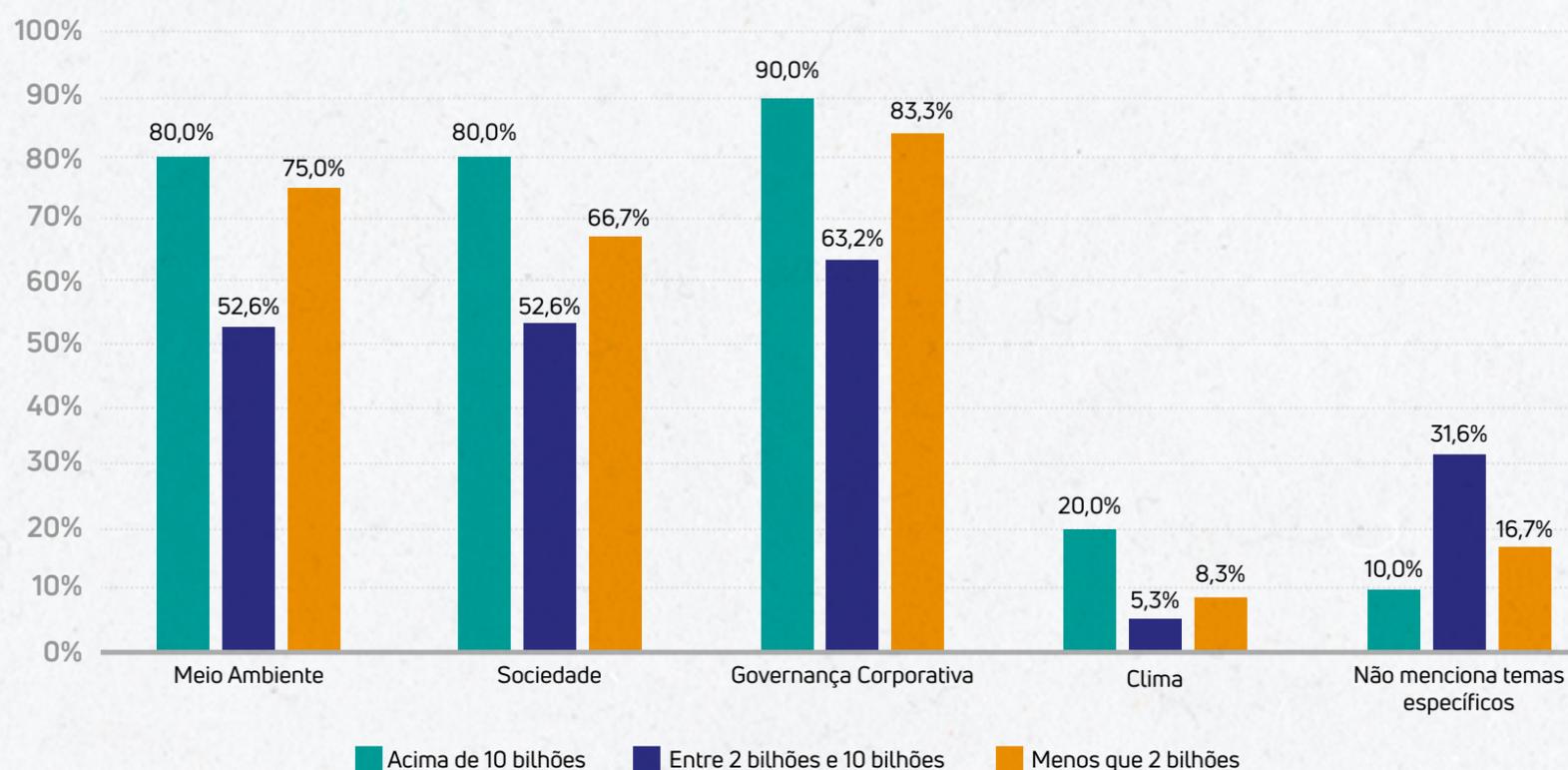
A entidade possui abordagem de investimento responsável formalizada?



Na maior parte dos casos, no entanto, tal abordagem é apresentada como parte de documento que trata sobre a filosofia ou a política de investimentos. Apenas 9,1% das Entidades apresentam a abordagem em documento específico sobre o tema.

Entre as que possuem formalização como parte do documento de filosofia ou política de investimentos, destacamos as Entidades entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões com 72,0%. Entre as Entidades acima de R\$ 10 bilhões, 54,5% formalizam a abordagem do investimento responsável dessa forma. No entanto, 28,1% da amostra ainda não possui uma abordagem de investimento responsável formalizada.

Temas abordados nos documentos que formalizam a abordagem de Investimento Responsável



***Observações**

- As 16 EFPC que não possuem abordagem em IR formalizada não foram consideradas nos gráficos
- Cada EFPC podia selecionar mais de um tema

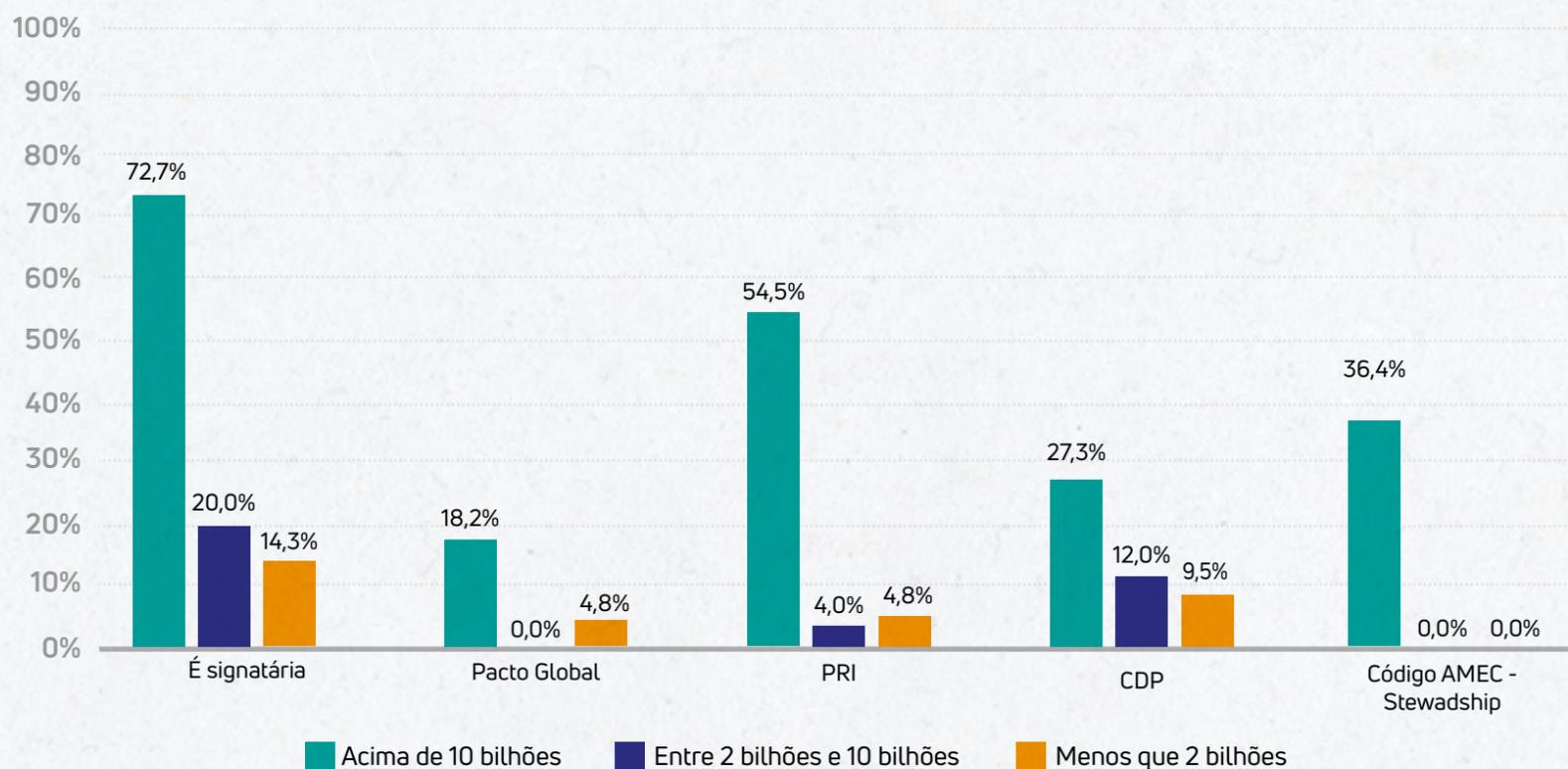
Dentre os temas sobre investimentos responsáveis, os mais tratados nos documentos, por todos os grupos de Entidades foram, por ordem de recorrência: governança, meio ambiente e sociedade.

O resultado ora apresentado pode ser justificado pelos eventos negativos do passado e, conseqüentemente, pelo maior tempo destinado aos debates sobre governança corporativa. No entanto, vale destacar que os temas meio ambiente e sociedade assumiram uma relevância muito importante dentro das entidades nos últimos anos, especialmente em 2020 com o advento da pandemia covid 19.

Clima - Riscos e Impacto na economia ■ GRI 201-2

Outro dado que chama a atenção é a baixa recorrência do tema clima entre as respostas, sendo o grupo entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões o qual apresentou menor percentual. O clima terá cada vez mais impacto na economia, mercados financeiros e também para investidores e esses precisam compreender como os riscos trazidos pela alteração no clima afetam as companhias nas quais investem, a necessária dimensão da intensidade ou frequência de tais riscos e também o conhecimento das precauções e estratégias adotadas pelas empresas para mitigar tais ameaças a fim de certificar-se da segurança dos investimentos.

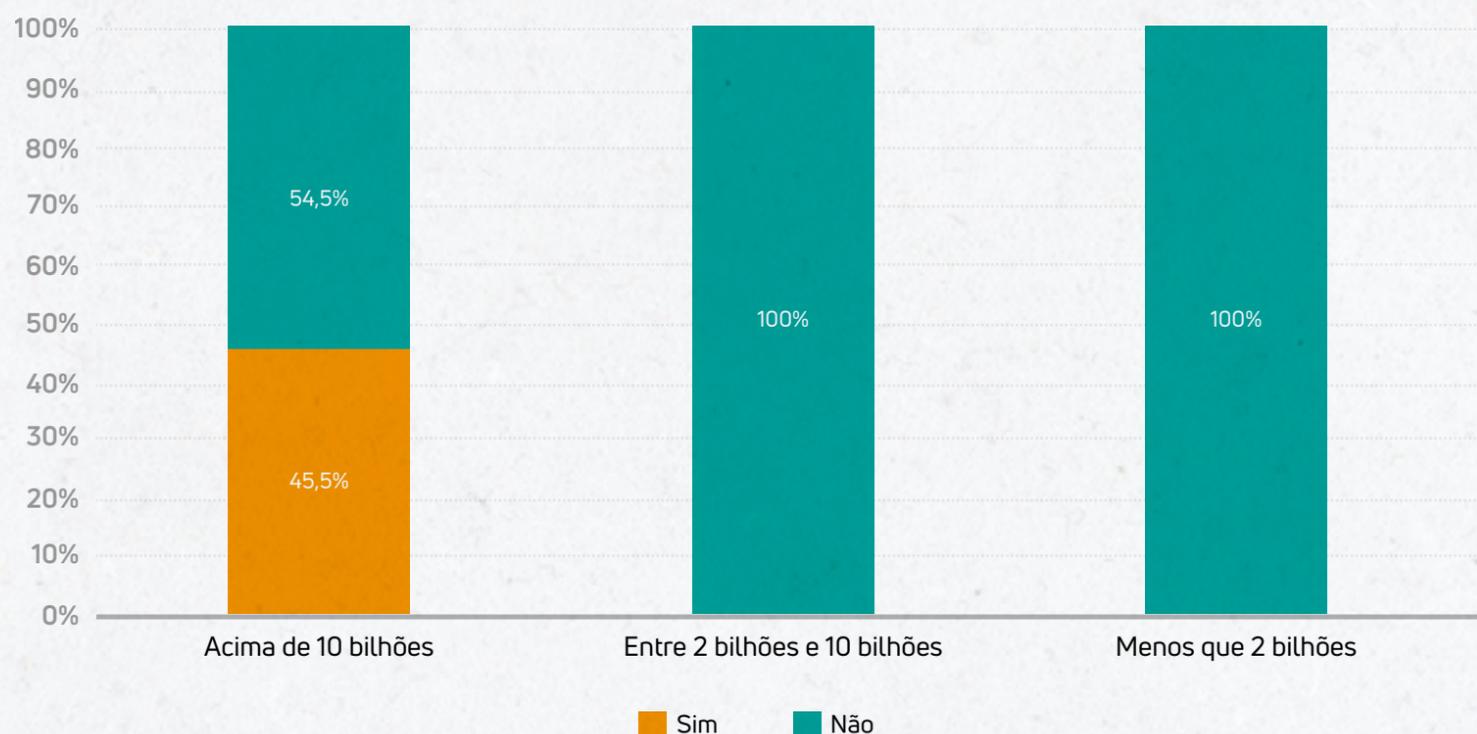
Participação em Iniciativas que Promovem Investimento Responsável ■ GRI 102-13



Outro fator avaliado foi o engajamento das Entidades por meio da participação em iniciativas que promovem investimento responsável e/ou desenvolvimento responsável. Dentre as mais robustas, 72,7% são signatárias de algum tipo de iniciativa. Já entre as Entidades consideradas como de médio porte, o percentual de participantes de iniciativas está em 20,0%, enquanto as de menor porte participam em 14,3% dos casos.

Quando analisadas as possibilidades de iniciativas disponíveis no mercado, constata-se que as Entidades de maior porte participam em sua maioria do PRI - Principles for Responsible Investment o detentor do maior número de signatárias, enquanto as demais optaram mais numerosamente pelo CDP.

A EFPC possui equipe ASG dedicada a investimentos?



Em relação à estrutura destinada à análise de investimentos, a pesquisa identificou que apenas 5 dentre as 57 EFPC respondentes possuem uma equipe dedicada aos aspectos ASG, sendo que todas elas fazem parte das Entidades com investimentos acima de R\$ 10 bilhões. Em média, as equipes são formadas por aproximadamente 8 pessoas, sendo a menor equipe com 1 e a maior equipe com 25 pessoas. Pode-se inferir que as Entidades de médio e pequeno porte, em razão de suas peculiaridades, apresentam maior dificuldade para a formação de uma equipe dedicada ao tema e, em alguns casos, terceirizam a gestão de seus investimentos.

Abordagens de IR utilizadas pelas EFPC e gestores terceirizados	EFPC com investimentos acima de 10 bilhões	EFPC com investimentos entre 2 e 10 bilhões	EFPC com investimentos menores que 2 bilhões
Filtro negativo	27,3%	5,0%	5,4%
Filtro positivo	18,2%	9,0%	5,4%
Propriedade ativa/ <i>Stewardship</i>	27,3%	4,5%	7,7%
Integração ASG qualitativa	56,8%	24,0%	16,1%
Integração ASG quantitativa	17,0%	8,0%	7,7%

O engajamento ao tema ASG não deve se restringir apenas ao entendimento da Entidade sobre o tema ou a sua concordância. Como grandes alocadores de recursos, as Entidades devem buscar introduzir em seus processos de análise, avaliação e monitoramento de investimentos os critérios ASG. Considerando as abordagens de investimentos responsáveis implementadas tanto pela EFPC quanto pelos gestores terceirizados, a integração qualitativa é a mais utilizada.

Temas considerados na análise pelas EFPC e gestores terceirizados	EFPC com investimentos acima de 10 bilhões	EFPC com investimentos entre 2 e 10 bilhões	EFPC com investimentos menores que 2 bilhões
Meio Ambiente	51,1%	13,5%	19,0%
Sociedade	48,9%	16,5%	17,9%
Governança Corporativa	53,4%	24,0%	20,2%
Clima	29,5%	5,5%	3,0%
Não considera temas específicos	10,2%	15,5%	12,5%

O tema Governança Corporativa é o mais analisado independentemente do patrimônio das Entidades. Meio ambiente é o segundo tema mais analisado para os grupos acima de R\$ 10 bilhões e abaixo de R\$ 2 bilhões, 51,1% e 19,0%, respectivamente. No caso das entidades com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões, o segundo tema mais analisado é Sociedade. Observa-se que o tema Clima já aparece nas análises das EFPC.

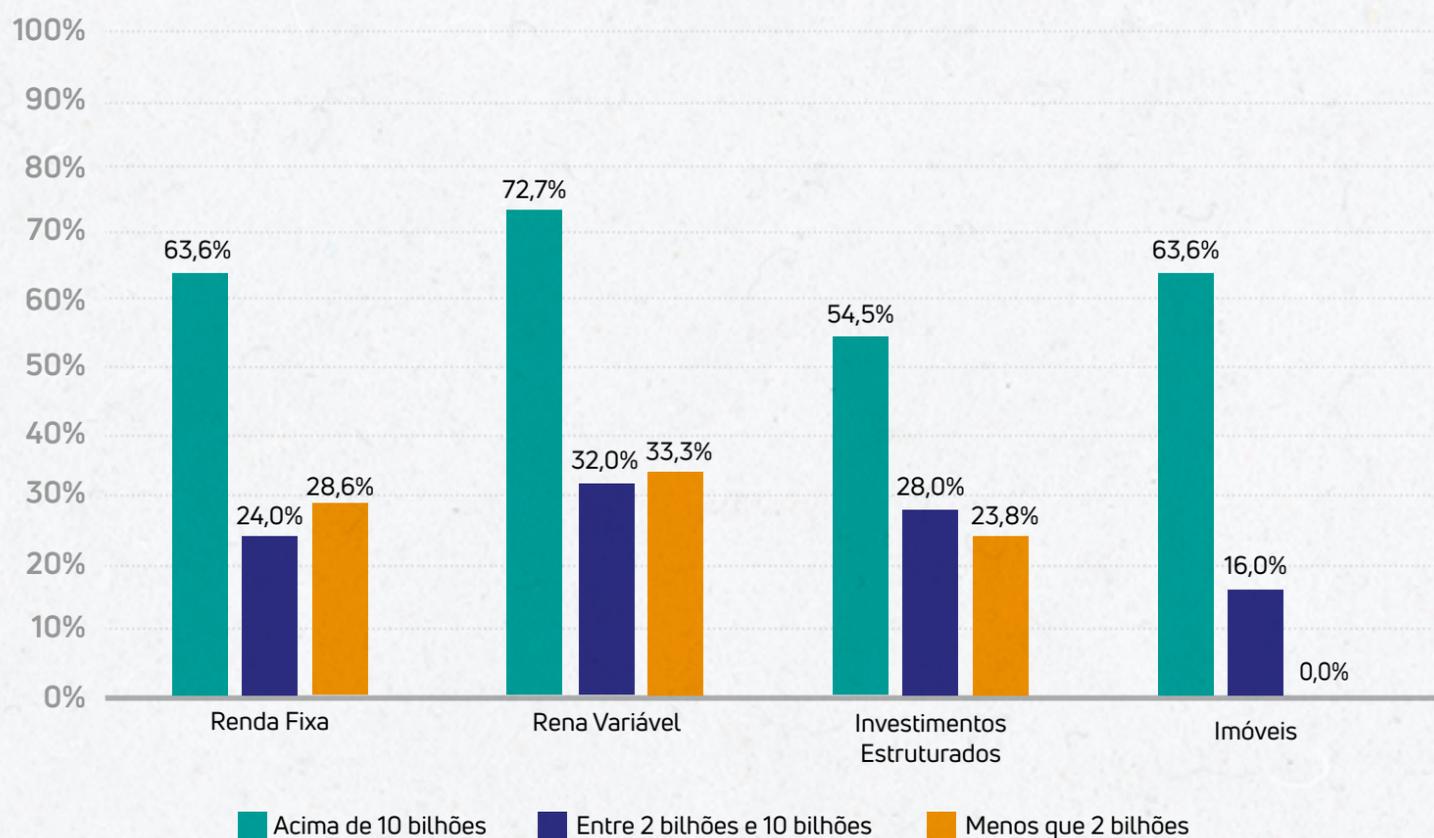
Abordagens de IR	Média de implementação pelas EFPC	Média de implementação pelos gestores terceirizados
Filtro negativo	9,7%	15,4%
Filtro positivo	7,7%	14,0%
Propriedade ativa / <i>Stewardship</i>	11,8%	14,5%
Integração ASG qualitativa	32,5%	32,1%
Integração ASG quantitativa	11,4%	10,4%

Em relação a abordagens de Investimento Responsável, os gestores terceirizados, em média, utilizam mais filtro negativo e filtro positivo do que as EFPC.

Temas considerados na análise	Média de consideração dos temas pelas EFPC	Média de consideração dos temas pelos gestores terceirizados
Meio Ambiente	24,0%	31,8%
Sociedade	24,9%	30,6%
Governança Corporativa	28,0%	37,1%
Clima	12,4%	12,9%
Não considera temas específicos	15,3%	10,2%

Já em relação a temas analisados, em média, os gestores terceirizados em suas análises abordam mais os temas de Sociedade e Meio Ambiente do que as EFPC. Constata-se que um número menor de gestores terceirizados não considera temas específicos, demonstrando uma maior atenção ao tema pelos gestores terceirizados do que pela própria gestão interna da EFPC.

Quais classes de ativo são cobertas por abordagens ASG na gestão interna da EFPC?



Para todos os respondentes, a maior parte dos ativos com análise ASG é de renda variável. Para as EFPC com investimentos acima de R\$ 10 bilhões, os ativos de renda variável, renda fixa e imobiliário (72,7%, 63,6% e 63,6%, respectivamente) são as classes mais cobertas pela abordagem ASG. No caso das EFPC com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões,

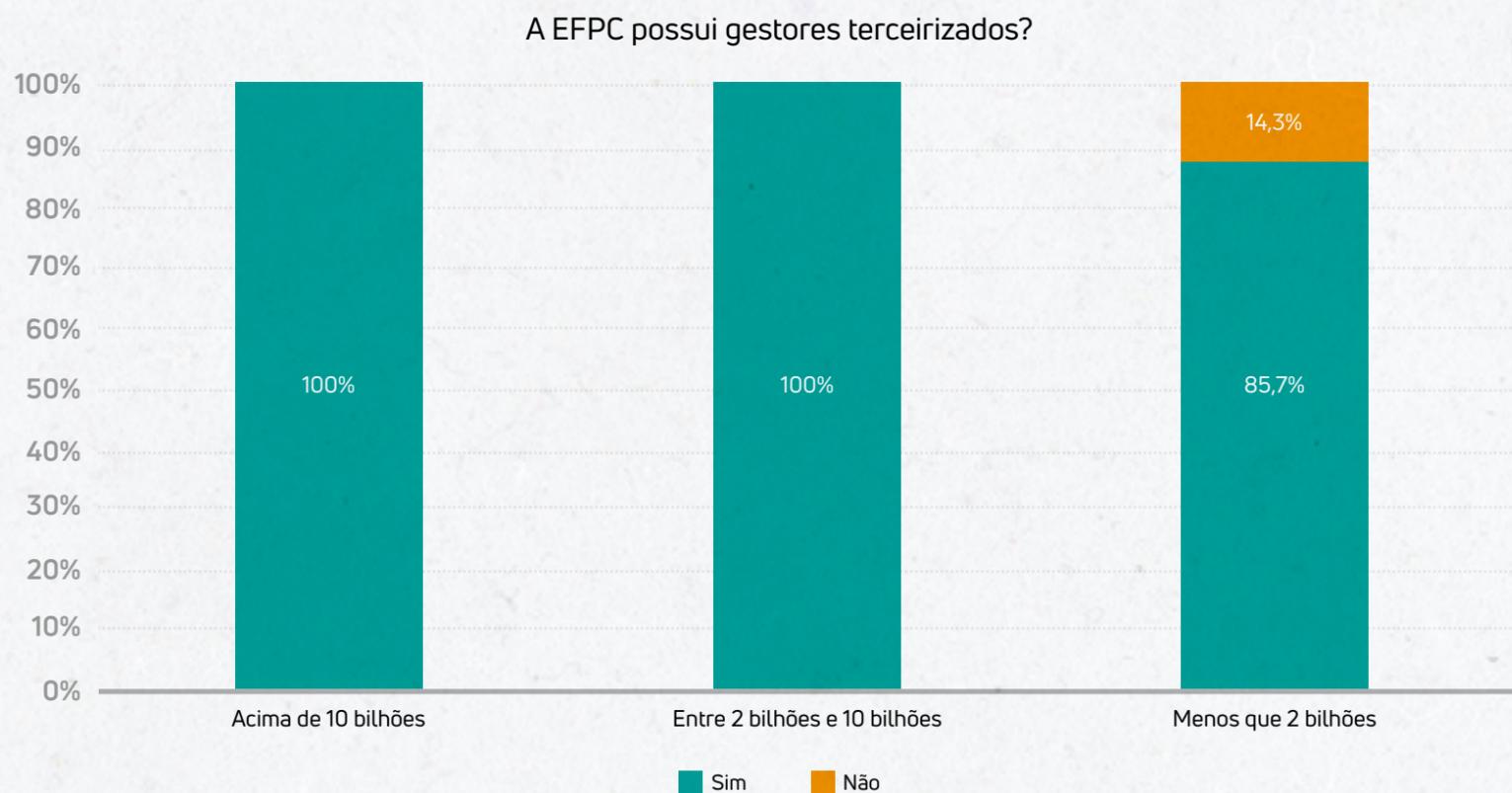
as classes mais cobertas são renda variável, estruturado e renda fixa (32,0%, 28,0% e 24,0%, respectivamente) e menores de R\$ 2 bilhões, renda variável, renda fixa e estruturado (33,3%, 28,6% e 23,8%, respectivamente). Para a classe de imóveis, a cobertura pelas Entidades com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões, e menores de R\$ 2 bilhões ainda é relativamente baixa quando comparada às demais classes.

Em todos os grupos de EFPC definidos, a abordagem qualitativa é a mais implementada para todas as classes de ativos, seguida por propriedade ativa e integração quantitativa. Os resultados demonstram que as ações se dividem entre os métodos disponíveis. Essa percepção é positiva e permite constatar que as Entidades têm procurado a aplicação de diversas metodologias na gestão dos investimentos para endereçar essas questões.

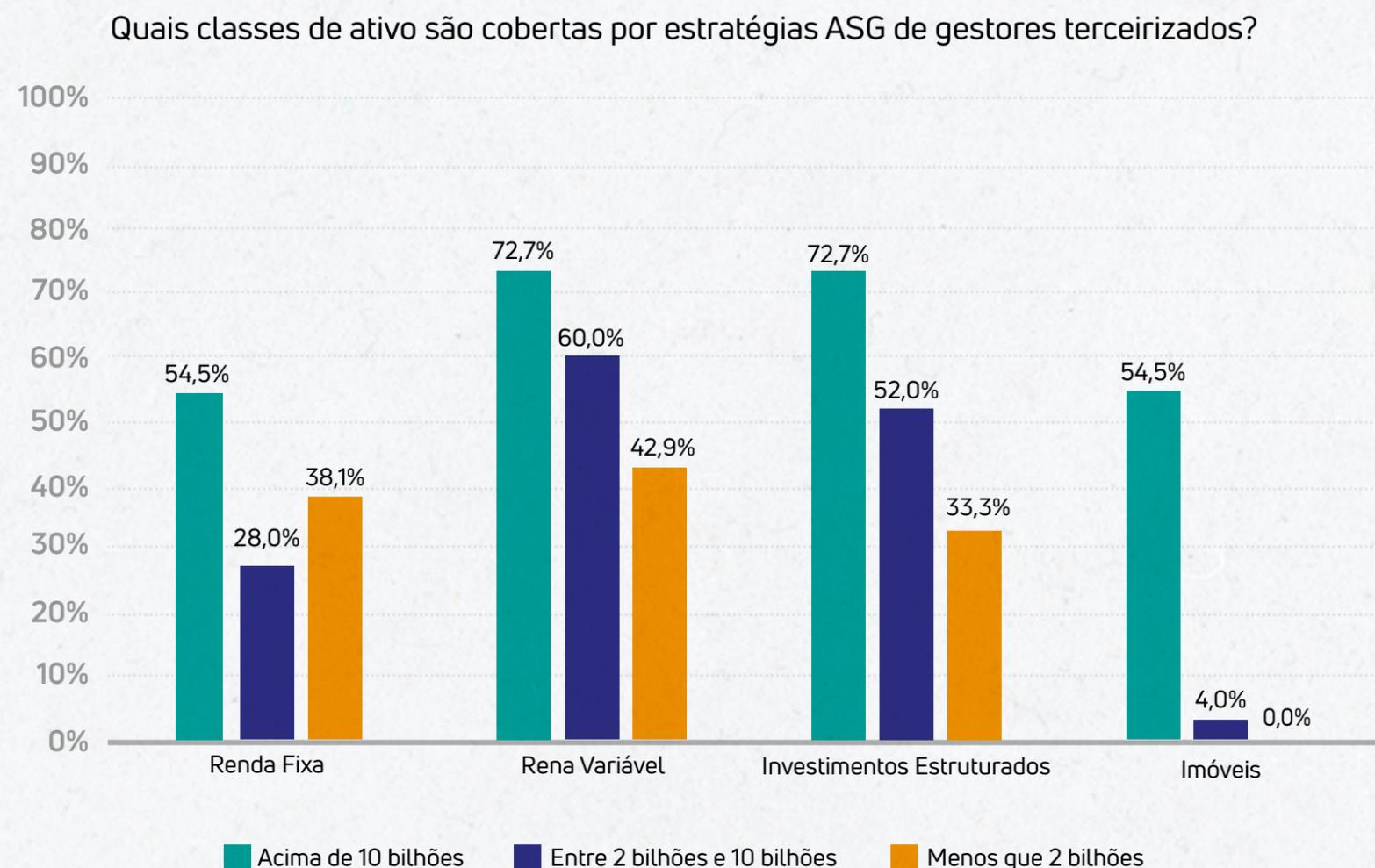
Observa-se que menos da metade das entidades com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões e menores de R\$ 2 bilhões têm definido algum tipo de abordagem ASG na gestão de ativos, mesmo a maior parte delas tendo formalizado em documento a abordagem de investimentos responsáveis.

Classes de Ativos	Temas considerados na análise pelas EFPC	EFPC com investimentos acima de 10 bilhões	EFPC com investimentos entre 2 e 10 bilhões	EFPC com investimentos menores que 2 bilhões
Renda Fixa	Meio Ambiente	54,5%	12,0%	14,3%
	Sociedade	54,5%	16,0%	14,3%
	Governança Corporativa	54,5%	24,0%	14,3%
	Clima	36,4%	4,0%	4,8%
	Não considera temas específicos	9,1%	16,0%	19,1%
Renda Variável	Meio Ambiente	63,6%	12,0%	19,1%
	Sociedade	63,6%	16,0%	14,3%
	Governança Corporativa	63,6%	24,0%	23,8%
	Clima	36,4%	4,0%	4,8%
	Não considera temas específicos	9,1%	24,0%	19,1%
Investimentos Estruturados	Meio Ambiente	36,4%	12,0%	14,3%
	Sociedade	36,4%	16,0%	14,3%
	Governança Corporativa	45,5%	20,0%	14,3%
	Clima	36,4%	4,0%	0,0%
	Não considera temas específicos	9,1%	20,0%	19,1%
Imóveis	Meio Ambiente	45,5%	4,0%	0,0%
	Sociedade	45,5%	8,0%	0,0%
	Governança Corporativa	36,4%	16,0%	0,0%
	Clima	18,2%	0,0%	0,0%
	Não considera temas específicos	9,1%	16,0%	14,3%

Em geral, a Governança Corporativa é o tema mais considerado nas análises das diferentes classes de ativos pelas Entidades, no entanto, Meio Ambiente e Sociedade também apresentam percentuais significativos.



Em alguns casos, as EFPC compartilham, seja integral ou parcialmente, a gestão dos ativos via gestores terceirizados. Dentre as Entidades respondentes, apenas três informaram não possuírem gestores terceirizados, estando estas inseridas no grupo de investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões.



Entre os gestores terceirizados, a classe de ativos de renda variável é destaque com maior cobertura da abordagem ASG. Em alguns casos, podemos verificar que a classe de estruturados possui uma cobertura maior que a renda fixa, classe de ativos com maior exposição das EFPC. Geralmente, os títulos públicos federais são ativos que concentram a exposição das Entidades em renda fixa, ficando para os ativos de crédito corporativo a abordagem ASG.

Dentre as abordagens de Investimento Responsável utilizadas pelos gestores terceirizados, a abordagem qualitativa foi indicada como a mais implementada pelos gestores terceirizados para todas as classes de ativos. Resultado semelhante ao visto na gestão interna das EFPC.

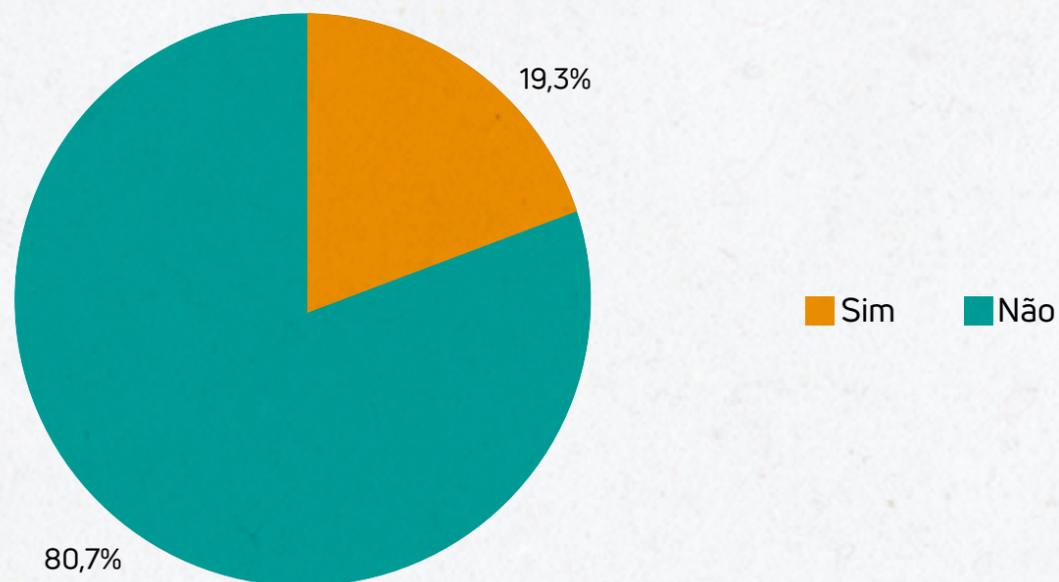
Classes de Ativos	Temas considerados na análise pelas EFPC	EFPC com investimentos acima de 10 bilhões	EFPC com investimentos entre 2 e 10 bilhões	EFPC com investimentos menores que 2 bilhões
Renda Fixa	Meio Ambiente	45,5%	12,0%	33,3%
	Sociedade	45,5%	16,0%	33,3%
	Governança Corporativa	54,5%	24,0%	38,1%
	Clima	36,4%	8,0%	4,8%
	Não considera temas específicos	9,1%	12,0%	4,8%
Renda Variável	Meio Ambiente	72,7%	32,0%	38,1%
	Sociedade	63,6%	32,0%	38,1%
	Governança Corporativa	72,7%	44,0%	38,1%
	Clima	36,4%	12,0%	4,8%
	Não considera temas específicos	9,1%	16,0%	9,5%
Investimentos Estruturados	Meio Ambiente	54,5%	24,0%	33,3%
	Sociedade	45,5%	24,0%	28,6%
	Governança Corporativa	63,6%	32,0%	33,3%
	Clima	27,3%	12,0%	4,8%
	Não considera temas específicos	9,1%	16,0%	9,5%
Imóveis	Meio Ambiente	36,4%	0,0%	0,0%
	Sociedade	36,4%	4,0%	0,0%
	Governança Corporativa	36,4%	8,0%	0,0%
	Clima	9,1%	0,0%	0,0%
	Não considera temas específicos	18,2%	4,0%	4,8%

A Governança Corporativa também é o tema mais considerado nas análises das diferentes classes de ativos pelos gestores terceirizados, no entanto, Meio Ambiente e Sociedade também apresentam percentuais significativos. Observa-se que o Clima ainda é um tema pouco abordado na gestão de ativos. Os gestores terceirizados da classe de renda variável se destacam pela maior abordagem ASG. Por outro lado, verifica-se na classe de imóveis que este tipo de abordagem ainda é baixo, principalmente para os grupos com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões, e menores de R\$ 2 bilhões.

Engajamento ASG na Cultura Organizacional

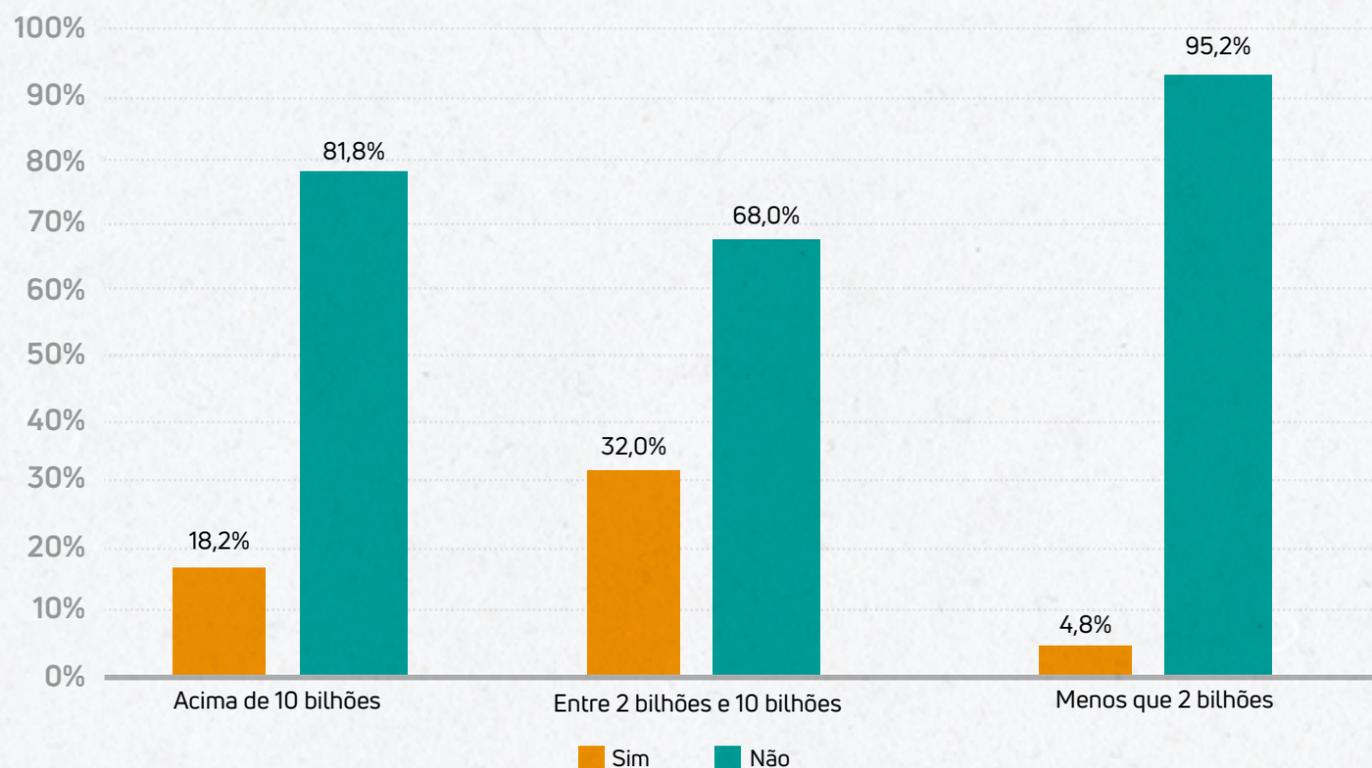
Treinamento ■ GRI 404-1, 404-2 e GRI 404-3

A EFPC promoveu treinamento em investimento responsável (IR) para o *staff* em 2020?



O engajamento da governança bem como de todos os recursos humanos da Entidade é de fundamental importância para a preparação e maturação da abordagem ASG. A cultura organizacional deve estar alinhada e o envolvimento de todos é fundamental para que seja aplicada e implementada uma conduta em relação aos investimentos responsáveis. A promoção de treinamentos e participação em eventos que tratem do assunto contribuem para este amadurecimento do tema dentro das Entidades.

A EFPC promoveu treinamento em investimento responsável (IR) para o *staff* em 2020?



↓
O responsável pela iniciativa foi a própria Entidade

↓
Dentre as que tiveram treinamento, 87,5% tiveram a iniciativa e 12,5 foram incentivadas pela patrocinadora

↓
O responsável pela iniciativa foi a própria Entidade

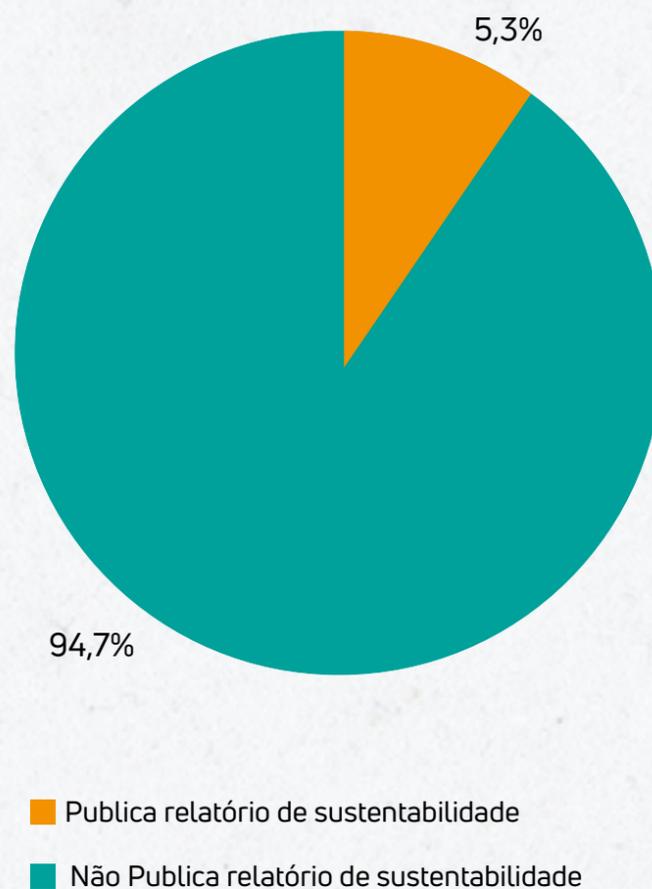
Dentre as 57 Entidades, apenas 11 (19,3%) promoveram treinamento em Investimento Responsável para o *staff* em 2020. Sendo duas no grupo com investimentos acima de R\$ 10 bilhões, 8 no grupo com investimentos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 10 bilhões e uma no grupo com investimentos menores que R\$ 2 bilhões. Embora a maioria das EFPC implemente algum tipo de abordagem ASG na gestão de investimentos, ainda é preciso aperfeiçoar as práticas e em relação à qualificação das equipes e da governança, o investimento nos mais variados treinamentos e qualificações disponíveis no mercado é crucial para evolução da agenda corporativa do investimento responsável com retorno financeiro.

Principais temas dos treinamentos promovidos em IR	2 EFPC nesse grupo promoveram treinamento	8 EFPC nesse grupo promoveram treinamento	1 EFPC nesse grupo promoveu treinamento
	EFPC com investimentos acima de 10 bilhões	EFPC com investimentos entre 2 bilhões e 10 bilhões	EFPC com investimentos menores que 2 bilhões
Meio Ambiente	50,0%	25,0%	100%
Sociedade	50,0%	12,5%	100%
Governança Corporativa	100%	87,5%	100%
Clima	0%	0%	100%

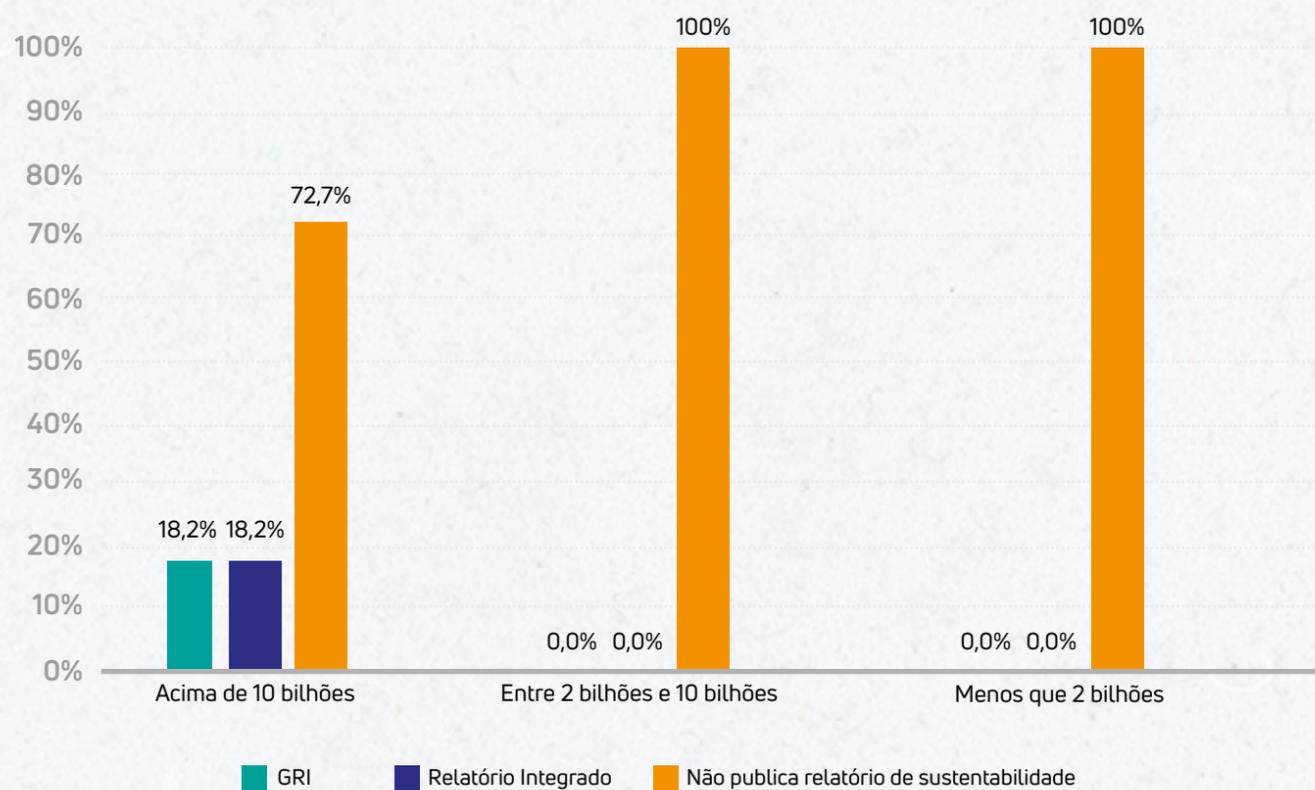
Dentre as 11 Entidades que promoveram treinamento para o *Staff* em 2020, 10 informaram que os responsáveis pela iniciativa foram a própria Entidade e apenas uma informou que a iniciativa partiu da Patrocinadora. Considerando os treinamentos realizados em 2020, o tema mais tratado foi Governança Corporativa, seguido por Meio Ambiente e Sociedade em todos os grupos analisados.

Tratar o tema ASG dentro dos comitês internos/órgãos colegiados é indispensável para determinação da visão da Entidade sobre os investimentos responsáveis bem como qual a condução será dada ao tema. O tema Governança Corporativa é o mais recorrente nas reuniões de comitês internos e órgãos colegiados em EFPC dos 3 grupos analisados. Além disso, pode-se constatar que, mesmo em um percentual menor, os temas Sociedade e Meio Ambiente já fazem parte das discussões em comitês internos e órgãos colegiados. No entanto, mais de 40% das respondentes informaram que não foram pautados temas de Investimento Responsável nas reuniões colegiadas.

A EFPC publica relatório de sustentabilidade?



Qual a norma/modelo adotado para o relatório de sustentabilidade da EFPC?



Prática de Transparência de Informações ■ GRI 102-15

Das 57 Entidades respondentes, apenas 3 EFPC indicaram publicar relatório de sustentabilidade, sendo todas do grupo com investimentos acima de R\$ 10 bilhões. Das três entidades, uma publica relatório de sustentabilidade no formato formulado pela GRI (*Global Reporting Initiative*), uma utiliza o modelo de relatório integrado e outra indica utilizar os dois modelos associados. Consta-se uma baixa prática de transparência de informações sobre a atuação das EFPC no que tange à sustentabilidade.

Os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade estão em linha com as melhores práticas de gestão, e a Abrapp disponibiliza o [Guia para Elaboração de Relatório Anual](#) produzido em consonância com a Resolução CMN 4661/2018, a Instrução Previc nº 6, com as diretrizes da metodologia *Global Reporting Initiative* (GRI) mundialmente reconhecida e de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030 e a [TCFD](#) (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*). Essa metodologia de relato traz informações de desempenho e formas de gestão sobre aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança, bem como dados do setor de fundos de pensão, visão de futuro e iniciativas endereçadas para a garantia da perenidade dos negócios.

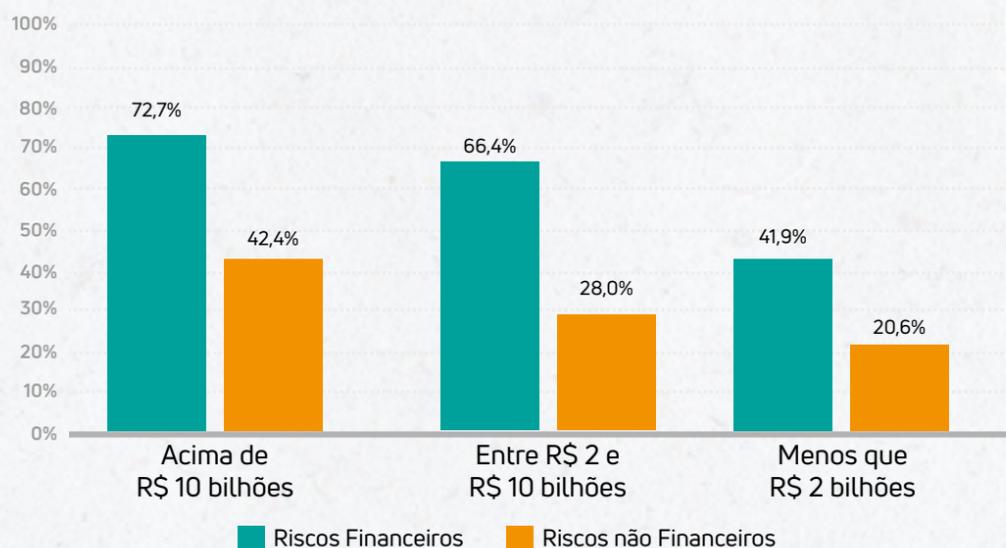
A materialidade apresentada nos Relatórios de Sustentabilidade é resultado da junção de temas relevantes, na perspectiva de seus diversos *stakeholders*, capturados a partir de um significativo processo de escuta conduzido para a construção de sua estratégia, com temáticas críticas aos negócios, uma conduta cada vez mais utilizada pelas organizações, que têm em vista conhecer a percepção de seus públicos de interesse em relação a empresa, suas ações e impactos. A partir da materialidade, os temas prioritários para a organização são abordados e, analisados os impactos e consideradas as avaliações e decisões desses públicos. Essas informações podem ajudar as organizações a estruturarem planos de ações e metas para mitigar e se antecipar a possíveis problemas relacionados a sua atuação sob a ótica dos públicos de interesse consultados.

5.2. Gestão de Riscos ■ GRI 102-30

Observando o corte de riscos entre financeiros e não financeiros, a serem mapeados pelas EFPC, encontra-se o seguinte resultado:

Os riscos não financeiros são menos mapeados que os riscos financeiros em todos os grupos de EFPC analisados. O resultado demonstrou, ainda, que as entidades com investimentos de até R\$ 2 bilhões mapeiam apenas 20,6% de seus riscos não financeiros, porém mapeiam 41,9% dos seus riscos financeiros, como abaixo:

Quais foram os principais riscos mapeados pela EFPC?

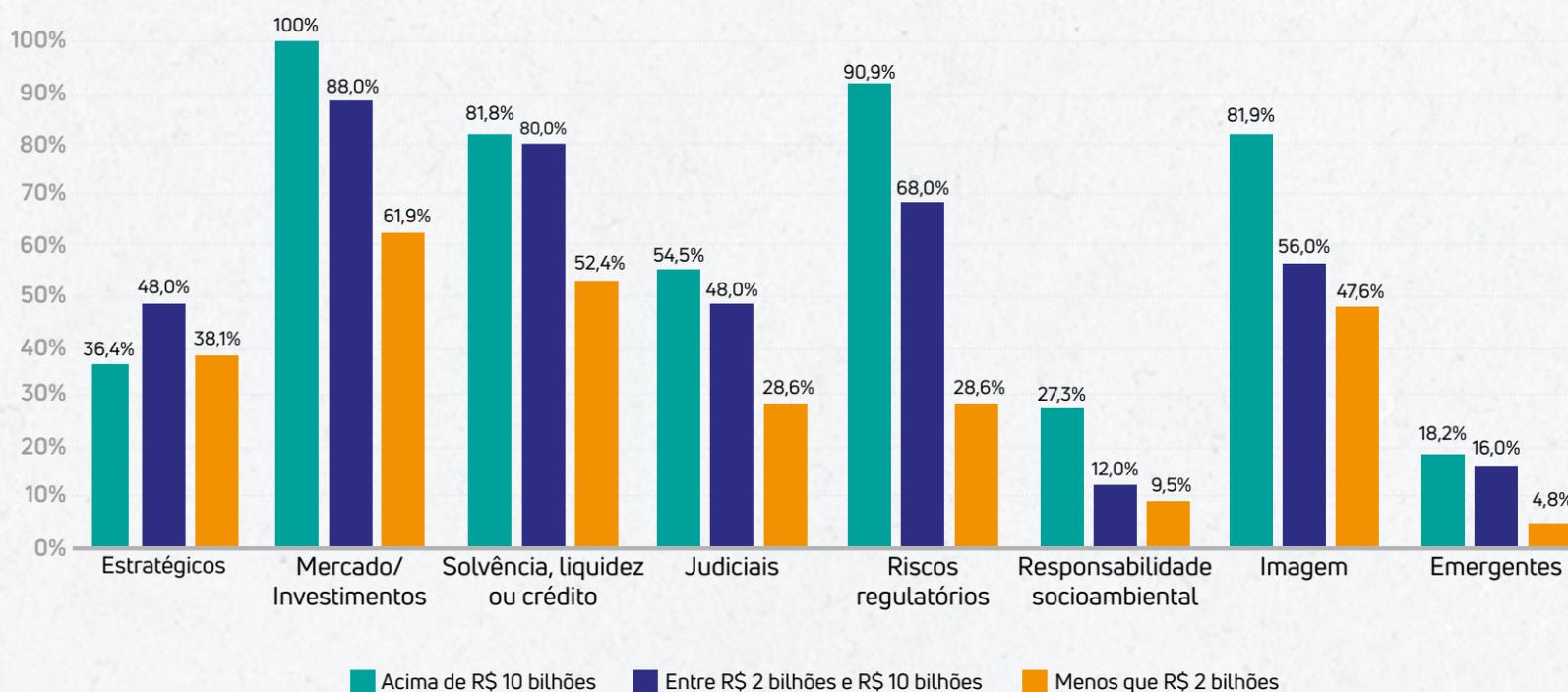


O resultado acima sinaliza a manutenção de prática anterior, na qual os riscos não financeiros são bem menos mapeados do que os financeiros. Revela-se, dessa forma, que o engajamento às boas práticas do ASG precisa ser incentivado, reforçado e monitorado, de forma a prover maior segurança à sustentabilidade da atividade.

Os riscos emergentes e riscos de responsabilidade socioambiental são os menos mapeados pelas entidades, enquanto os riscos de mercado/investimentos e solvência, liquidez ou crédito são os mais considerados.

Destaca-se que, das 8 Entidades que indicaram mapear riscos de responsabilidade socioambiental, 2 têm investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões. Por outro lado, das Entidades classificadas como sendo dessa categoria, apenas 4,8% das respondentes indicaram mapear os riscos emergentes, conforme abaixo:

Quais foram os principais riscos mapeados pela EFPC?



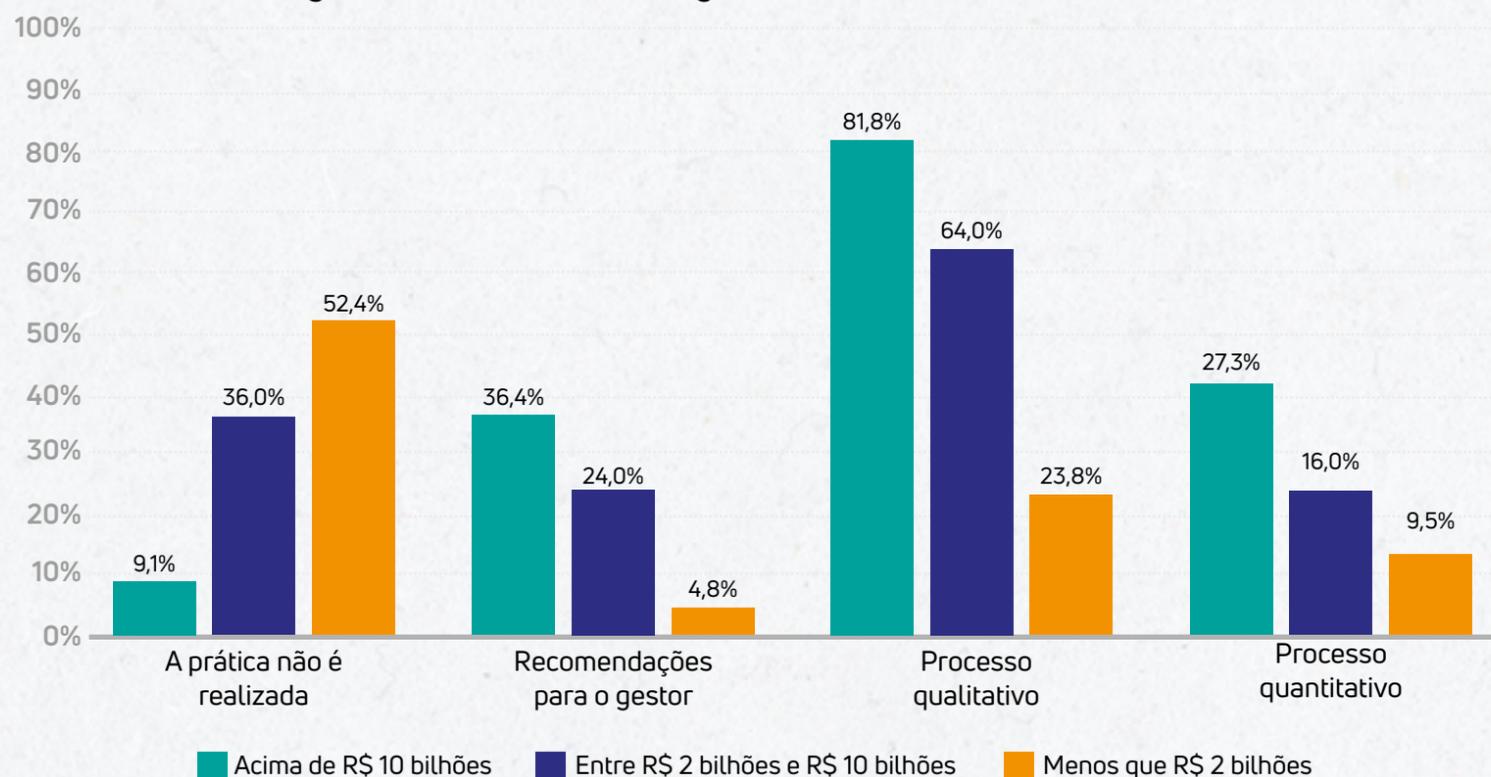
Constata-se que, quanto menor a Entidade, menor é a regularidade da instituição de Comitê de Riscos formalmente estabelecido, como se segue:

- Dentre as Entidades com investimentos acima de R\$ 10 bilhões, 54,5% indicaram possuir um Comitê formal e, entre essas, 83,3% indicaram que tal Comitê se reporta à Diretoria Executiva;
- Dentre as Entidades com investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões, 36,0% indicaram possuir um Comitê formal e, entre essas, 88,9% indicaram que o Comitê se reporta à Diretoria Executiva;
- Dentre as Entidades com investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões, apenas uma indicou possuir um Comitê formal, que se reporta ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva.

Outra revelação trazida pela pesquisa diz respeito à integração da análise de investimento com a gestão de riscos ASG. Das Entidades de grande porte, 81,8% aplicam um processo qualitativo para realizar tal integração, enquanto nas de médio porte esse percentual cai para 64,0%. Já as EFPC de menor porte, muitas nem sequer realizam tal relação.

Sobre essas últimas, são apresentados abaixo dois importantes indicadores, sobre os quais sugere-se avaliação por parte das Entidades com essas características, a respeito da integração da gestão de riscos ASG na análise e decisão de investimentos:

Como a gestão de riscos ASG integra a análise e decisão de investimentos?



A pesquisa indicou que mais de 50% das EFPC respondentes com investimento menor que R\$ 2 bilhões não realizam a integração entre as análises. Essa pode ser considerada uma fragilidade para o mecanismo de análise de investimento.

Para melhor e mais abrangente aplicação deste processo e de seus indicadores correspondentes, é recomendável que essas Entidades realizem a integração do ASG às suas análises de investimentos. Sugere-se, nesses casos, para **mitigação dos riscos, redução dos gaps e geração de maior maturidade nos processos**, ações como a apresentação de painéis e pequenas palestras em que se exponha casos práticos reais, que indiquem e esclareçam quais são os riscos inerentes quando da não inclusão dos aspectos ASG na avaliação.

5.3. Capacidade de impulsionar a transição para a Economia Verde e sobrevivência das empresas ■ GRI 201-2 102-15

Um dos riscos mais significativos e mal compreendidos pelos atuais gestores, que as organizações, de maneira geral, têm pela frente é aquele relacionado às mudanças climáticas. Apesar de não haver dúvidas de que a continuidade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) causará mais aquecimento ao planeta e que isso gerará consequências econômicas e sociais prejudiciais a todos(as), é difícil estimar a gravidade exata desses efeitos e talvez por isso esse risco não seja mensurado como deveria.

É claro que a natureza de grande escala e equivocadamente de longo prazo deste risco o torna especialmente desafiador, fazendo com que muitas organizações, erroneamente, entendam que essas implicações das mudanças climáticas sejam algo relacionado ao longo prazo e que, portanto, não sejam necessariamente relevantes para as decisões tomadas hoje.

Daí o risco climático representar um dos maiores desafios da atualidade e a transição para uma “economia verde” ou uma “economia de baixo carbono” se tornar um importante ponto de atenção para os diversos agentes econômicos, seja por conta dos riscos de transição, ou seja, por aqueles que podem surgir no caminho dessa transição, seja pelos riscos físicos, aqueles com **potencial de causar “danos” ao negócio** em decorrência do desencadeamento de eventos climáticos extremos.

Por isso, a correta transição para uma economia sustentável é um desafio que se desenha como absolutamente necessário para a sobrevivência das empresas em um cenário de menor emissão de GEE, em que será imprescindível que as empresas sejam capazes de identificar e mensurar as fragilidades financeiras às quais podem ser expostas, bem como as oportunidades de crescimento que poderão ser traçadas nessa caminhada, seguindo os melhores padrões de divulgação de dados relativos à sua estratégia climática.

É a correta divulgação dessas informações por parte das empresas que vai permitir que os investidores possam avaliar com maior clareza os riscos e as oportunidades relacionadas a cada tomada de decisão de investimento. E por isso, iniciativas como a Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, ou TCFD (sigla em inglês da força-tarefa) como é amplamente conhecida, têm ganhado força no mundo inteiro como um protocolo singular e acessível para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas.

[Clique aqui](#) para saber mais sobre a TCFD e baixe o [Relatório Final](#) da Força Tarefa traduzido para o português.

Investidor Institucional, Dever Fiduciário e Sustentabilidade dos Mercados ■ GRI 102-15

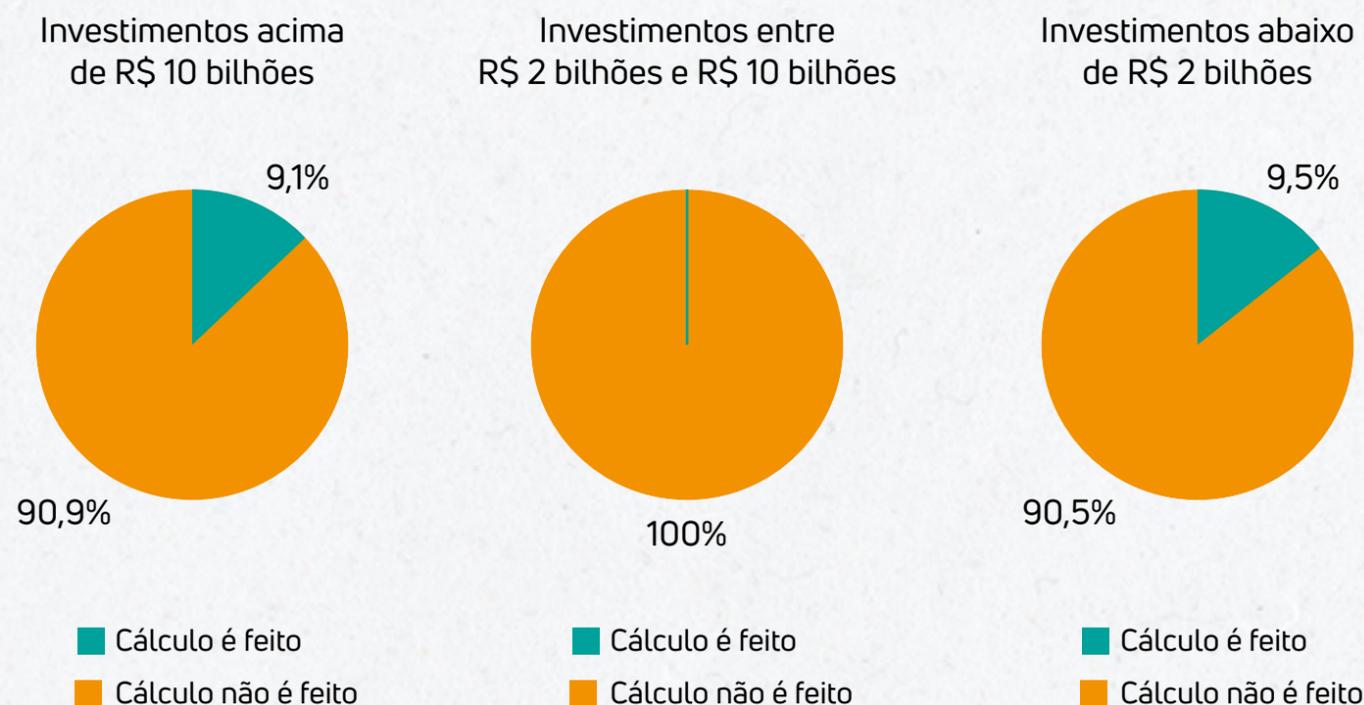
Nesse aspecto, torna-se fundamental que o mesmo nível de conscientização seja desenvolvido por parte dos investidores institucionais, que tem no dever fiduciário de administrar os recursos dos seus participantes e/ou beneficiários, ao longo prazo, o mesmo desafio da sustentabilidade retratado aqui, visto que os desafios dessa gestão caminham lado a lado com o desafio da sustentabilidade dos mercados.

Esse comportamento estratégico e intimamente ligado à atividade fim das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) impõe a necessidade de se desenvolver cada vez mais a competência de avaliar os riscos climáticos (físicos ou de transição) em suas avaliações de risco e construção de estratégias, para uma melhor tomada de decisão em suas estratégias de investimentos, sejam eles administrados de forma direta ou terceirizada.

A Abrapp, em conjunto com PRI e CDP, disponibilizou o [Guia Prático para Integração ASG na Avaliação de Gestores](#), com parceria técnica de conteúdo da SITAWI Finanças do Bem. Alinhado aos novos requisitos nacionais (Resolução CMN 4.661/2018 e Instrução PREVIC 6/2018) e internacionais (ODS e TCFD), esse Guia tem como objetivo principal fornecer diretrizes e ferramentas para apoiar as associadas da Abrapp na evolução de suas práticas de investimento responsável, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos. **Recomenda-se que as orientações do Guia sejam incorporadas no processo de seleção e monitoramento realizado pelas entidades.**

Contudo, como pode ser observado no gráfico abaixo, os dados apurados demonstram que entre as EFPC que responderam à pesquisa, 90,9% daquelas com investimentos acima de R\$ 10 bilhões, todas as entidades com investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões e 90,5% das entidades com investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões ainda não calculam o percentual de alocação de recursos em ativos que buscam ter impacto positivo intencional nos temas ASG. Além disso, mesmo dentre as que realizam a alocação intencional, o percentual alocado é baixo, não superando 2% em nenhuma entidade.

Qual o percentual de alocação de recursos da EFPC em ativos que buscam ter impacto positivo intencional nos temas ASG?



O papel das EFPC enquanto Investidores Institucionais ■ GRI 102-15

Considerando o papel de protagonismo dos investidores institucionais, com ativos que representam 13,7 do PIB brasileiro e com patrimônio que somam R\$ 1,02 trilhão (nov 20) como influenciadores de boas práticas para o mercado, há que se reconhecer que o resultado apurado é sutil diante das possibilidades de avanços que se apresentam. Espera-se que a decisão intencional de impulsionar a transição de investimentos para uma economia verde seja cada vez mais o objeto das tomadas de decisão das EFPC, favorecendo uma economia sustentável no longo prazo.

É importante destacar que não se trata de abdicar de resultados para progredir nas questões ASG. Na realidade, o que se observa é que a adoção dos critérios ASG na gestão de planos previdenciários guarda em longo prazo uma correlação positiva direta com a obtenção de melhores retornos financeiros dos investimentos.

O Art. 41 da Resolução de nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional incluiu um parágrafo que orienta as EFPC que considerem em suas análises de riscos, “sempre que possível” (leia-se, sempre que aplicável), os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança de seus investimentos. Posteriormente, a Instrução Normativa PREVIC nº 35, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2021, indicou que as políticas de investimentos devem conter diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, preferencialmente de forma diferenciada por setores da atividade econômica.

Apesar disso, apenas 7 EFPC compreendidas neste estudo indicaram investir em fundos com mandato específico ASG e 4 respondentes investem em fundos com mandato específico para impacto social e/ou ambiental positivo. Na contramão dessa realidade, 3 EFPC deixaram de investir em fundos com base em critérios ASG durante o ano de 2020.

Dessa forma, os resultados apontam que há espaço para o avanço do papel das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, enquanto investidores institucionais, no impulsionamento da transição para o investimento responsável, seja por meio da gestão direta de suas aplicações ou por meio da seleção de gestores terceirizados igualmente comprometidos com esses objetivos.





***GESTÃO
RESPONSÁVEL
DAS EFPC***





6. GESTÃO RESPONSÁVEL DAS EFPC

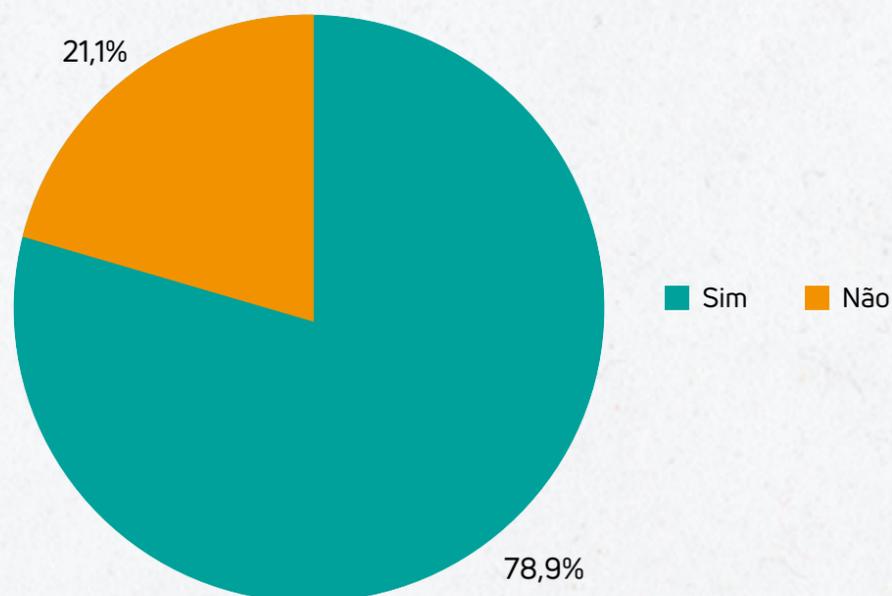
6.1. Gestão de pessoas e qualidade de vida ■ GRI 201-3

A Sustentabilidade é tema transversal nas organizações e entre suas diversas atribuições e objetivos, tem papel fundamental nas transformações primordiais para a perenidade empresarial. Trata-se de um conjunto de ações e políticas empresariais, econômicas, ambientais e socialmente responsáveis que garantem o desenvolvimento sustentável e permeiam todo o negócio e o planejamento estratégico.

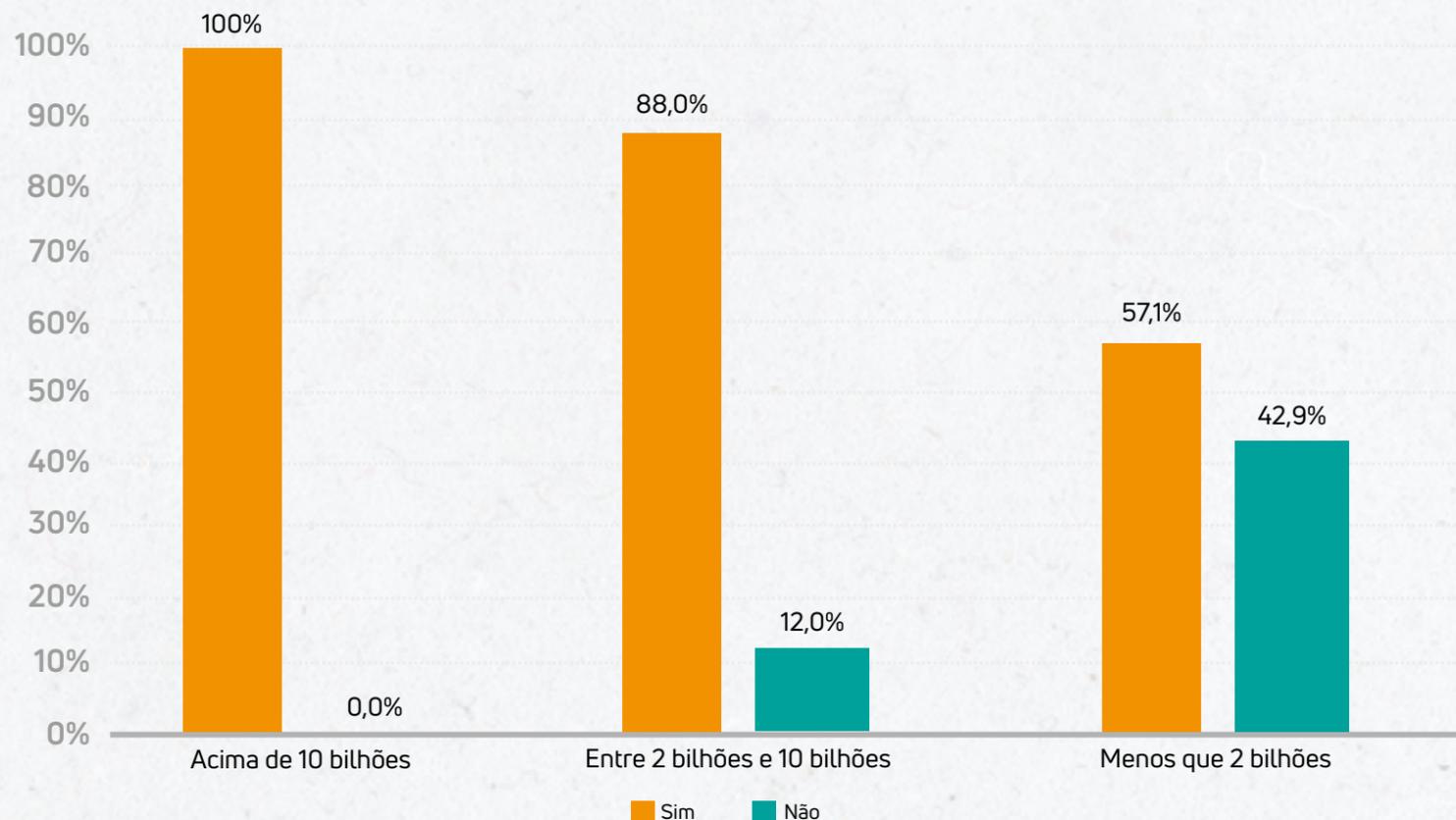
É fundamental que se estabeleça uma política de gestão de pessoas alinhada com diretrizes, normas, princípios e instrumentos que regerão a captação, retenção, desenvolvimento e valorização do quadro funcional com vistas à garantia do pleno funcionamento da empresa, sua missão e objetivos.

No questionário de coleta de informações, verificamos que a maioria das EFPC participantes possui política relacionada à gestão de pessoas, cerca de 78,9%, que são todas as respondentes com investimentos acima de R\$ 10 bilhões e grande parte das que possuem investimentos até R\$ 10 bilhões.

A EFPC tem política relacionada à gestão de pessoas?



A EFPC tem política relacionada à gestão de pessoas?

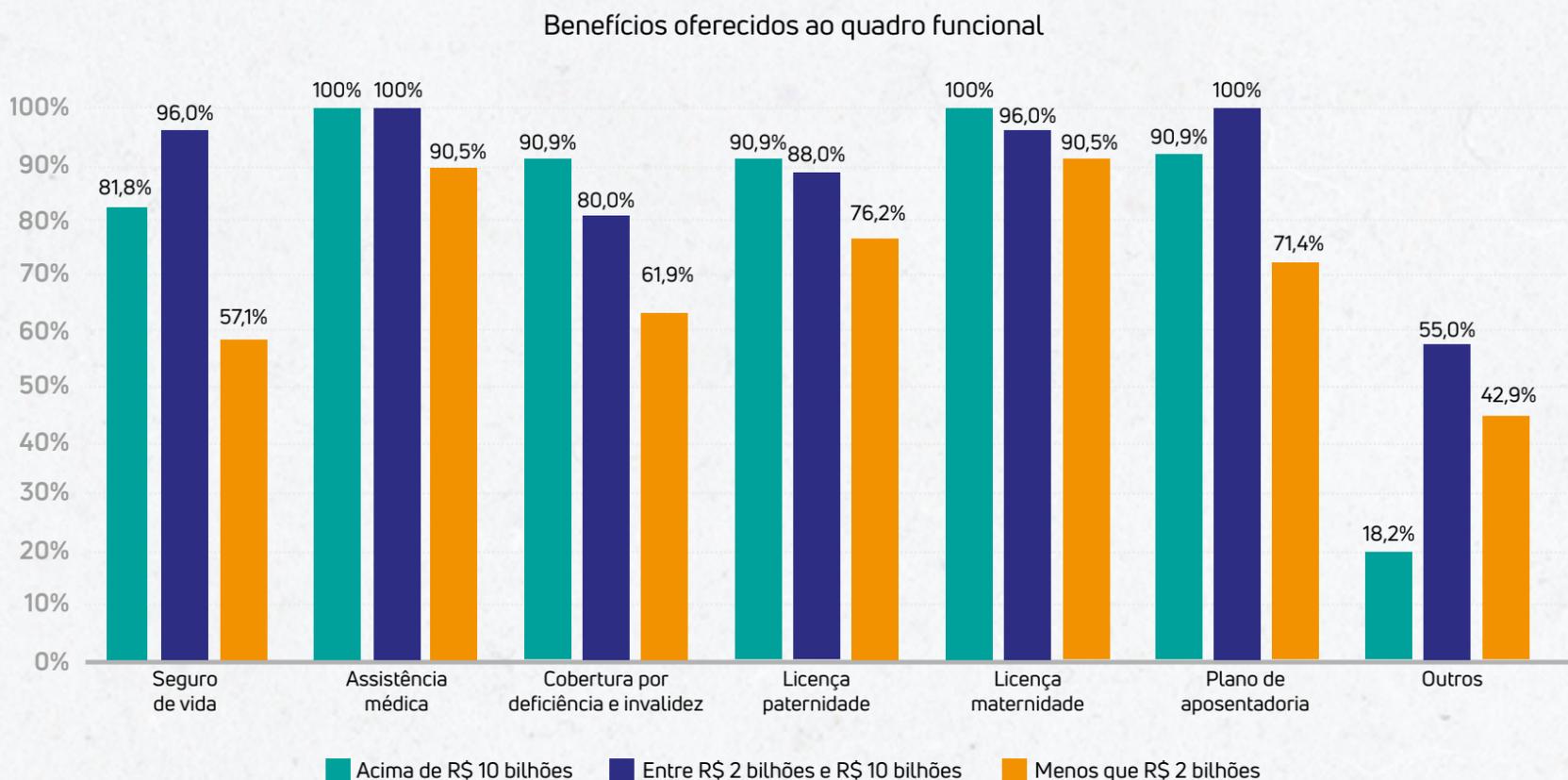


Importante ressaltar que Políticas de Gestão de Pessoas são primordiais para o desenvolvimento dos Princípios de Sustentabilidade nas organizações e a adoção de práticas baseadas nesses critérios promovem impactos positivos na gestão por meio da fidelização de mão de obra, conquista e retenção de talentos, aumento da produtividade e desempenho das equipes, além de possibilitar vantagem competitiva no mercado, redução de custos, mitigação de riscos e influenciar positivamente na imagem das empresas.

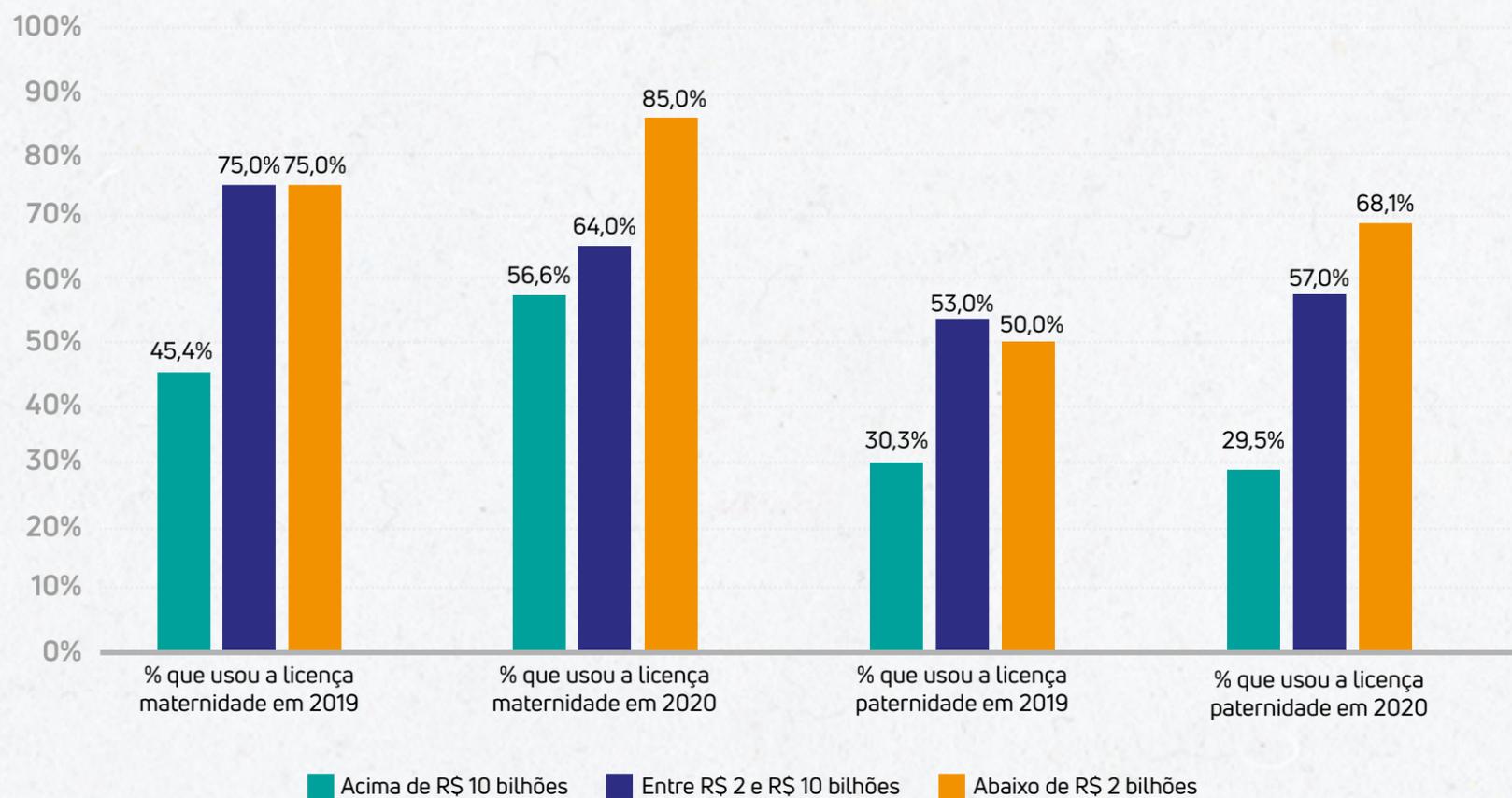
Relativamente aos benefícios oferecidos, a assistência médica e licença-maternidade são comuns entre as Entidades, em contrapartida, a licença-paternidade não é oferecida pela totalidade das organizações participantes da pesquisa. Assim como os benefícios comuns permeiam os benefícios pautados em legislação trabalhista.

A Abrapp disponibiliza o [Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça das EFPC](#) elaborado pelo Comitê de Sustentabilidade Abrapp em parceria com o Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC. No manual, as Entidades encontram uma gama de exemplos de práticas, políticas e benefícios pautados nas melhores estratégias de gestão que podem ser implantados por Entidades de pequeno, médio e grande porte. Pesquisas apontam que empresas que investem em gestão de pessoas, equidade e diversidade são mais propensas a terem performance superior, geram retornos positivos e reduzem riscos de imagem e financeiros, além de atrair e reter talentos. Saiba mais em: [Guia de Referências para Pesquisa ASG/Sustentabilidade \(Pag 80\)](#).

Política de Benefícios



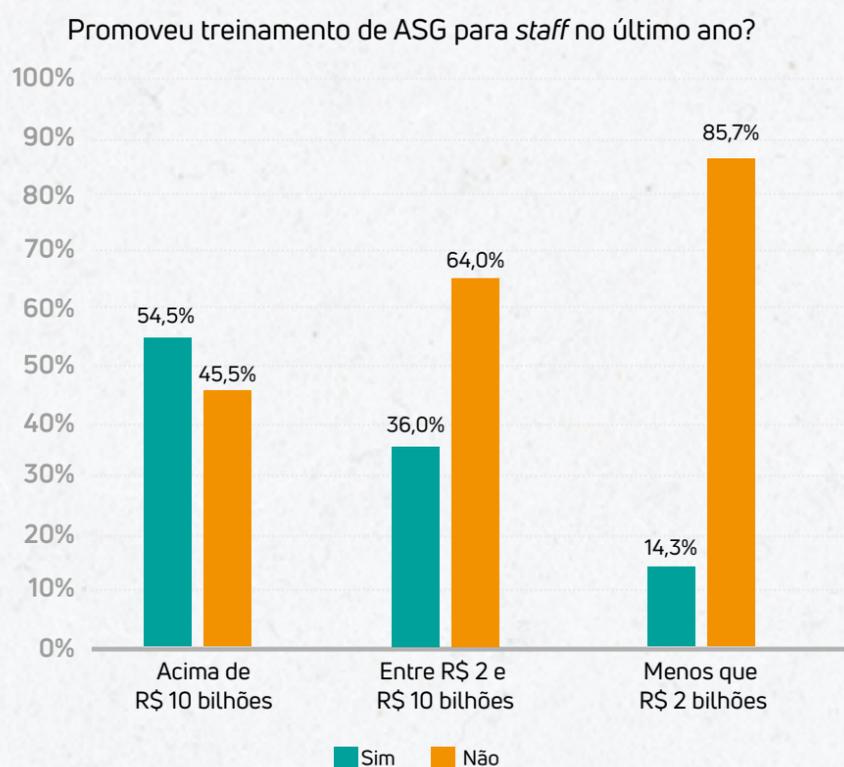
O índice de usufruto das licenças maternidade e paternidade é menor em entidades de grande porte, com investimento superior a R\$ 10 bilhões.



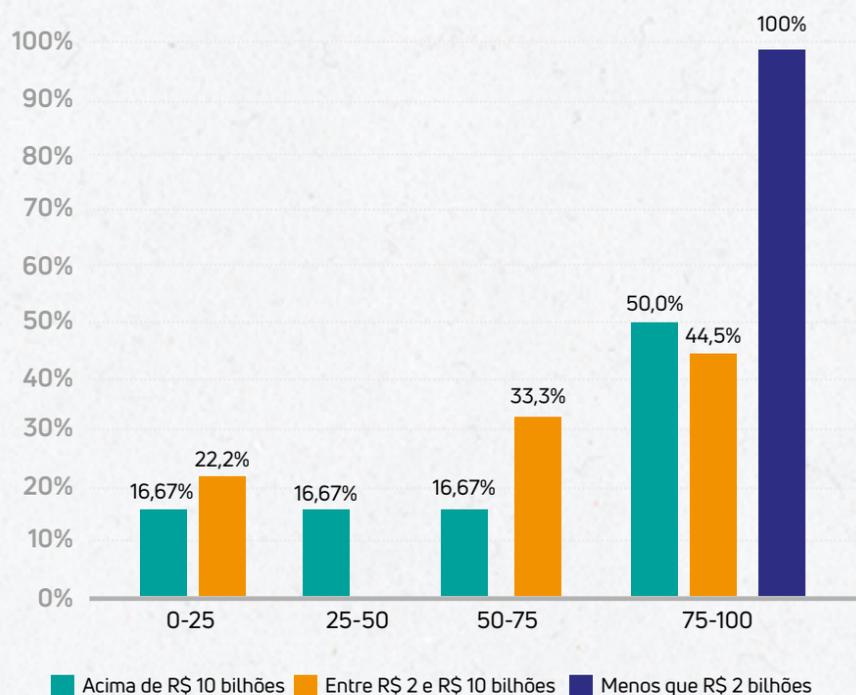
Engajamento ASG na Cultura Organizacional - Treinamentos

A prática é o que permite a crítica, aperfeiçoamento e compreensão de qualquer atividade e a sustentabilidade segue o mesmo caminho. À Gestão de Pessoas compete reforçar a observância de seus princípios, bem como conduzir o quadro funcional à compreensão e aplicação diária desses conceitos. Observa-se, ainda, que entre as Entidades participantes, relativamente ao último ano, cerca de 30% delas promoveram treinamentos sobre temas ASG para o *staff*, cuja grande parte da participação foi superior a 75%. GRI 404-1 a 404-3

Temos hoje um senso de urgência de discutir como encaixar a mudança climática e a inclusão social dentro da estratégia das empresas à serviço da boa prática de governança corporativa. Investir em treinamento e qualificação ASG para alta gestão, quadro funcional e equipes de investimento garante subsídio e arcabouço para repensar e inovar os negócios em um mundo em transformação.

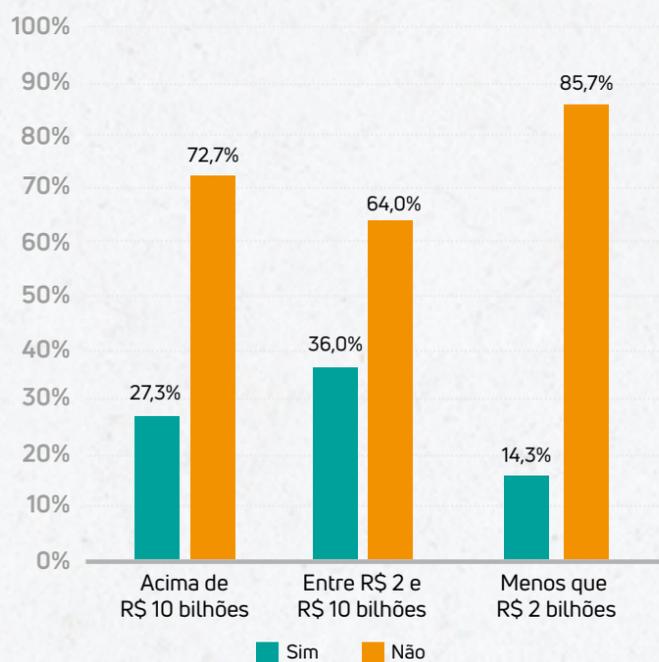


Dentre as que promoveram treinamento, qual a % de participação/adesão média nos treinamentos ASG em relação ao *staff* total?

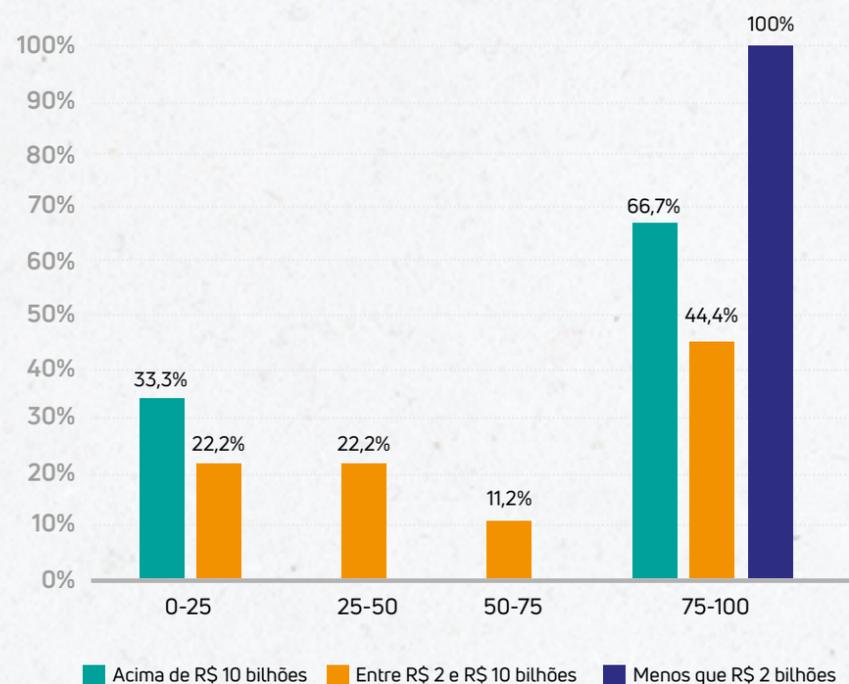


O índice segue baixo ao verificarmos a promoção de treinamento sobre temas ASG para a alta gestão, cerca de 26%, entretanto, com expressiva participação dentre as entidades que promoveram (superior a 75%).

Promoveu treinamento de ASG para a alta gestão no último ano?



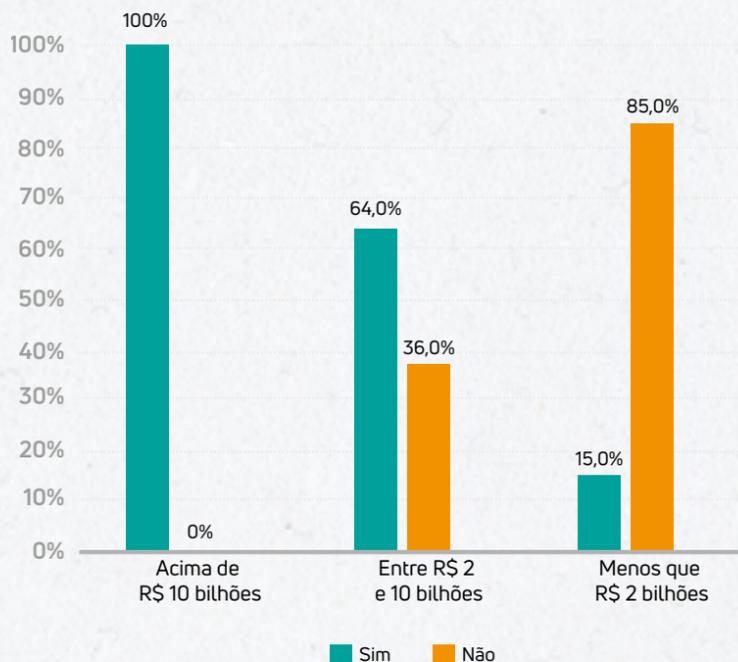
Dentre as que promoveram treinamento, qual a % de participação/adesão média nos treinamentos ASG da alta gestão?



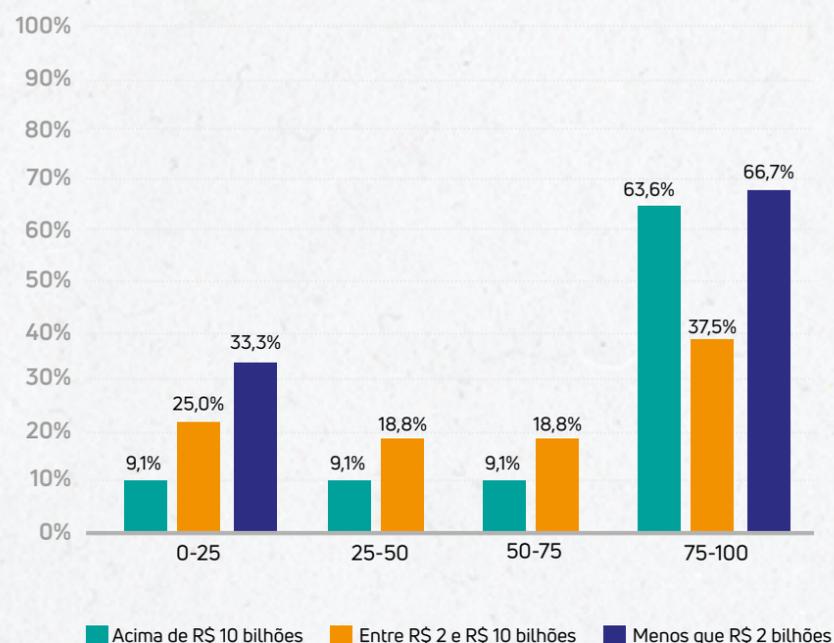
Quanto aos treinamentos em combate à corrupção, percebe-se que as capacitações sobre o assunto são proporcionais ao valor dos investimentos, chegando a 85,0% o índice entre as entidades com investimento inferior a R\$ 2 bilhões.

O Combate à corrupção, análise de riscos, *compliance*, integridade, ética, equidade e respeito à diversidade são temas sensíveis que podem trazer prejuízos financeiros e danos à reputação. Investir nesses temas significa atuar com protagonismo na implantação dos princípios ASG como estratégia empresarial.

Promoveu treinamento de combate à corrupção?



Dentre as que promoveram treinamento, qual a % de participação/adesão média nos treinamentos de combate à corrupção?



Em relação à média de horas de treinamentos em geral, o percentual aumentou entre as entidades com investimento entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões, quando nas demais essa média ampliou nos treinamentos em combate à corrupção. ■ **GRI 205-2**

Média de horas de treinamento por ano, por funcionário	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Total de horas/Total de funcionários homens	17,61	22,51	20,47	22,28	36,37	31,43
Total de horas/Total de funcionárias mulheres	17,56	21,03	17,68	24,71	30,11	31,66
Total de horas de treinamento ASG/Total de funcionários homens	0,08	0,10	0,06	0,19	0,14	0,13
Total de horas de treinamento ASG/Total de funcionárias mulheres	0,10	0,15	0,12	0,22	0,16	0,14
Total de horas de treinamento combate a corrupção/Total de funcionários homens	0,05	0,06	0,69	0,22	0,01	0,11
Total de horas de treinamento combate a corrupção/Total de funcionárias mulheres	0,04	0,11	0,94	0,31	0,01	0,19

Os resultados apurados confirmam a relevância da Gestão de Pessoas no fortalecimento da cultura sustentável, seja por meio de programas, práticas e, principalmente, monitoramento dessas ações ou de métricas e indicadores para verificar a aderência e a conformidade a que se propõem.

Vale ressaltar que a reflexão sobre os objetivos estratégicos e a rotina da Entidade deve ser contínua, de modo que permita identificar onde está sendo empregado o desenvolvimento sustentável, os motivos e consequências dessa opção.

Compete à Gestão de Pessoas tecer esforços para que a institucionalização da sustentabilidade no negócio, tenha orientação para o grupo diretivo da alta gestão, mas que seja assumido pelas lideranças para que mudanças estruturais de fato ocorram no ambiente corporativo, com olhar para a pessoa e não somente para o profissional.

6.2. Diversidade, equidade e acessibilidade ■ **GRI 405-1**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**) estão essencialmente relacionados aos critérios ASG (Ambiental, Social e Governança), assunto estratégico na agenda do mercado de investimentos.

Trata-se da agenda global para o desenvolvimento sustentável, adotada em 2015 pelos 193 países-membros da ONU (Organização das Nações Unidas). Em vigor desde 1º de janeiro de 2016, o pacto deve ser implementado até 2030.

O plano propõe uma ação mundial em busca de paz e prosperidade para as pessoas e para o planeta. Sucessora dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 representa um acordo sem precedentes em torno do desenvolvimento sustentável, que exigirá uma parceria global e a atuação coordenada entre governos, setor privado e sociedade civil.

Os 17 ODS reúnem grandes desafios e vulnerabilidades da sociedade como um todo e são um apelo para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Ao direcionar recursos para gerar impactos positivos do ponto de vista Social, além do Ambiental e da Governança, cria-se, portanto, um círculo virtuoso em favor da Sustentabilidade e as empresas em geral são peça fundamental para o pleno cumprimento dessa Agenda que sofreu graves impactos em 2020 com o advento da Pandemia causada pela Covid-19. A desigualdade social ficou ainda mais evidente não somente em relação ao agravamento da crise econômica e dos sistemas de saúde, mas também pela falta de saneamento básico e água encanada em muitos países, o que fez grande parte do mundo perceber de forma prática a realidade de que milhares de pessoas não podem sequer lavar as mãos adequadamente, uma das diretrizes básicas para diminuir a possibilidade de contaminação. Essa conscientização provocou a reflexão sobre como não se pode apenas ignorar as disparidades socioeconômicas, visto que toda desigualdade pode atingir consequências globais.

A apenas dez anos do final do prazo para o cumprimento dos 17 objetivos e 169 metas, os ODS que são fundamentados nos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente, o vírus pode mesmo atrasar a efetivação da chamada Agenda 2030 em décadas. Mas ela é mais urgente do que nunca. **Considerando a natureza de seus negócios, as EFPC podem priorizar a geração de valor efetiva para oito dos 17 ODS: 3, 5, 7, 8, 10, 13, 16 e 17.**

Atualmente, movimentos empresariais têm abordado o tema diversidade, pelo ponto de vista de gênero, das questões étnico-raciais, da sexualidade, da inclusão de pessoas com deficiência, entre outros. As políticas de diversidade e inclusão são um instrumento estrutural institucional que buscam assegurar o desenvolvimento de projetos que visam a contratação de pessoas de diferentes orientações afetivas-sexuais, identidade ou expressão de gênero, credo, etnia, raça e a inclusão delas no ambiente corporativo, enfim, o objetivo desse tipo de política é trazer a diversidade para dentro das organizações.

Segundo a Revista Engenharia Brasil - Alemanha, em razão das profundas mudanças na sociedade, equipes mais diversas estão surgindo para provar que a igualdade e a inclusão são partes essenciais no engajamento dos quadros funcionais e, conseqüentemente, nos bons resultados.

O artigo informa ainda, que um estudo com 170 empresas feito pelo Hay Group no Brasil em 2015 revelou que aproximadamente 76% dos funcionários das empresas que se preocupam com a diversidade reconhecem que têm espaço para expor suas ideias e inovar no trabalho. Com isso, a pesquisa comprova que um ambiente que incentiva a diversidade, também tem maior estímulo à inovação. A pluralidade é sim fundamental nos processos de transformação da indústria.

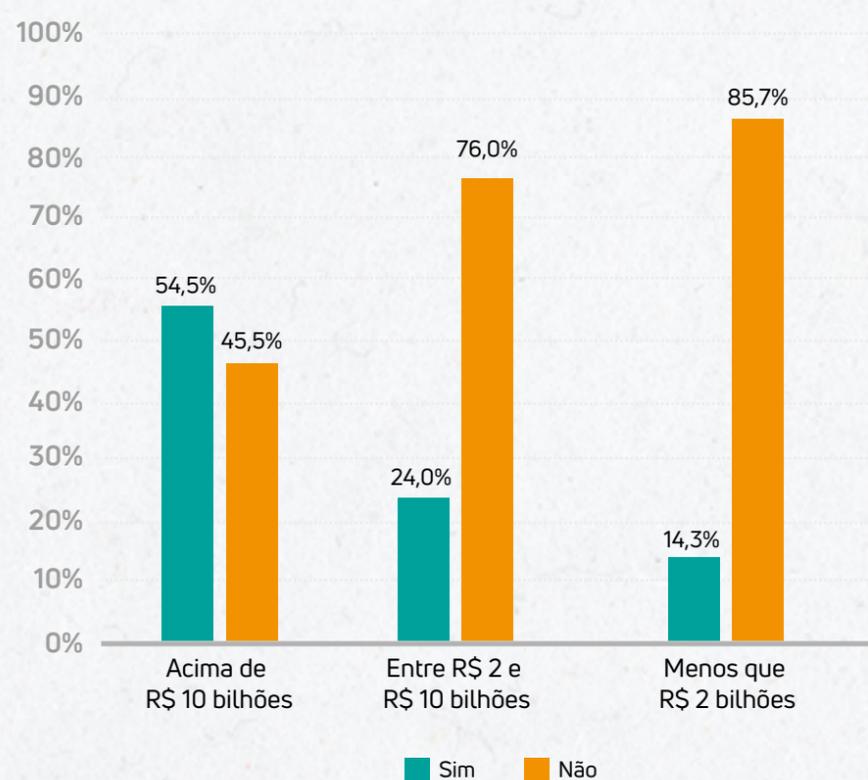
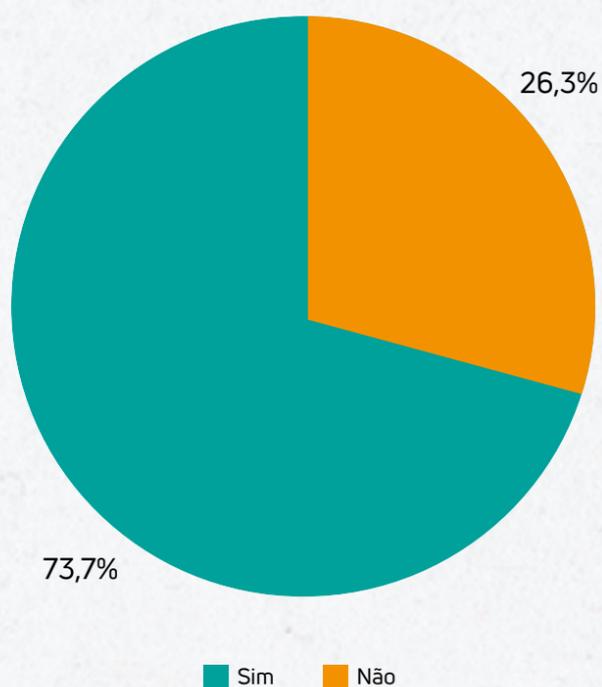
E diferente do que muitos pensam, não se trata apenas da diversidade baseada em características (etnia, gênero, idade ou nacionalidade), mas também da forma de pensar, dos ideais e da perspectiva de mundo formada pela cultura de cada colaborador, combinação que molda novas ideias e incentiva a geração de conhecimento.

Em 2016, uma pesquisa sobre os índices de diversidade de gênero e raça das lideranças, realizada pela McKinsey & Company com 366 grandes empresas dos EUA, Canadá, Reino Unido e América Latina, apontou que companhias com altos índices de diversidade de gênero e etnia têm 35% mais probabilidade de obter resultados financeiros acima da média do seu segmento do que empresas com baixos índices de diversidade¹.

No questionário de coleta de informações realizado junto às EFPC, verificou-se que apenas 15 das 57 Entidades que responderam às perguntas possuem política de diversidade e inclusão, sendo que 6 delas têm investimentos acima de 10 bilhões, 6 investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões e 3 têm investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões.

A participação das EFPC em diferentes movimentos em prol da diversidade amplia o debate, a troca de informações e experiências, enriquece a busca por soluções e acelera o processo de construção de um mundo com maior justiça social. Um dos pilares para a construção da diversidade é o compromisso com a igualdade de gênero. O compromisso deve ser assumido pela alta liderança para que mudanças estruturais ocorram no ambiente corporativo. Quando a igualdade de gênero é vista como prioridade estratégica, são estipuladas metas e objetivos para toda a empresa, vinculados a indicadores de gestão. A promoção de um ambiente de trabalho mais igualitário é um compromisso de longo prazo, sendo assim a liderança precisa criar instrumentos institucionais e fomentar mudanças culturais para que esse compromisso se torne um valor compartilhado por todos e todas, permeando as diversas esferas e interfaces, ou seja, os processos internos relacionados ao avanço profissional, o relacionamento com a cadeia de suprimentos e a comunidade.

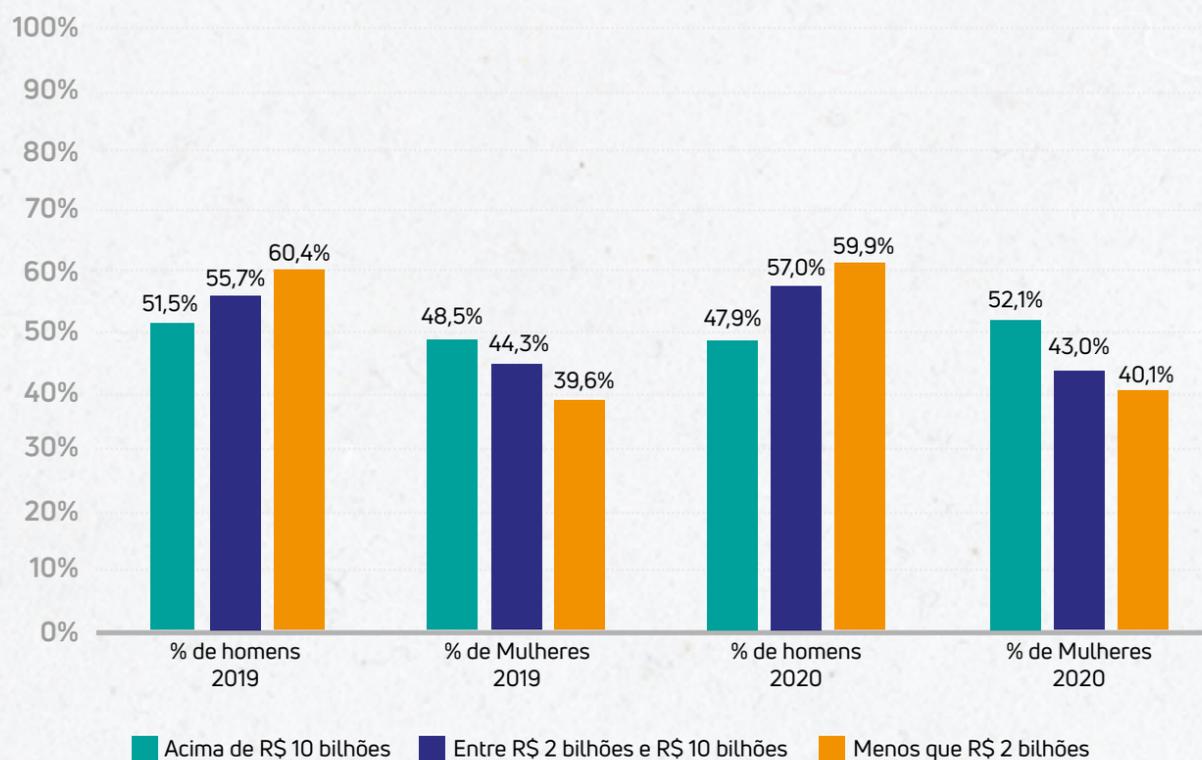
Considerando todos os grupos:



¹Fonte: Por que a diversidade é importante para alavancar os negócios? [Acesse o artigo na íntegra clicando aqui.](#)

Apesar de pequeno, houve um aumento do percentual de mulheres nas EFPC com investimentos acima de R\$ 10 bilhões e abaixo de R\$ 2 bilhões.

Percentual de homens e mulheres nas EFPC



Outro pilar para a construção da diversidade é o compromisso com a igualdade étnico-racial. De acordo com a Lei 12.288, de 20/07/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, a discriminação racial ou étnico-racial engloba toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

No documento de coleta de informações foi feito um questionamento relacionado à diversidade racial dos membros de governança, estagiários e colaboradores das Entidades. No entanto, nem todas possuíam o mapeamento dos dados dessa divisão.

% das EFPC que tinham a divisão racial realizada	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	Números de respondentes	% de respondentes	Números de respondentes	% de respondentes	Números de respondentes	% de respondentes
Membros da Governança (Conselho Deliberativo, Fiscal, Diretoria e seus Comitês)	7	63,6%	22	88,0%	17	80,9%
Especialistas, coordenadores e gerentes	7	63,6%	20	80,0%	15	71,4%
Analistas, assistentes e técnicos	7	63,6%	22	88,0%	17	80,9%
Estagiários	6	54,5%	15	60,0%	10	47,6%

O combate à desigualdade étnico-racial deve compor metas e indicadores de uma política ou programa de inclusão e diversidade, incluindo ações educativas (educação sobre o tema, inclusive de forma conceitual), ações repressivas (para combater os atos discriminatórios) e ações valorativas e afirmativas (que buscam garantir o acesso de grupos discriminados e ampliar sua participação no ambiente corporativo).

Através da análise do questionário de coleta de informações, em todos os grupos de EFPC, os homens brancos são os mais presentes na governança (Conselho Deliberativo, fiscal, diretoria e seus comitês) e as mulheres negras as com menos espaço nesses cargos. O que demonstra que as EFPC precisam trabalhar melhor as ações educativas e afirmativas para a redução dessa disparidade.

Foi verificado ainda, que em todos os grupos de EFPC, os homens brancos ocupam o maior percentual de especialistas, coordenadores e gerentes, seguidos por mulheres brancas. As mulheres brancas representam o maior percentual dentre os analistas, assistentes e técnicos.

Além disso, em 2020, mais de 50% dos estagiários das EFPC com investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões eram mulheres.

Conclui-se então, que a maioria das EFPC que responderam ao questionário, ainda retratam um legado histórico-cultural com um quadro funcional composto majoritariamente por homens. Na abertura do quadro feminino percebemos uma maioria de mulheres brancas e a respeito da população negra das entidades, considerando homens e mulheres, esta permanece na base da pirâmide hierárquica.

No Brasil, as mulheres estudam mais, porém possuem renda 41,5% menor que os homens. Têm mais anos esperados de escolaridade (15,8 frente a 15 dos homens) e maior média de anos de estudo (8,1 anos contra 7,6 dos homens). A Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, medida anualmente, da mulher, no entanto, equivale a US\$ 10.432 contra US\$ 17.827 do homem, com base em números de 2018. Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Mesmo em número maior entre as pessoas com ensino superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. Essa disparidade se manifesta em outras áreas, além do item educação. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda, os percentuais são bastante inferiores: 7% entre os homens e 10,4% entre mulheres. É o que comprova o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil.²

A desigualdade fundamentada pelo gênero é um problema antigo, mas ainda atual. Incorporar o critério Social, dos critérios ASG, com foco no empoderamento feminino e contra a

²Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?&t=o-que-e> IBGE <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

discriminação de gênero, representa também uma evolução no processo de gestão em prol da sustentabilidade.

Iniciativas como: Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres, Programa Pró Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e participação no Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC, criado em 2011 com o objetivo de aproveitar a similaridade entre as iniciativas das Entidades para alinhar e realizar ações conjuntas, fortalecendo os Comitês de Gênero e Raça existentes em cada uma delas, bem como a utilização das orientações do Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça das EFPC podem reduzir essas lacunas e diferenças, trazendo mais equidade e diversidade.



Membros da governança (Conselho Deliberativo, Fiscal, Diretoria e seus Comitês)	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Homens - Brancos	56,2%	51,5%	48,8%	47,4%	47,8%	50,2%
Homens - Negros	1,6%	4,8%	1,0%	1,2%	2,3%	2,4%
Homens - Pardos	8,2%	7,6%	11,7%	15,4%	19,3%	16,1%
Homens - Outros	12,0%	13,3%	15,3%	13,0%	0,6%	1,3%
Mulheres - Brancas	15,3%	16,2%	16,1%	16,2%	25,3%	23,9%
Mulheres - Negras	0,9%	1,1%	0,6%	0,8%	1,3%	1,1%
Mulheres - Pardas	2,3%	2,3%	2,8%	3,4%	3,5%	5,0%
Mulheres - Outros	3,3%	3,3%	3,6%	2,5%	0,0%	0,0%

Especialistas, coordenadores e gerentes	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Homens - Brancos	47,9%	44,4%	38,5%	34,3%	43,6%	35,0%
Homens - Negros	1,6%	1,7%	7,2%	6,6%	1,7%	3,2%
Homens - Pardos	8,5%	6,7%	10,8%	14,2%	7,7%	11,7%
Homens - Outros	1,6%	1,8%	8,5%	7,7%	0,0%	0,0%
Mulheres - Brancas	31,7%	36,0%	23,2%	24,7%	31,5%	32,6%
Mulheres - Negras	0,0%	0,6%	0,5%	1,0%	2,2%	2,2%
Mulheres - Pardas	7,1%	7,4%	7,3%	8,7%	13,2%	15,3%
Mulheres - Outros	1,6%	1,3%	4,0%	2,8%	0,0%	0,0%

Estagiários	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Homens - Brancos	24,8%	27,0%	26,1%	29,9%	45,0%	37,0%
Homens - Negros	3,7%	2,3%	4,7%	3,0%	8,3%	8,1%
Homens - Pardos	16,8%	18,0%	16,7%	16,0%	5,0%	5,4%
Homens - Outros	8,7%	7,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mulheres - Brancas	25,2%	23,5%	22,5%	24,5%	25,0%	25,4%
Mulheres - Negras	6,1%	6,1%	2,8%	0,5%	0,0%	2,5%
Mulheres - Pardas	9,9%	8,1%	20,5%	24,7%	16,7%	21,6%
Mulheres - Outros	5,0%	8,0%	6,7%	1,4%	0,0%	0,0%

Analistas, assistentes e técnicos	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Homens - Brancos	28,9%	28,7%	24,7%	25,3%	20,5%	20,5%
Homens - Negros	3,6%	3,9%	3,3%	3,4%	3,6%	3,4%
Homens - Pardos	11,3%	11,1%	7,5%	8,3%	11,6%	8,6%
Homens - Outros	0,5%	0,4%	3,7%	3,8%	0,0%	0,0%
Mulheres - Brancas	37,8%	37,7%	37,8%	35,6%	37,5%	38,4%
Mulheres - Negras	3,2%	3,2%	2,8%	3,2%	2,9%	2,5%
Mulheres - Pardas	13,5%	13,9%	14,9%	15,5%	23,9%	26,5%
Mulheres - Outros	1,2%	1,2%	5,4%	4,9%	0,0%	0,0%

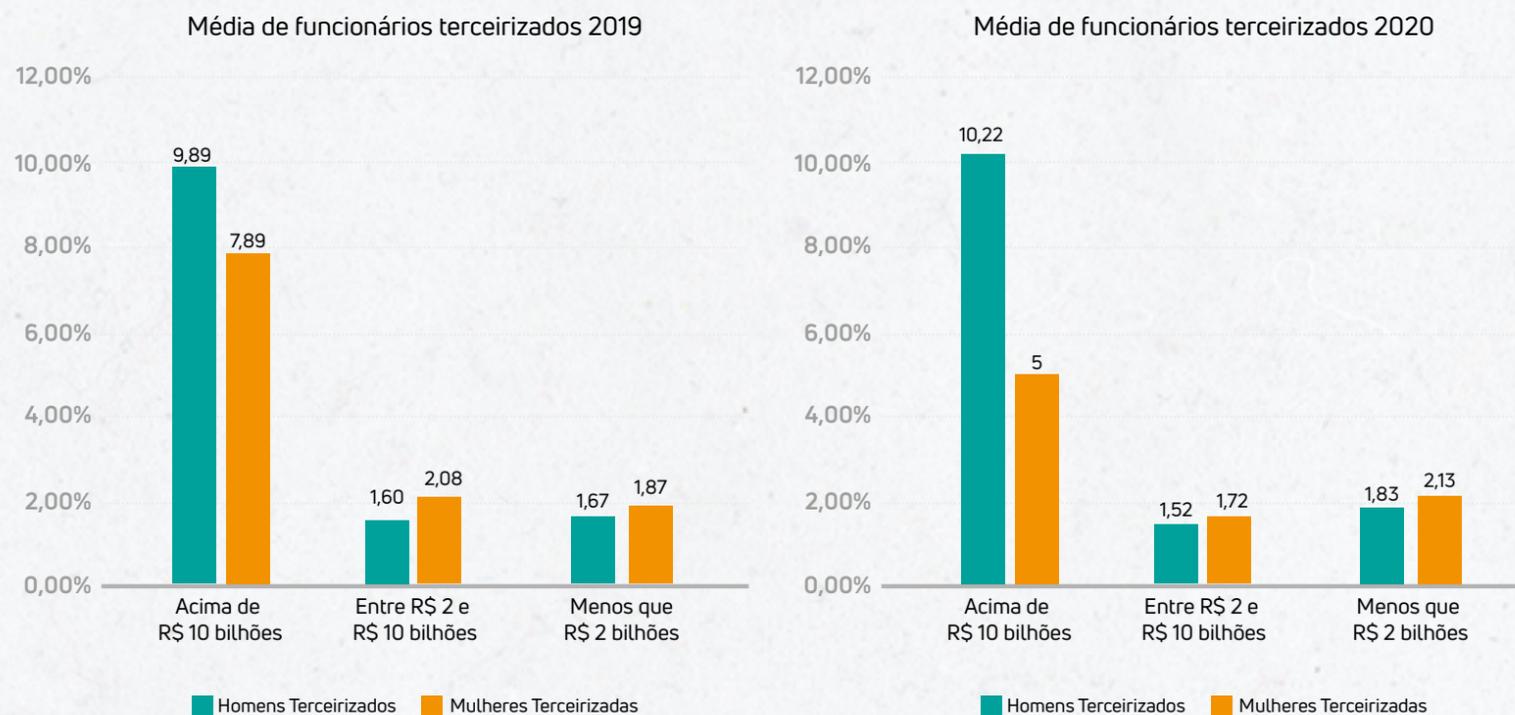
Em termos de escolaridade, no ano de 2020, enquanto a maioria do quadro funcional das EFPC de grande porte tinha ensino superior completo, a maior parte do quadro funcional das entidades de médio e pequeno porte tinham pós-graduação.

Contudo, na abertura por gênero, novamente constatamos o retrato do legado histórico-cultural de maior qualificação e capacitação do quadro masculino, especialmente nas entidades com investimentos de até R\$ 10 bilhões, ou seja, as de médio e pequeno porte.

No ambiente corporativo, os homens ainda são maioria em cargos de liderança e na alta gestão, além de terem a média salarial maior, ainda que desempenhando a mesma função que as mulheres, que, em média, buscam cada vez mais qualificação, evidenciando a importância do investimento na promoção da igualdade de gênero.

Escolaridade	Acima de R\$ 10 bilhões		Entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões		Abaixo de R\$ 2 bilhões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Homens - Ensino médio Completo	14,7%	12,9%	11,9%	10,7%	6,4%	6,8%
Homens - Ensino Superior Completo	44,9%	49,0%	32,4%	31,2%	31,9%	32,7%
Homens - Pós-Graduação	36,2%	34,9%	49,9%	47,2%	46,1%	46,4%
Mulheres - Ensino médio Completo	14,5%	14,6%	14,5%	14,3%	7,1%	6,8%
Mulheres - Ensino Superior Completo	51,6%	48,8%	43,0%	39,0%	45,6%	43,1%
Mulheres - Pós-Graduação	32,9%	34,2%	40,2%	43,1%	39,9%	40,2%

Sobre os dados de profissionais terceirizados, as EFPC com investimentos acima de R\$ 10 bilhões apresentam uma média de homens e mulheres acima das médias apresentadas pelas entidades com investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões e abaixo de R\$ 2 bilhões.



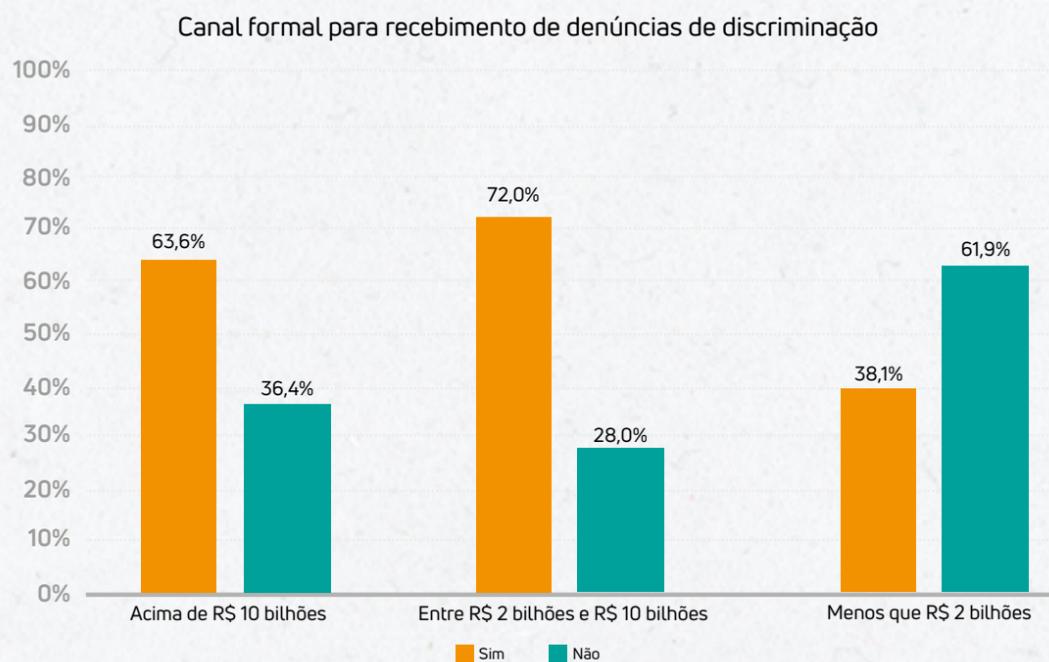
Canais Formais para Recebimento de Denúncias de Discriminação

Um dos instrumentos que irá auxiliar no combate aos diversos tipos de discriminação e na promoção da diversidade, equidade e inclusão é a elaboração de um Código de Ética.

O Código de Ética tem por finalidade estabelecer padrões éticos e condutas esperadas para manter um clima organizacional de confiança, estabelecendo diretrizes para os deveres essenciais e o comportamento esperado de seus conselheiros(as), diretores(as) e quadro funcional, abrangendo questões relacionadas às regras de convivência no ambiente de trabalho sem distinção por hierarquia, áreas, funções, gênero, raça ou religião, transparência das operações, segurança e o sigilo das informações que devem ser protegidas pela confidencialidade.

De modo abrangente, o responsável formal pela análise, avaliação e tratamento das denúncias referentes à violação do Código de Ética no ambiente corporativo é o Comitê de Ética ou a área de Ouvidoria.

O resultado apresentado no documento de coleta de informações, indicou ainda que 22 EFPC não possuem canal formal para receber denúncias de discriminação, enquanto 33 possuem. As outras 2 entidades não responderam a essa pergunta.





Das 33 EFPC que possuem canal formal de denúncias de discriminação, uma única Entidade indicou ter tido 5 incidentes de discriminação no ano, enquanto as demais não indicaram nenhum.

Analisando esses dados, percebemos no que tange a segurança e confiabilidade, a grande maioria das EFPC que responderam ao questionário, estão no caminho da construção de uma cultura de ética com ações repressivas, ou seja, direcionadas ao combate de atos discriminatórios de qualquer natureza.

A confiabilidade é um dos maiores bens do mercado. Uma Entidade transparente e ética atrai investidores e clientes. A ética cria senso de pertencimento no corpo funcional. Investir em ética é investir também na confiança do nome da Entidade.

Equidade e Diversidade no Ambiente Corporativo

Diversidade é um tema extremamente complexo e, ao mesmo tempo, crucial. Os dados do questionário de coleta de informação das EFPC trazem muitas reflexões que mostram a urgência e a relevância do assunto.

Torna-se emergencial responder à questão: como podemos melhorar esse retrato apresentado? Entender esses dados em profundidade, debater os resultados com a alta liderança e refletir que o comprometimento é o primeiro passo para mudarmos a realidade.

Pensar em ações de promoção de equidade e diversidade no ambiente corporativo é fundamental, desde a contratação até o desenvolvimento das atividades no dia a dia.

Pesquisas têm demonstrado a relação direta entre o desempenho financeiro das organizações e a pluralidade de suas equipes. Em todo o mundo, iniciativas e programas em prol da Equidade de Gênero e Raça e Respeito à Diversidade têm avançado evidenciando que a probabilidade de performance financeira acima da média em empresas com diversidade de gênero e étnica. No Brasil, destacamos o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal e os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres dos quais fazem parte grandes empresas e diversas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as quais são detentoras de Prêmios e Certificados por iniciativas e programas estruturados sobre o tema.

Em 2011 foi criado o Fórum de Equidade e Diversidade dos Fundos de Pensão, cuja finalidade é aproveitar a similaridade entre as iniciativas dessas Entidades para alinhar e realizar ações conjuntas, fortalecendo os Comitês de Gênero e Raça existentes em cada uma delas.

Objetivos do Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC:

- Divulgar o compromisso com o avanço da promoção da igualdade de direitos e inclusão da diversidade no mundo do trabalho;

- Inteirar as empresas investidas e fornecedores do compromisso de nossas Entidades com o avanço da igualdade e inclusão no mundo do trabalho, no que se refere às questões de gênero e raça;
- Incentivá-las a participar dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM-PR;

Entre as principais realizações do Fórum destacam-se:

- Encontros direcionado às empresas investidas, fornecedores e prestadores de serviço das Entidades integrantes do Fórum;
- Realização de Eventos, Oficinas, Webinars direcionados aos Comitês de Gênero e Raça, Comitês de Ética, Quadro Funcional, Gestores, Participantes e Assistidos das Entidades envolvidas.

Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça das EFPC:

- Discorre sobre a relação dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça com as Metas 5, 8 e 10 dos [ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU 2030](#) e sua abrangência como ferramenta eficaz para melhores práticas de gestão.
- Elenca práticas de ações e projetos direcionados à Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional realizados por EFPC de pequeno, médio e grande porte.
- Para mais informação sobre a implantação de práticas de promoção da diversidade, equidade e acessibilidade consulte o [Guia de Melhores Práticas de Equidade de Gênero e Raça para Entidades Fechadas de Previdência Complementar](#).

6.3. Qualidade das informações disponíveis sobre produtos e serviços

■ GRI 417-1

Os canais de comunicação são importantes e imprescindíveis instrumentos de Governança Corporativa para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que através deles trazem maior transparência e efetiva prestação de contas aos seus participantes, patrocinadores, prestadores de serviço e demais partes interessadas.

Tendo isso em mente, tornam-se valiosas ferramentas as métricas de atendimento e pesquisas de satisfação dos clientes. Neste sentido, a primeira conclusão que se extrai dos dados levantados é que, quanto maior o porte da Fundação e seu volume de investimentos, maiores as chances de realização de pesquisas de satisfação, seja em relação aos seus produtos e serviços, seja em relação aos seus canais de atendimento.

Pesquisas de Satisfação

Como se pode observar, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que possuem mais de R\$ 10 bilhões em investimentos, 90,9% das respondentes realizam pesquisa de satisfação de seus serviços e produtos. Este número cai para 56,0% quando falamos de Entidades com investimentos até R\$ 2 bilhões, e para 14,3% para entidades com menos de R\$ 2 bilhões investidos.

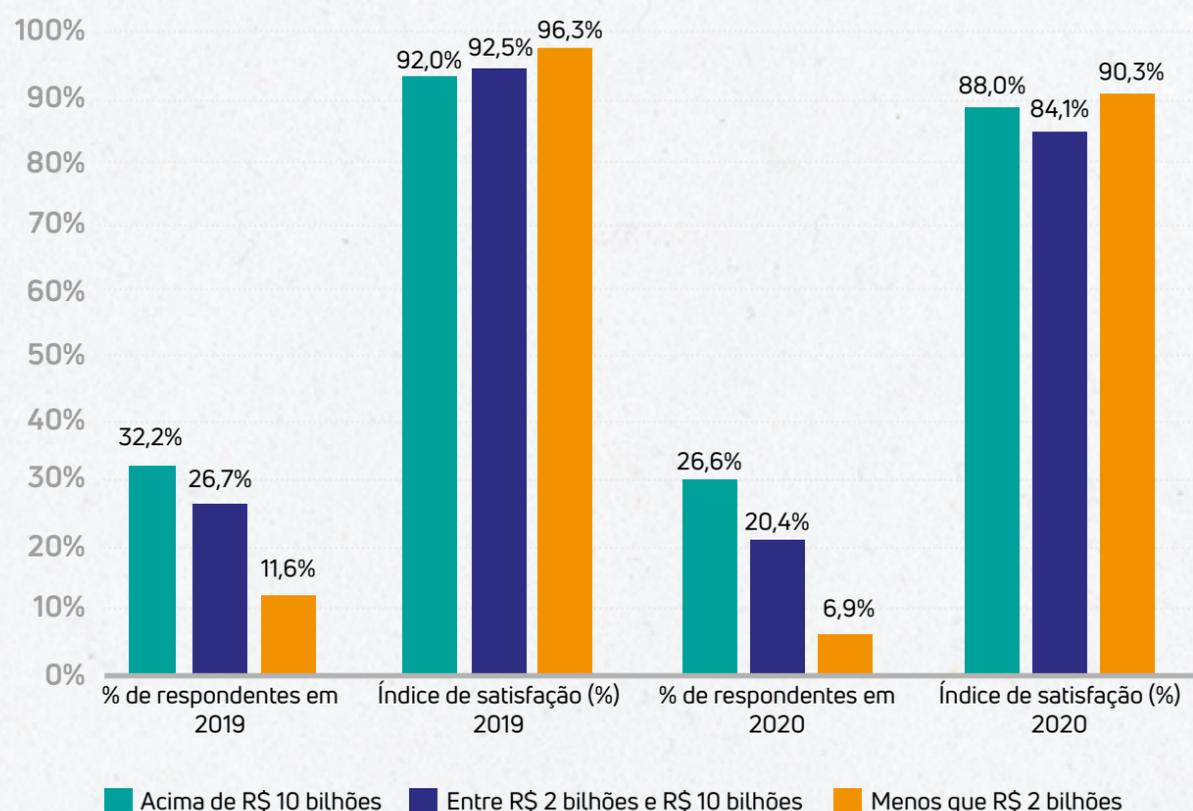
Materialmente, das onze entidades respondentes pertencentes ao grupo de investimentos acima de R\$ 10 bilhões, somente uma não realiza pesquisa de satisfação de serviços e produtos, enquanto das vinte e uma entidades do menor grupo (até R\$ 2 bilhões), somente três o fazem, deixando claro, nesse aspecto, diferença significativa considerando porte e estrutura.

Neste contexto, entre as Entidades que aplicam pesquisa de satisfação de serviços e produtos, nota-se um índice relativamente alto em seus resultados, com aumento de 7% dentre as entidades com mais de R\$ 10 bilhões em investimentos do ano de 2019 para 2020, e manutenção dos bons resultados pelos demais grupos.

Já no que tange à pesquisa de satisfação de canais de atendimento, a mesma correlação entre o valor investido e a realização da pesquisa é vista. Enquanto 90,9% das EFPC com mais de R\$ 10 bilhões de reais investidos realizam pesquisa em relação aos seus canais, somente 9,5% das entidades com menos de R\$ 2 bilhões o fazem.

Diferentemente da pesquisa de satisfação de produtos e serviços, a pesquisa relacionada aos canais de atendimento apresentou queda em seus resultados percentuais no que se refere aos níveis de satisfação para os três grupos de entidades, como pode se observar no gráfico abaixo.

Pesquisa de satisfação em relação aos canais de atendimento disponibilizados



6.4. Cibersegurança e proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários ■ GRI 418-1

Em tempos onde a digitalização e o excesso de informações imperam, ganham forças normas e debates quanto à proteção dos dados pessoais. As empresas que manipulam essas informações precisam seguir uma série de procedimentos a fim de garantir privacidade aos seus clientes.

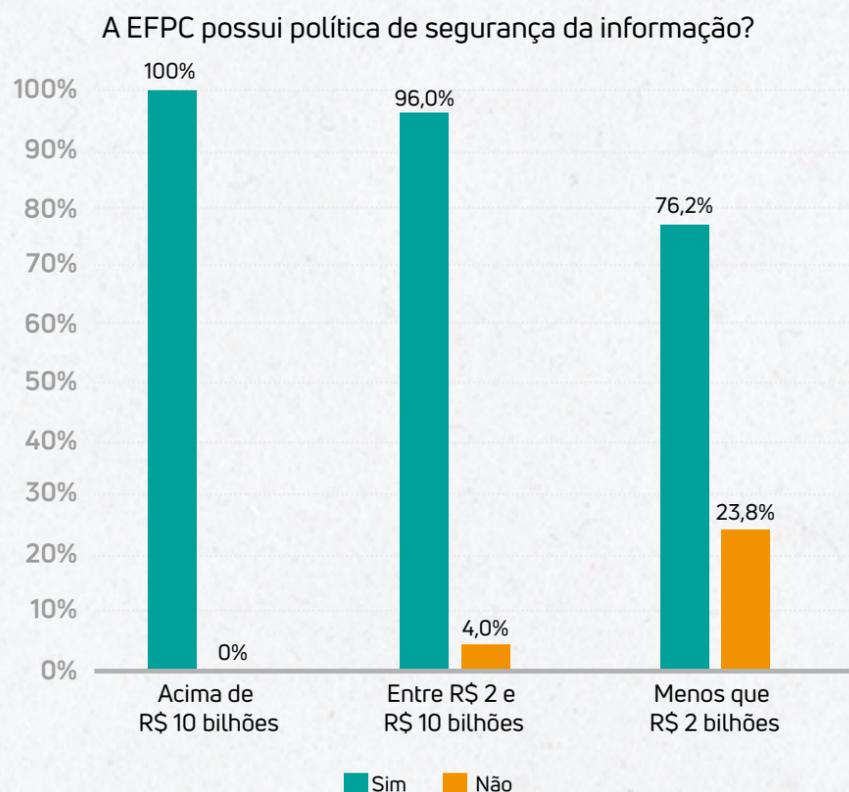
Com as EFPC e o setor de previdência complementar não é diferente. Com uma população de milhões de participantes e assistidos (e seus dependentes, potenciais beneficiários), a proteção dos dados requer um cuidado significativo, onde a confiança dos participantes e a transparência das entidades estão em jogo.

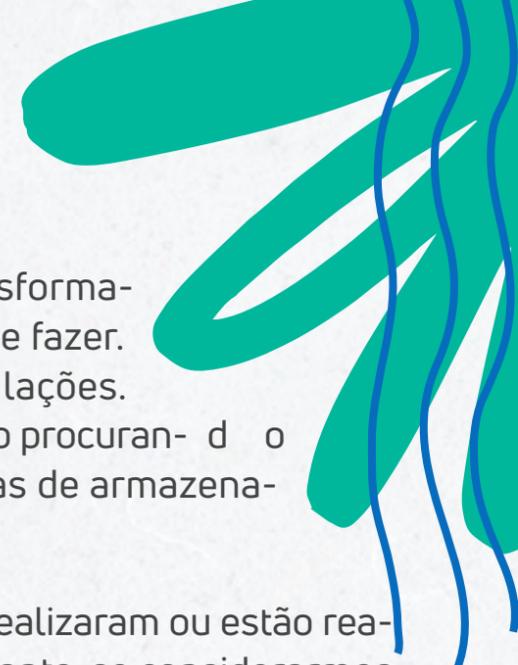
Recentemente, dois normativos vieram para evidenciar ainda mais a necessidade de cuidado com os dados dos participantes. A Resolução do CNPC 32/2019 e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representam um avanço na maneira que os fundos de pensão cuidam dos dados e da comunicação com o participante.

Basicamente, o Resolução CNPC 32/2019 traz novas regras para tornar a comunicação mais acessível e transparente ao participante ao determinar novas regras para divulgação de informações. Já a LGPD institui um processo elaborado no trato de informações relativas aos dados pessoais dos participantes, como a coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento desses dados.

Mas como as EFPC têm cuidado dessas questões? Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a importância de uma Política de Segurança da Informação instituída. Essas políticas abordam e definem questões relacionadas a possíveis ameaças à segurança dos dados, além de promover estratégias que visem mitigar as vulnerabilidades. É importante que cada entidade possua uma política estabelecida, independente de seu tamanho, para auxiliar na proteção dos dados de seus participantes e outras informações estratégicas.

E o setor já está atento a essas necessidades. Conforme demonstrado no gráfico a seguir, apenas quatro entidades respondentes não possuem uma política de informações instituída.

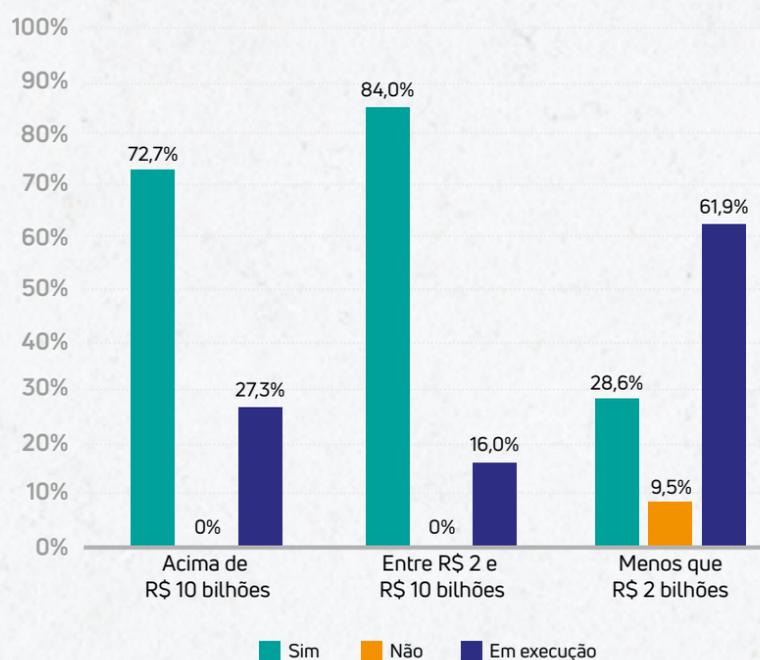




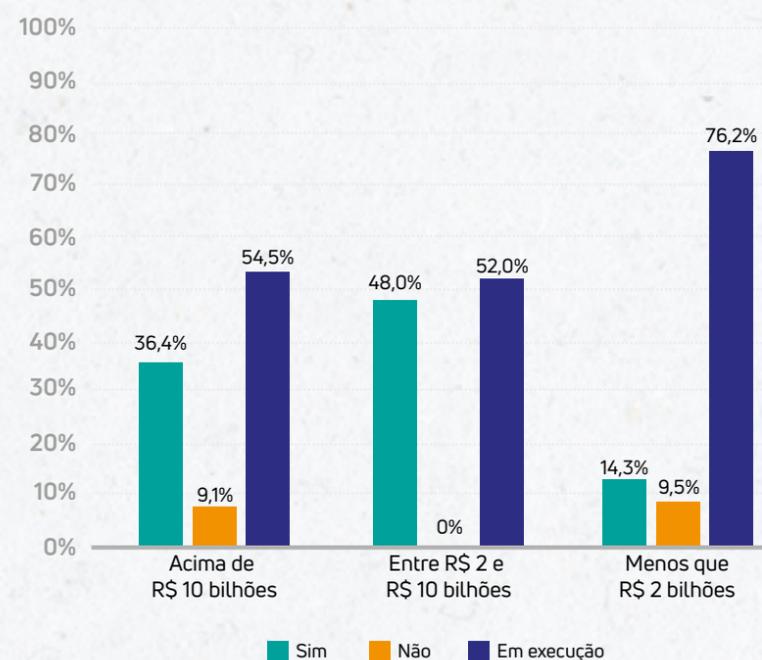
Os números mostram que o setor está em linha com as recentes transformações que o tema tem causado. No entanto, ainda há muito trabalho a se fazer. É preciso garantir que as entidades já estejam se adequando às regulações. Dessa forma, os fundos de pensão devem realizar um diagnóstico interno procurando determinar a conformidade das políticas, dos processos e dos sistemas de armazenamento de seus dados com as demandas das legislações recentes.

Atualmente 96,5% dos fundos de pensão participantes deste trabalho realizaram ou estão realizando diagnóstico para adequação às determinações da LGPD. No entanto, se considerarmos as entidades com menos de R\$ 2 bilhões em ativos administrados, o percentual que concluiu este diagnóstico ainda é pequeno. Quanto ao número de entidades com sistemas de armazenamento de dados em conformidade com as demandas da LGPD, o número é ainda menor: apenas 19 fundos de pensão já adequaram seus sistemas às exigências da norma.

A EFPC realizou diagnóstico para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados?



Os sistemas de armazenamento de dados da EFPC estão em conformidade com as demandas da LGPD?



Como mencionado anteriormente, o sistema das EFPC está trabalhando para garantir a integridade de sua proteção de dados e a transparência em sua comunicação com os *stakeholders*. Mas é preciso continuar avançando para que se chegue de fato ao estabelecimento de uma cultura de proteção de dados.

Esse desenvolvimento requer o engajamento tanto da alta gestão quanto do quadro funcional, com iniciativas de conscientização e investimento em cibersegurança, treinamento das equipes de tecnologia, estabelecimento de protocolos que passam por criptografias com chaves fortes, antivírus, monitoramento de vulnerabilidades técnicas na rede interna e sistemas, conscientização de usuários, segurança em redes, equipes especializadas em *cybersecurity*, ferramentas para apoio em prevenção de incidentes para verificação de eventos de segurança da informação, manutenção atualizada dos sistemas, planos de continuidade de negócios, abolição de *softwares* piratas e forte política de segurança da informação, especialmente quando se trata de uma EFPC, no qual a credibilidade é substancial para a relação com o cliente.

6.5. Ética, prevenção e combate à corrupção ■ GRI 102-16 e 102-17

Para uma empresa ser reconhecida como indutora de boas práticas, é fundamental que adote uma postura ética e transparente perante seus públicos de relacionamento. A busca pela ética e pelo combate à corrupção são direcionamentos apontados com grande preocupação pelas organizações.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodoc) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estimam que, por ano, US\$ 1 trilhão sejam pagos em subornos e cerca de US\$ 2.6 trilhões (R\$ 10, 7 trilhões) sejam roubados por meio de corrupção - valores que equivalem a 5% de toda a riqueza produzida anualmente no planeta, com base no PIB (Produto Interno Bruto) mundial (EXAME 2019).

Essa prática impede o crescimento econômico, distorce a concorrência e representa sérios riscos jurídicos e de reputação. Os impactos da corrupção são diversos e vão além do contexto econômico, causando o aumento da incerteza sobre os retornos esperados.

Entretanto, iniciativas de prevenção e combate à corrupção têm ganhado tração, engajando investidores que procuram conhecer os programas das companhias na busca pela implantação das melhores práticas de negócios e gestão das empresas. Para reduzir riscos e proteger o desempenho de longo prazo de suas carteiras, os investidores procuram empresas que propiciem um ambiente de negócios transparente.

Diante disso, o cenário atual é de maior responsabilização de empresas e gestores por atos de corrupção, o que provoca uma série de avanços na legislação e novas regras em todo o mundo, que pressionam as empresas a criarem medidas anticorrupção robustas. No caso do Brasil, a Lei 12.846, de 2013, e o Decreto nº 8.420, de 2015, trouxeram algumas mudanças nesse sentido.

Como consequência, podemos observar um movimento do mercado brasileiro na adoção de códigos de ética e de condutas, participação da alta direção, desenvolvimento de programas de integridade e uso de canais de denúncia.

Canais de Denúncia Formalmente Estabelecidos

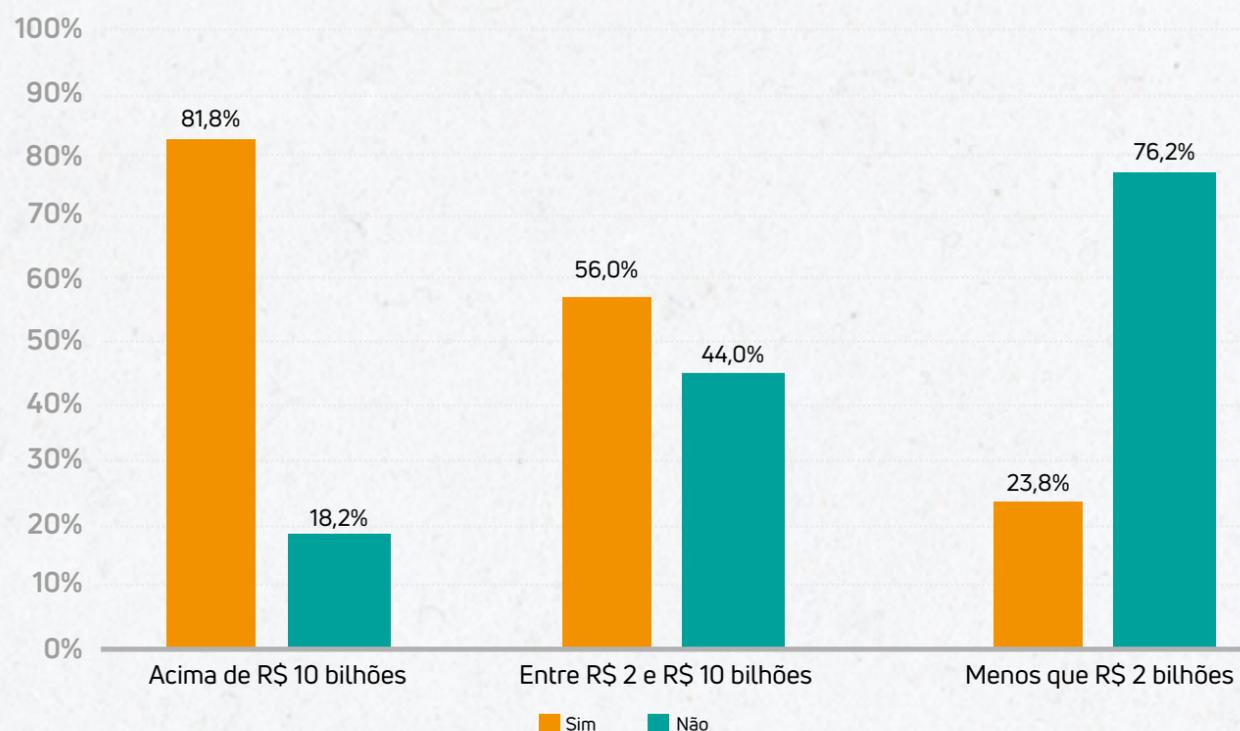
O resultado da pesquisa realizada com as EFPC releva a importância que esse assunto tem para as entidades, uma vez que 94,7% indicaram possuir código de conduta ética e participação da alta direção na elaboração, revisão ou assinatura do documento.

A preocupação da alta gestão com o tema, direciona para a adoção de um código de conduta amplo, com referência às questões éticas, integridade e combate à corrupção. Especialmente quando se trata de uma EFPC, no qual a credibilidade é substancial para a relação com o cliente. O resultado disso é a busca por normas preventivas e foco na *due diligence*, por meio da constituição de comitês destinados ao tema e realização de auditorias. Apesar dos poucos casos de denúncia ocorridos em 2020, nenhuma das 57 EFPC respondentes indicou ter casos confirmados de corrupção nesse período.

Outro elemento interessante para análise a respeito do código de conduta é que a abordagem busca englobar o direcionamento com as diferentes partes relacionadas, contudo dentre as 57 respondentes, 9 EFPC indicaram que o código de conduta não inclui regras de relacionamento com agentes públicos e Pessoas Politicamente Expostas (PPE) e 52 indicaram que seu código contempla prevenção de práticas anticorrupção e/ou antiéticas na relação com a cadeia de valor.

A existência e independência de áreas de controle e acompanhamento é muito importante para fiscalizar a aplicação das boas práticas de integridade, como a criação de uma ouvidoria para tratar desses assuntos. A Pesquisa mostra que dentre as EFPC com investimento maior que R\$ 10 bilhões, apenas duas indicaram não possuir ouvidoria interna formalmente estabelecida.

A EFPC tem ouvidoria interna formalmente estabelecidos?



Como a possibilidade de anonimato para o denunciante, os canais de denúncia buscam garantir que o processo tenha independência e imparcialidade com relação a possíveis interferências e mecanismos de proteção/não retaliação aos denunciadores de boa-fé.

Sendo assim, a pesquisa sinaliza que a estrutura da entidade está relacionada à existência do canal de denúncia. Dentre as entrevistadas, todas as EFPC com investimento acima de 10 bilhões dispõem de canais de denúncias formalmente estabelecidos. Das que possuem investimentos entre R\$ 2 e R\$ 10 bilhões, 84% possuem esse canal instituído e, dentre as com investimentos menores que R\$ 2 bilhões, esse número é de 52,4%.

Nesse contexto, embora os números indiquem que as EFPC possuem mecanismos voltados à adoção das melhores práticas, é importante que continuem aprimorando seus normativos internos, com objetivo de estabelecer regras bem definidas e atualizadas que mitiguem quaisquer possibilidades de desvios éticos e comportamentais.

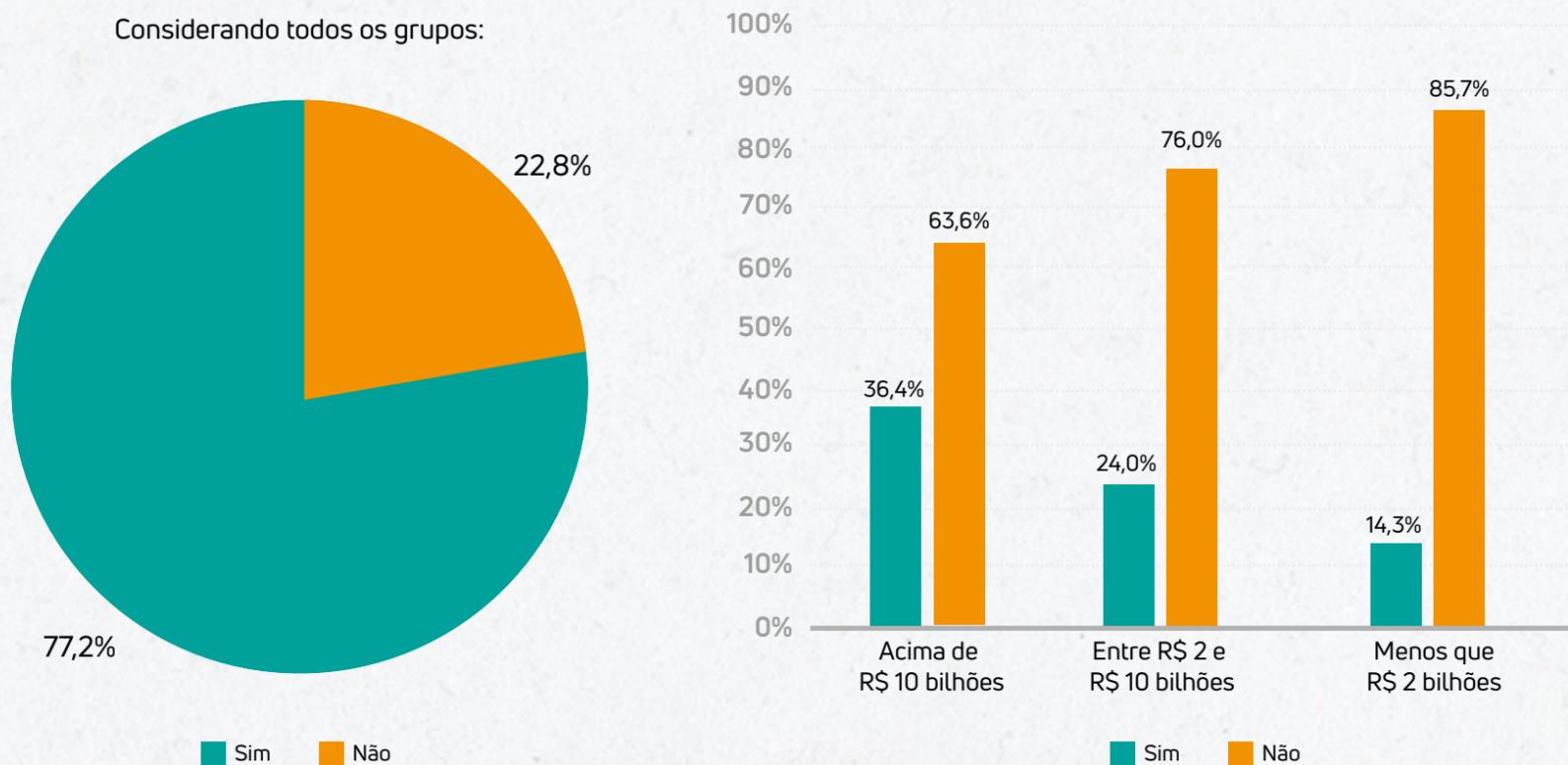
A Abrapp disponibiliza um [Guia - A Condução de um Programa de Integridade nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar](#) com orientações para Condução de Programa de Integridade nas EFPC.

6.6. Gestão Interna (Meio ambiente, saúde, segurança e boas práticas)

O processo de gestão interna e valorização do quadro funcional é um tema de grande relevância e debates no meio corporativo. Ao focar no mercado de previdência, composto por instituições que buscam, em virtude de seu campo de atuação a longo prazo, a perenidade e a eficiência de suas atividades, tais elementos merecem ainda mais atenção.

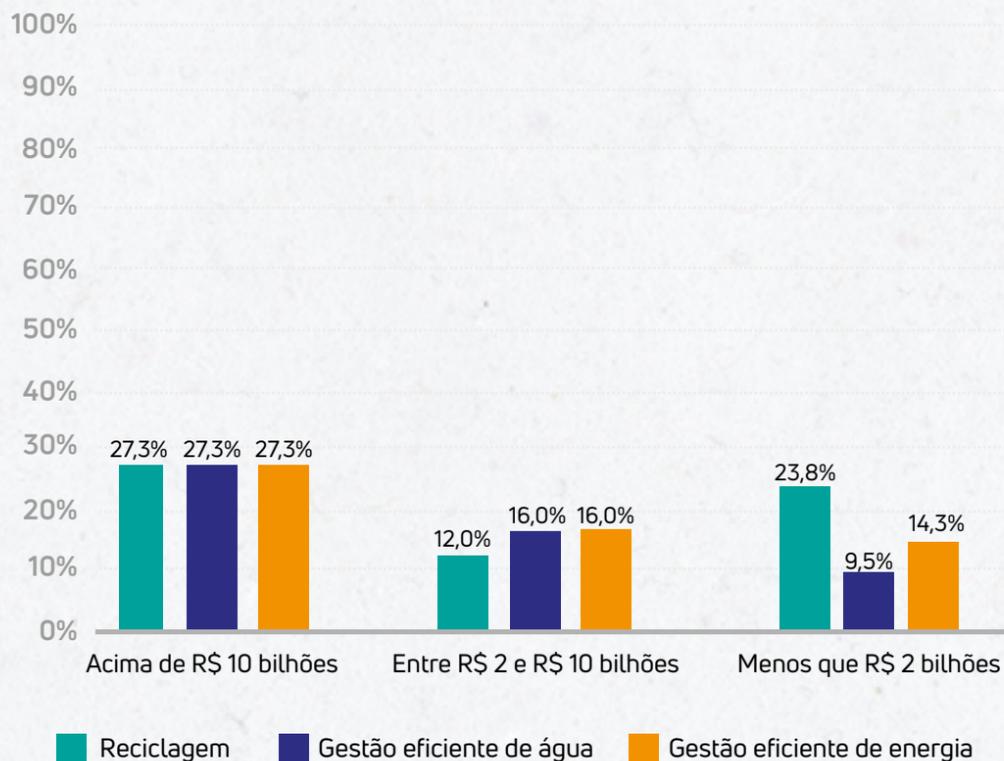
Para isso, as Entidades precisam conhecer e tratar as questões ASG (ambientais, sociais e de governança) em suas rotinas. Contudo, apesar de entender a importância desses conceitos, muitas delas ainda enfrentam desafios na aplicação das boas práticas em seus diversos níveis de gestão. No caso específico do mercado dos fundos de pensão, ao tratar das questões relacionadas ao meio ambiente, percebe-se ainda um grande espaço para avançar. Como pode ser observado, menos de ¼ das EFPC que participaram da pesquisa têm alguma política que envolva questões ambientais.

A EFPC tem uma política que engloba questões ambientais?



Além de possuir políticas e diretrizes alinhadas com as melhores práticas ASG, é importante que as instituições acompanhem o andamento dessas diretrizes. A forma mais utilizada para realizar esse acompanhamento é por meio da criação de indicadores que possibilitem a verificação quanto ao atingimento das metas previamente estabelecidas. O reporte desses acompanhamentos demonstra o comprometimento e transparência da organização junto aos seus públicos de relacionamento. Com a falta de direcionamentos relacionados ao tema, conseqüentemente, observa-se que poucas EFPC fazem uso de algum indicador relacionado ao meio ambiente.

Quais os indicadores relacionados ao meio ambiente são analisados?

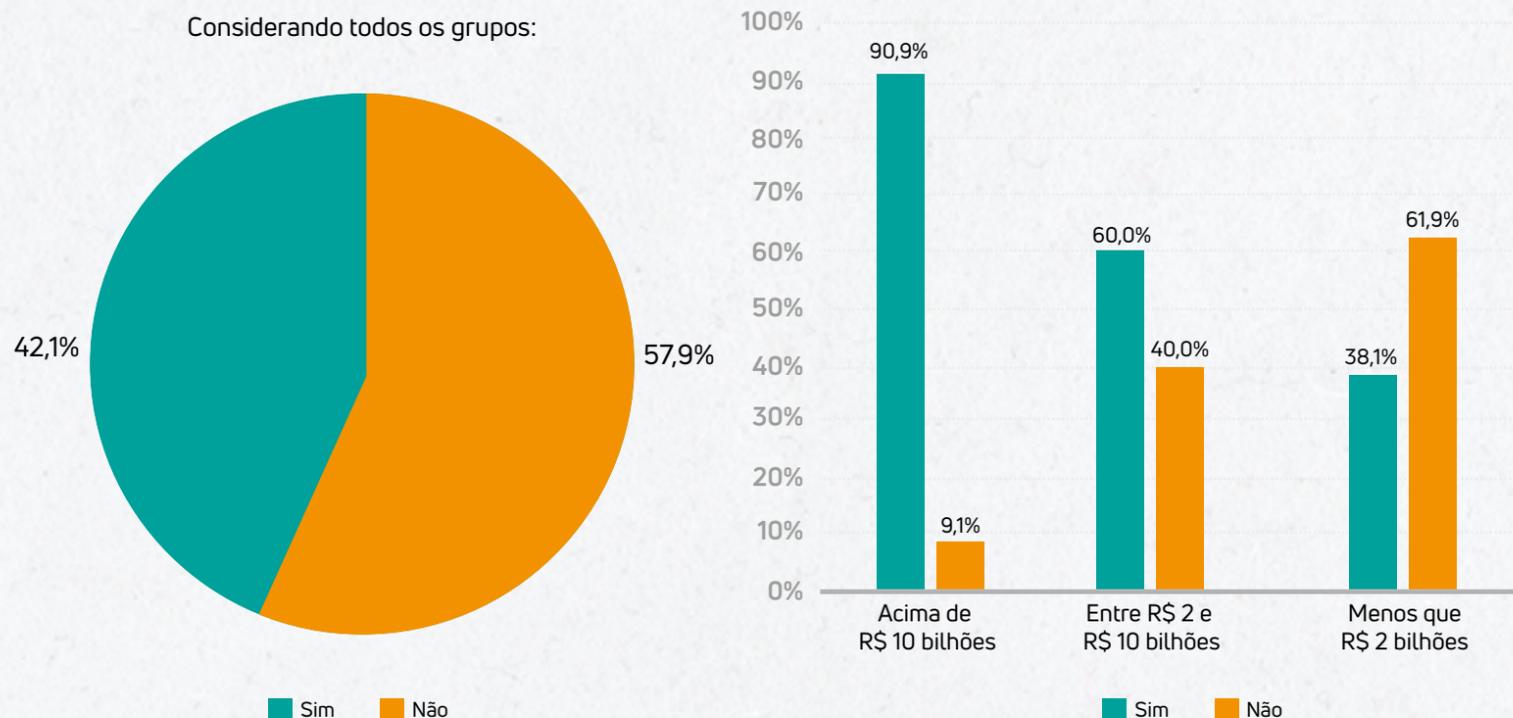


Quanto às questões sociais, constata-se que as instituições vêm avançando gradativamente nos aspectos pertinentes ao relacionamento e à valorização de seus quadros funcionais. Com a constante preocupação com a segurança e saúde no trabalho, as boas práticas têm sido mais frequentemente aplicadas nas gestões internas das Entidades.

Exemplo disso é o fato de que quase 60% das EFPC tem uma política que engloba questões de saúde e segurança no trabalho. Nota-se, contudo, que o estabelecimento de tais políticas fica mais evidente considerando o porte da Entidade em relação aos investimentos, conforme demonstrado no gráfico a seguir. [GRI 403-1](#)

Saúde e Segurança no Trabalho

A EFPC tem uma política que engloba questões de saúde e segurança no trabalho?



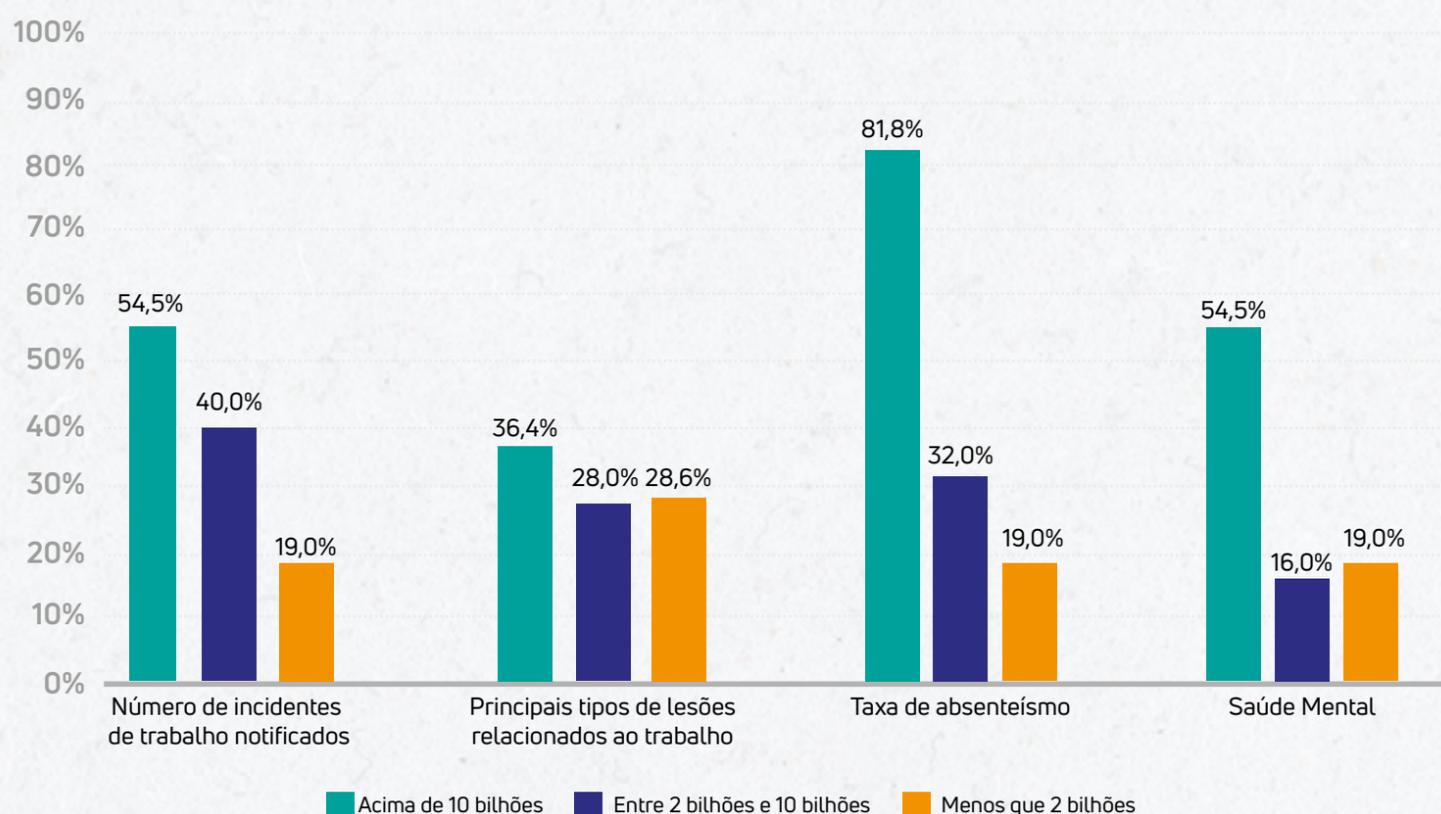
É por meio da aplicação de uma política específica e consistente que se dedique a essas questões, que se torna possível direcionar o caminho pelo qual as Entidades devem percorrer em relação ao cuidado com seu quadro funcional.

Entre os indicadores relacionados à saúde e segurança do corpo funcional, destacam-se o monitoramento da taxa de absenteísmo, o acompanhamento do número de incidentes de trabalho notificados e o monitoramento da saúde mental.

Nas Entidades de grande porte, por exemplo, a taxa de absenteísmo é monitorada pela maioria das respondentes, superando o percentual de 81,8%. As demais categorias apresentam índices consideravelmente menores.

O monitoramento da saúde mental ainda é baixo em todas as categorias. Pouco mais da metade das Entidades de grande porte acompanham esse importante aspecto, seguida de índices ainda mais preocupantes relativos às Entidades de médio e pequeno porte, sendo que apenas 16% e 19% delas, respectivamente, analisam tal indicador.

Quais os indicadores relacionados à saúde mental e segurança dos trabalhadores são analisados?



Para estar em conformidade com as melhores práticas de gestão, é crucial que se considere de maneira mais ampla e equânime todos os indicadores acima, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à promoção da qualidade de vida do corpo funcional das EFPC.

A importância do tema Sustentabilidade vai muito além da rentabilidade dos ativos. Ele precisa ser transversal e permear todo o negócio para viabilizar a perenidade no mercado. Tendo em vista a importância do longo prazo para o setor de previdência complementar, a adoção dos critérios ASG na gestão e tomada de decisões torna-se imprescindível para as EFPC.

Ainda temos um longo caminho a percorrer para a total adoção e implantação dos Princípios ASG como práticas de gestão, principalmente aqueles relacionados a riscos sociais e ambientais, com destaque para medidas associadas às mudanças climáticas. O desafio ainda é maior para as entidades de menor porte.

Um diagnóstico socioambiental preciso pode embasar critérios de seleção de investimentos e venda de participações, ajudando a reduzir riscos potenciais e criar valor, especialmente em iniciativas de longo prazo.

As EFPC podem trabalhar juntas como indutoras do tema Sustentabilidade, incentivando as empresas investidas de forma que priorizem a disseminação de uma cultura organizacional atenta aos princípios sociais, ambientais e de governança.

Esse Relatório apontou a importância de indicadores que norteiem a comunicação de impactos sobre mudanças climáticas, direitos humanos e corrupção. A estrutura da GRI para relatórios de sustentabilidade ajuda a identificar, coletar e relatar as informações de maneira clara e comparável, direcionando a estratégia de gestão e embasando decisões para garantia de perenidade das EFPC.

A transparência tem sido crescentemente reivindicada pelas partes interessadas e, como visto, a metodologia e estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI é respeitada no âmbito global e pode ser utilizada por Entidades de pequeno, médio e grande porte.



The image shows a vast field of rice plants in the foreground, extending to a horizon line. The sky is filled with soft, orange and yellow light from a setting or rising sun, with some clouds. On the right side, there is a large, semi-circular teal graphic element with a white dotted pattern along its bottom edge. The text 'SUMÁRIO EXECUTIVO' is written in white, bold, italicized capital letters within this teal area.

SUMÁRIO EXECUTIVO





7. SUMÁRIO EXECUTIVO

7.1. Sumário GRI

Sobre este Relatório

GRI 102-46	Apresentação
GRI 102-47	Temas Materiais

Informações Institucionais

GRI 102-14 GRI 102-15	Mensagem do Diretor-Presidente
GRI 102-1 GRI 102-2 GRI 102-3 GRI 102-4 GRI 102-5 GRI 102-6	A Abrapp e o Setor
GRI 102-18 GRI 102-16 GRI 102-17 GRI 102-12 GRI 102-13	Perfil Organizacional
GRI 102-2	Previdência complementar no Brasil
GRI 102-40 GRI 102-42 GRI 102-42 GRI 102-44	Relacionamento com Regulador <i>Stakeholders</i>
GRI 102-53	Dúvidas, sugestões ou mais informações
GRI 102-2	Histórico de Ações Abrapp
GRI 102-2	Iniciativas de Educação Financeira

Investimento Responsável

GRI 102-46 GRI 102-47	Perfil da Pesquisa
GRI FS11 G4	Investimentos Responsáveis
GRI 201-2	Clima - Riscos e Impacto na Economia
GRI 102-13 GRI 103 - Forma de Gestão de FS11 G4	Participação em iniciativas que promovam o investimento responsável
GRI 404-1 GRI 404-2 GRI 404-3	Engajamento ASG na Cultura Organizacional Treinamentos

Gestão Responsável da EFPC

GRI 201-3 GRI 404-1 GRI 404-2 GRI 404-3 GRI 205-2	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
GRI 405-1	Diversidade, equidade e acessibilidade
GRI 201-2 GRI 102-15	Capacidade de impulsionar a transição para a Economia Verde e sobrevivência das empresas
GRI 417-1	Qualidade das Informações Disponíveis e Serviços
GRI 418-1	Cibersegurança e proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários
GRI 102-16 GRI 102-17	Ética, prevenção e Combate à Corrupção
	Gestão Interna (meio ambiente, saúde e segurança e boas práticas)



***GUIA DE REFERÊNCIAS
PARA PESQUISA ASG/
SUSTENTABILIDADE***





8. GUIA DE REFERÊNCIAS PARA PESQUISA ASG/SUSTENTABILIDADE

Conhecer o retrato do mercado de previdência complementar é fundamental para traçar novas estratégias e seguir avançando na adoção de práticas ASG, para garantir a perenidade das entidades de acordo com a forte tendência do mercado e, especialmente, para beneficiar a sociedade como um todo.

O cenário mundial aponta para uma estratégia empresarial que imprima o uso transversal dos Princípios ASG. Com a pandemia por Covid-19, o ambiente corporativo ampliou a perspectiva sobre o entorno e práticas ambientais, sociais e de governança, a exemplo de países da Europa e Estados Unidos, e o engajamento vem ganhando força no Brasil.

Assim, as questões ASG são cada vez mais relevantes nas tomadas de decisão dos consumidores e, principalmente, dos investidores que precisam estar antenados com os anseios e expectativas de seus atuais e futuros *stakeholders*.

Nessa perspectiva, a Abrapp tem papel fundamental em promover, disseminar e oferecer ferramentas que impulsionam as EFPC nessa transição. Trata-se de questão de adequação para continuidade e perenidade do negócio de previdência complementar.

É importante compreender que a preocupação com os critérios ambientais, sociais e de governança devem estar pautadas não apenas no perfil de risco e na geração de lucro, isoladamente, mas no emprego de políticas que propaguem a cultura de precaução alinhada às melhores práticas de mercado como missão e dever fiduciário das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Diante do cenário que requer uma profunda reflexão sobre os temas, a Abrapp incorpora a este Relatório um Guia de Referências para Estudo e Pesquisa ASG/Sustentabilidade com vasta literatura para que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar possam nortear a transição transversal para um portfólio mais sustentável.

No corpo deste Relatório de Sustentabilidade você teve acesso a uma gama de Links de publicações que podem orientar sua entidade na implementação dos Princípios ASG. Abaixo, apresentamos uma coletânea de referências bibliográficas de renomadas instituições.

PREVIC

- [Relatório Previc - Panorama de Utilização de ASG na Análise de Riscos de Investimentos em EFPC](#)
- [6ª edição do Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar](#)
- [Relatório Completo ASG | Panorama de Utilização dos Fatores ASG na Análise de Riscos de Investimentos em EFPC](#)

ABRAPP

- [2013 - Guia de Boas Práticas em Treinamento e Desenvolvimento](#)
- [2015 - Guia de Recrutamento e Seleção de Pessoal](#)
- [2013 - Guia para Modelo de Avaliação de Desempenho](#)
- [2018 - Quanto mais você investe na sua equipe mais a empresa ganha!](#)
- [2019 - Código de Autorregulação em Governança Corporativa - Abrapp](#)
- [2019 - Gestão Responsável: Sob Enfoque da Ética - Sindapp](#)
- 2020
 - [A Importância da Ética e Reputação Ilibada na Previdência Complementar - Sindapp](#)
 - [Ética no Século 21: Reflexões - Comissão de Ética do Sindapp](#)
 - [Brainstorm Digital sua Entidade está preparada para o Retorno ao Presencial? - Comitê de Recursos Humanos da Abrapp](#)
 - [Guia de Boas Práticas Ações de Educação Financeira e Previdenciária - CT de Estratégia e Criação de Valor da Abrapp](#)
 - [Guia de Educação Financeira: Futuros Poupadores - CT de Estratégia e Criação de Valor da Abrapp](#)
 - [Programa de Preparação para Aposentadoria PPA - CT de Estratégia e Criação de Valor da Abrapp](#)

- [Novo Código de Autorregulação em Governança de Investimentos - Abrapp/Sindapp/ICSS](#)
- [Política de Boas Práticas e de Relacionamento: de Dirigentes, Membros de Colegiados e Comissão Técnica/Grupos de Trabalho, Prestadores de Serviços e Instituições Conveniadas com o Grupo - Abrapp/Sindapp/ICSS /UniAbrapp](#)
- [Reflexões Sobre Teletrabalho - Home Office Nas EFPC](#)
- 2021
 - [Guia de Implantação da Instrução Normativa Previc N° 34/2020 - Comissão Técnica Sul de Governança e Riscos](#)
 - [A Responsabilidade Ética de Conselheiros e Dirigentes – Comissão de Ética do Sindapp](#)
 - [Guia para Reuniões Online - Comissão De Ética do Sindapp](#)
 - [Principais *highlights* do Relatório de Sustentabilidade 2020](#)

GRI

A Global Reporting Initiative - GRI é uma organização internacional de padrões independentes que ajuda empresas e outras organizações a entender e se responsabilizar por seus impactos, fornecendo-lhes a linguagem e indicadores para comunicar seus impactos em questões como mudança climática, direitos humanos e corrupção. Os padrões GRI são os mais usados do mundo para relatórios de sustentabilidade.

Normas GRI

As Normas GRI representam as melhores práticas globais para o relato público de diferentes impactos econômicos, ambientais e sociais. O relato de sustentabilidade com base nos padrões GRI fornece informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável.

Tais diretrizes, estruturadas como um conjunto de normas individuais inter-relacionadas, foram concebidas fundamentalmente para serem utilizadas juntas para auxiliar na elaboração do relatório de sustentabilidade com enfoque em tópicos materiais. As três Normas universais podem ser usadas por qualquer organização que esteja elaborando um relatório de sustentabilidade. A organização pode também escolher dentre as Normas específicas para relatar seus tópicos materiais – econômicos, ambientais ou sociais. [Veja aqui](#) a tradução dos padrões GRI para o português

LAB

O Laboratório de Inovação Financeira (LAB) é um fórum de interação multissetorial, criado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, reúne representantes do governo e da sociedade para promover as finanças sustentáveis no país. O objetivo é criar soluções inovadoras de financiamento para a alavancagem de recursos privados para projetos com adicionalidade social e/ou ambiental e contribuir para o cumprimento das metas brasileiras associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030) e aos compromissos para o enfrentamento dos riscos de mudança climática (Acordo de Paris). Temas como seguros e garantias, títulos verdes, títulos ODS, avaliação de impacto social, *crowdfunding* de investimento, fundos rotativos solidários, *venture philanthropy*, *fintechs*, gestão de riscos socioambientais e muitos outros estão na pauta do Laboratório. Lançado em agosto de 2017, o LAB atua por meio do diálogo intersectorial organizado em Grupos de Trabalho (GT).

- [Finanças Sustentáveis um Panorama](#)
- [O Mercado Emergente de Finanças Verdes no Brasil](#)
- [LAB - Cartilha: Contratação de *Fintechs* pela administração pública](#)
- [Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#)
- [Como implementar as recomendações da força-tarefa para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas](#)
- [A Utilização da Análise de Cenários na Divulgação de Riscos e Oportunidades Relacionados às Mudanças Climáticas](#)
- [Modelo para Contratação de Investimento Coletivo de Dívida para Emissão em Plataforma de *Crowdfunding* de Investimento](#)
- [Desmistificando os Títulos Verdes - Certificados de recebíveis do agronegócio verdes](#)
- [Desmistificando os Títulos Verdes - CRA “VERDE”](#)
- [Guia para utilização de mecanismo de *Crowdfunding* de investimento por instituições financeiras de desenvolvimento](#)
- [Como fazer emissão de *green bonds*](#)
- [Taxonomia em Finanças Sustentáveis: Panorama e Realidade Nacional](#)
- [Tendências e oportunidades no mercado de títulos temáticos para o Brasil](#)
- [Lab comunicação e prestação de contas - A Transparência das Informações ASG pelas Empresas Listadas](#)
- [Gestão De Riscos - A Vez Do S](#)

- [O Mercado Emergente de Finanças Verdes no Brasil \(Versão Resumida\)](#)
- [Consolidando a Sustentabilidade no Setor Financeiro Brasileiro](#)
- [Lab - Riscos e Oportunidades Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#)
- [Finanças Sustentáveis um Panorama](#)
- [Modelo para Contratação de Investimento Coletivo de Dívida para Emissão em Plataforma de *Crowdfunding* de Investimento](#)
- [Títulos ODS: Comprometimento com o Desenvolvimento Sustentável](#)
- [Análise de mercado das finanças verdes 2019](#)
- [Cartilha sobre Instrumentos Financeiros Sustentáveis](#)
- [Diretrizes gerais para constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro](#)
- [Métricas para Avaliação Socioambiental: Uma Perspectiva para Instituições de Desenvolvimento Regional](#)
- [Relatório de Pesquisa com Emissores e Investidores sobre Títulos Verdes no Brasil](#)
- [Produtos Do 1º Ano do Laboratório de Inovação Financeira](#)

IBGC

- [ASG como Estratégia para Perenidade dos Negócios no Século XXI - IBGC](#)
- [Agenda Positiva de Governança: Medidas para uma governança que inspira, inclui e transforma](#)
- [Caderno 4 - Guia de Sustentabilidade para as Empresas](#)
- [Guia GT Interagentes - A Responsabilidade dos Administradores e o Dever de Diligência](#)
- [ESG no modelo de negócio](#)
- [Caderno 18 - Monitoramento de desempenho empresarial](#)
- [ESG *Integration*](#)

Dividendos da Equidade e Diversidade

(McKinsey, ONU Mulheres, Ganha-Ganha, Movimento Mulher 360, MDH, Agenda 2030, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e CEBDS)

- [A Diversidade como Alavanca de Performance](#)

- [Ganha-Ganha: Igualdade de Gênero Significa bons Negócios](#)
- [A Importância da Diversidade](#)
- [Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres](#)
- [Vieses Inconscientes e o Mundo Corporativo - Por Insper, PwC, MM360 e ONU Mulheres](#)
- [Cartilha da Publicidade sem Estereótipos um Guia para Criar Comunicações com Modelos de Gênero mais Evoluídos](#)
- [Equidade de Gênero Como implementar na gestão das empresas?](#)
- [Women @ Work A global outlook - Deloitte](#)
- [Global Gender Gap Report 2021 INSIGHT REPORT MARCH 2021 -World Economic Fórum](#)
- [Acelerando o Futuro das Mulheres nos Negócios - The 2020 KPMG Women's Leadership Summit Report](#)
- [Pais em Casa - Impactos da Pandemia na Divisão do Trabalho de Cuidados](#)
- [Filhos no Currículo - Carreira e Filhos Podem Caminhar Juntos](#)
- [A Mãe e o Mercado de Trabalho](#)
- [Ebook - Colaboração e os comportamentos da liderança](#)
- [Dicas para a Liderança - Momento da Notícia da Gestaçã: Como Agir?](#)
- [Ebook - Todas sobrecarregadas, e agora?](#)
- [A Jornada das Mulheres no Mercado de Trabalho](#)
- [Uso do tempo e gênero](#)
- [Perfil Social, Racial e de Gênero as 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas](#)
- [BLACK WOMENOMICS - Investing in the Underinvested | Março/2021](#)
- [Citizens Call for a Gender-equal World: A Roadmap for Action Findings from a 17 country public opinion survey on gender equality prepared for the Generation Equality Forum](#)
- [Women in the Workplace 2020](#)
- [Diversity & Inclusion Benchmarking Survey](#)
- [How the LGBTQIA+ community fares in the workplace McKinsey & Company](#)
- [Women in Business 2020: Do plano de ação à prática](#)
- [Home Sweet Home Office - Quarentena: Primeiros Aprendizados de Executivos, Empreendedores e Empresas na Prática de Home Office com crianças em casa](#)
- [Ebook - Acabe com os Tabus](#)
- [Programa Pró-equidade de Gênero e Raça - Rompendo fronteiras no mundo do trabalho](#)

- [AGENDA 2030 - Avançando o Desenvolvimento Sustentável](#)
- [ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável](#)
- [Quebrando muros e construindo pontes: diversidade, inclusão e equidade](#)
- [A Guide to Investing in First-Time Women and Diverse Fund Managers](#)
- [Projeto Sage 3.0: Acompanhamento de capital de risco, patrimônio privado e dívida privada com lentes de gênero](#)
- [Private Equity and Value Creation a Fund Manager's Guide to Gender-smart Investing](#)
- [Catalytic Capital Unlocking more investment and impact](#)
- Porque igualdade de gênero é bom para os negócios
 - [Relatório em português impactos financeiros e não financeiros](#)
 - [Apresentação do estudo de caso resultado do relatório em inglês](#)

PRI - Princípios para investimento responsável

O PRI é o principal defensor do investimento responsável no mundo funciona: compreender as implicações de investimento de fatores ambientais, sociais e de governança (ASG); apoiar sua rede internacional de investidores signatários na incorporação desses fatores em suas decisões de investimento e propriedade.

O PRI atua no interesse de longo prazo de seus signatários; dos mercados financeiros e das economias em que operam e, em última análise, do meio ambiente e da sociedade como um todo.

- [Publicações PRI](#)
- [Alinhando Valores - Por que os planos de pensão corporativos devem refletir os valores de seus patrocinadores](#)
- [Como elaborar uma estratégia de investimento](#)
- [Política de investimento: processar e praticar um guia para proprietários de ativos](#)
- [Um guia do proprietário do ativo para recomendações TCFD](#)
- [Dever fiduciário no século 21: roteiro do Brasil](#)
- [Dever fiduciário no século 21](#)
- [Integração ESG no Brasil: mercados, práticas e dados](#)
- [Um guia prático para propriedade ativa em ações listadas](#)
- [Um guia prático para integração ESG para investimento em ações](#)
- [Um projeto para um investimento responsável](#)

- [O que é investimento responsável?](#)
- [Uma introdução ao investimento responsável: Política, Estrutura e Processo](#)

CDP

O CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra um sistema global de gerenciamento de impactos ambientais para que [investidores](#), [empresas](#), [cidades](#), [estados](#) e regiões gerenciem seus impactos ambientais. Nos últimos 20 anos, criou um sistema que resultou em um engajamento incomparável nas questões ambientais em todo o mundo.

Em consonância com tendências globais e nacionais, realiza em linhas gerais:

- Avaliação do report CDP das instituições financeiras através de scores;
- Avaliação de portfólio de investimentos em termos de emissões de gases de efeito estufa e identificação de riscos e oportunidades;
- A conversão do impacto climático em graus centígrados (para comunicação em conformidade com o Acordo de Paris); e
- Apoia a criação de Planos de Ação para descarbonização de portfólios e mitigação e compensação das próprias emissões, a partir de um roadmap aplicável para todos os níveis de maturidade.

2021

- [Índice CDP Brasil de Resiliência Climática | ICDPR70](#)

2020

- [Resultados América Latina 2020 - Clima](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Florestas 2020](#)
- [Institucional 2020](#)
- [Institucional 2020 - ES](#)
- [Perfil Nacional: Brasil](#)
- [Relatório De Atividades 2020 - CDPLA](#)
- [Task Force on Climate - Related Financial Disclosure - Estratégia](#)
- [Task Force on Climate - Related Financial Disclosure - Gestão de Risco](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Clima](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Estados](#)

- [Resultados América Latina 2020 - Estados - ES](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Cidades](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Cidades - ES](#)
- [Task Force on Climate - Related Financial Disclosure - Governança](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Água](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Água - ES](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Bosque](#)
- [Task Force on Climate - Related Financial Disclosure - Métricas e Metas](#)
- [Task Force on Climate - Related Financial Disclosure - Resumo das Recomendações](#)
- [Resultados América Latina 2020 - Florestas](#)

2019

- [Institucional 2019](#)
- [Resultados América Latina 2019 - Água](#)
- [Resultados América Latina 2019 - Cidades](#)
- [Resultados América Latina 2019 - Clima](#)
- [Resultados América Latina 2019 - Florestas](#)
- [Relatório de Atividades 2019 - CDPLA](#)

2018

- [Resultados América Latina 2018 - Cidades](#)
- [Resultados América Latina 2018 - Água](#)
- [Resultados América Latina 2018 - Clima](#)
- [Resultados América Latina 2018 - Florestas](#)

2014 - 2017

- [Relatório Anual 2014 - CDP Mudanças Climáticas Brasil 100](#)
- [Relatório Anual 2015 - Global account of climate action from leading states, provinces and regions - EN](#)
- [Relatório Anual 2016 - Resultados dos Programas Mudança Climática, Água e Floresta na América Latina em 2016](#)
- [Relatório Anual 2017 - Harnessing the power of purchasing for a sustainable future - EN](#)

SITAWI Finanças do Bem

A SITAWI Finanças do Bem é uma organização social de interesse público (OSCIP*) pioneira no desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social e na análise da performance socioambiental de empresas e instituições financeiras. Fundada em 2008, a SITAWI conta com sede em São Paulo e escritórios no Rio de Janeiro, em Carauari (no estado do Amazonas) e em Bogotá (Colômbia).

[Acesse aqui](#) as publicações da SITAWI Finanças do Bem.

- [Descarbonização de Portfólios - Conceitos e Ferramentas para Investidores Profissionais](#)
- [Tendências de Finanças Sustentáveis no Brasil para 202](#)
- [Não Perca esse Bond: Ativos e projetos elegíveis à emissão de Títulos Verdes em setores chave da economia brasileira](#)
- [TCFD - Da Teoria à Prática no Brasil](#)

AMEC

O mercado de capitais é primordial fonte de financiamento do desenvolvimento sustentável de um país. A crise do mercado financeiro internacional em 2008 suscitou intensos debates sobre a melhor forma de evitar a ocorrência de eventos capazes de impactar severamente a economia real. A resposta está onde sempre esteve: nas pessoas e nos diversos incentivos e motivações destas. E que personagem teria a maior propriedade, poder e dever de zelar por retornos sustentáveis ajustados aos riscos? Os investidores institucionais – sejam eles gestores de recursos ou fundos de pensão. São eles que possuem a maior participação nos diferentes segmentos de mercado (ações, debêntures, derivativos, certificados de recebíveis e etc). Logo, em função de seu porte e relevância, os investidores institucionais precisam assumir papel central na defesa da sustentabilidade do mercado financeiro.

[Acesse aqui](#) o Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - *Stewardship*.

FEBRABAN

- [Estudos em Sustentabilidade](#)
- [Apoio à Gestão de Riscos Climáticos 2021](#)
- [Mensurando Recursos Financeiros Alocados na Economia Verde](#)
- [Financiamento para Energia Solar Fotovoltaica em Geração Distribuída](#)

- [O Sistema Financeiro e a Sustentabilidade - Mensurando Recursos Financeiros Alocados na Economia Verde](#)
- [Instituições Financeiras e a Gestão do Risco de Desmatamento](#)
- [Correlação das Recomendações da TCFD com demais frameworks](#)

CEBDS

- [Ebook - ReVisão 2050 Finanças - Planejando o Brasil pós-pandemia](#)
- [Green Bonds Ecosystem Issuance Process and Regional Perspectives](#)
- [Guia para Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) para Empresas](#)
- [Neutralidade Climática: Uma Grande Oportunidade](#)
- [Guia de comunicação e sustentabilidade](#)
- [Guia do CEO sobre Direitos Humanos](#)
- [Quebrando muros e construindo pontes: diversidade, inclusão e equidade](#)
- [Impactos Financeiros do Risco Climático](#)
- [Objetivos para a Vida que queremos com os ODS](#)
- [Como as empresas vêm contribuindo com o Acordo de Paris](#)
- [Guia do CEO sobre Direitos Humanos](#)

ANBIMA e B3

- [Guia ASG Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento 2020](#)
- [Raio X do Investidor Brasileiro](#)
- [Mercado de Capitais: Caminhos para o Desenvolvimento 2020](#)
- [B3 | Sustentabilidade - Oportunidade de Negócios no Setor de Intermediação](#)

RESULTANTE

- [Conheça os fundos de investimentos ESG ou de impacto disponíveis no Brasil](#)
- [Desempenho ESG de Companhias de Capital Aberto - Panoramas de 2019](#)
- [Desafios & Melhores Práticas nas Relações com Investidores](#)

- [Brazil Climate Resilience Index - CDP I - CDPR70](#)
- [Risco de Desmatamento e Instituições Financeiras - Análise e Recomendações](#)
- [Integração ESG no Mercado de *Private Equity* e Venture Capital](#)
- [Evento online de lançamento dos relatórios TCFD em português](#)

Rede Brasil Pacto Global

- [Diálogos de Financiamento Climático](#)

UNEP-FI

- [Guia da UNEP-FI “*Banking and Sustainability*” \(em inglês\)](#)

OCDE

- [Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais](#)
- [Diretrizes da OCDE para Crédito Responsável e Atuação Responsável de Bancos de Investimento – 2019 \(em Inglês\)](#)
- [Diretrizes da OCDE para Investimento Responsável para Investidores Institucionais - 2017 \(em Inglês\)](#)

FibraS

- [*Mainstreaming Sustainability in Brazil’s Financial Sector* Guia TCFD: da teoria à prática no Brasil](#)

WWF Brasil

- [Guia WWF e GVces “Investimento Responsável e combate ao desmatamento”](#)

SIS

- [Guia de Gestão de Riscos e Oportunidades Ambientais no Mercado Financeiro Brasileiro](#)
- [Guia para Gestão de Riscos Sociais no Mercado Financeiro Brasileiro](#)

Instituto Ethos

- [Compliance e ESG - Diretrizes Essenciais \(completo\)](#)
- [Mudanças climáticas - percepções locais, questões globais](#)
- [Guia EXAME de Diversidade - 3ª edição - As melhores práticas de diversidade e inclusão das empresas participantes serão novamente reconhecidas](#)
- [Indicadores Ethos-CEERT para Promoção de Equidade Racial - Instituto Ethos](#)
- [Financiamento Climático para Adaptação no Brasil: mapeamento de fundos nacionais e internacionais - Instituto Ethos](#)
- [Indicadores Ethos - Guia Temático: Mudança do Clima - Instituto Ethos](#)
- [Indicadores Ethos - Guia Temático: Promoção da aprendizagem e erradicação do trabalho infantil - Instituto Ethos](#)
- [Indicadores Ethos - Guia Temático: Mobilidade Urbana - Instituto Ethos](#)
- [Indicadores Ethos: Guia Temático de Integridade - Ciclo 2019 - Instituto Ethos](#)
- [Indicadores Ethos - Guia Temático: Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção - Instituto Ethos](#)
- [Manual Rating Integra - Instituto Ethos](#)
- [Compliance e ESG - Diretrizes Essenciais \(completo\) - Instituto Ethos](#)
- [Sistema On-line dos Indicadores Ethos - passo a passo - Instituto Ethos](#)
- [Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas - Instituto Ethos](#)
- [Guia Temático Promoção da Equidade Racial - Versão Consulta Pública - Instituto Ethos](#)
- [Posicionamento Sobre Mecanismos de Precificação de Carbono - 2016](#)
- [O Compromisso das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial](#)



***COMITÊ DE
SUSTENTABILIDADE
DA ABRAPP***





9. COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE DA ABRAPP

▪ DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Keite Bianconi

METRUS

**Gestão 2021 (atual)*

Luiz Paulo Brasizza

VWPP

**Gestão 2017/2021*

▪ COORDENADORA

Raquel da Silva Cavalcanti Castelpoggi

REAL GRANDEZA

▪ MEMBROS

Andre Luiz da Rocha Dias

PETROS

Cleiton Augusto Oliveira Pires

NÉOS PREVIDÊNCIA

Elaine Oliveira da Silva

ELETROS

Inaê Quirino Santos

FUNCEF

Luis Henrique de Omena Baptista

PREVI

Luiz Mangas Levy Cardoso

PRECE

Márcio Santiago Câmara

ICATUFMP

Nathalia Harb Lage Pimentel

VALIA

Priscila Mara de Mello

SERPROS

Rogério Borba da Silva

OABPREV-RJ

▪ REVISÃO TÉCNICA

Glaucia Térreo
GRI

Felipe Nastrovsky
SITAWI

Tatiana Assali
SITAWI

Camila Ballini
SITAWI

Raquel da Silva Cavalcanti Castelpoggi
FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

Patrícia Assis
FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

Iniciativa



Patrocínio



Apoio Técnico



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
DAS ENTIDADES FECHADAS
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2ª Edição

www.abrapp.org.br |

